

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL**

LARISSA BRAND BACK

**PARTICIPAÇÃO E PROCESSOS POLÍTICO-ORGANIZATIVOS:
temas para o Serviço Social**

Florianópolis - SC
2010

LARISSA BRAND BACK

**PARTICIPAÇÃO E PROCESSOS POLÍTICO-ORGANIZATIVOS:
temas para o Serviço Social**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina como parte dos requisitos para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Profa. Dra. Vera Herweg Westphal

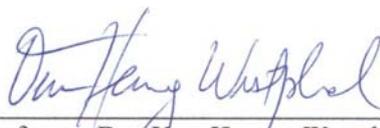
Florianópolis - SC
2010

LARISSA BRAND BACK

Este Trabalho de Conclusão de Curso foi submetido à avaliação e aprovado pela Comissão Examinadora para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social pelo Curso de Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina.

Florianópolis, 01 de dezembro de 2010.

Comissão Examinadora



Professora Dra. Vera Herweg Westphal
Presidente da Banca



Professora Dra. Teresa Kleba Lisboa
Membro



Professora Ms. Iliane Kohler
Membro

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pelo dom da vida e por alicerçar minha fé e esperança.

Aos meus pais, Cirineu e Maria Cladis, agradeço a dedicação, ao amor incondicional e a compreensão que me dedicaram nesta jornada, respeitando meus sonhos e acreditando neles, desde a escolha pelo curso até as dúvidas deste caminho. Aos ensinamentos e palavras sábias, que me fortaleciam nos momentos de dificuldade. Ao exemplo digno e ao caráter irreparável de conduta ética e honesta. Por me oferecerem condições de alcançar um estudo de qualidade e permanência em uma instituição de ensino federal.

Aos meus irmãos, Vanessa e Elvis, que sempre estiveram ao meu lado, nas idas e vindas, com um ombro amigo, com carinho e amizade, tornando a distância menor com seus sorrisos e alegria sempre presentes.

Ao Rodrigo, meu amor e companheiro, que por vezes distante esteve sempre junto a mim, em minhas decisões, conquistas e fracassos, me incentivando e acreditando no meu potencial, principalmente nesta fase final da graduação.

A toda minha família, avós, tios, tias, padrinho, madrinha, primos, primas da minha cidade, que mesmo longes estavam sempre presentes, que me perguntavam a respeito da vida na capital e também me incentivavam nesta caminhada. Aos meus tios e primos de Florianópolis com quem procurei aconchego quando a saudade batia.

Aos velhos e novos amigos, de Iporã do Oeste e de Florianópolis, que estiveram presentes em todos os momentos, com sorrisos e lágrimas mostrando que as dificuldades das grandes conquistas são inerentes as pessoas que tem grandes sonhos, vivenciando e compartilhando experiências e alegrias.

Ao NUSSERGE e a professora Teresa, aonde tive minha primeira experiência com trabalhos de extensão, pelo aprendizado e descobertas do mundo acadêmico.

Ao NESSOP. Professores do Núcleo que através de sua dedicação, orientação e seus conhecimentos, promoveram um aprendizado prazeroso e sólido, um engrandecimento acadêmico e pessoal, e acima de tudo, parceiros deste projeto de trabalho. Aos bolsistas, colegas de trabalho e estudo que tornaram o convívio diário alegre, e o trabalho em equipe uma troca recíproca de aprendizado e experiências.

A professora Vera que foi professora, orientadora, supervisora de estágio, e através destes foi amiga, conselheira e mestre, despertando novas habilidades e proporcionando uma reflexão profissional muito bem orientada e coerente, sendo peça fundamental na minha formação. Minha admiração.

Aos profissionais de Serviço Social, pela vivência na Capacitação promovida como atividade do meu estágio e também pela participação e grande contribuição na pesquisa empírica deste trabalho.

Ainda, agradeço a oportunidade de estudar em uma Universidade Federal e as experiências tanto pessoais como profissionais que pude experimentar.

A todos que contribuíram no meu processo de formação.

Muito Obrigada!

*Se as coisas são inatingíveis... ora!
Não é motivo para não querê-las...
Que tristes os caminhos, se não fora
A presença distante das estrelas!*

Mário Quintana

RESUMO

BACK, Larissa Brand. **Participação e Processos político-organizativos: temas para o Serviço Social**. 103 f. 2010. Monografia (Graduação em Serviço Social) Departamento de Serviço Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.

O presente trabalho visa realizar uma aproximação crítica entre participação, processos político-organizativos e Serviço Social. Para tal, efetiva-se uma análise da atuação de profissionais de Serviço Social com participação em processos político-organizativos, com vistas a produzir conhecimento que contribua como mecanismo de reflexão para a atuação profissional. A pesquisa se desenvolve através da análise bibliográfica sobre a concepção de participação, seus diferentes tipos, níveis, dimensões e condicionantes, bem como sua institucionalização, temas abordado na primeira seção através de alguns autores como Ammann (1978), Bordenave (1983), Demo (1988), Pateman (1992), Sawaia (2001), Gohn (2001), Teixeira (2002), Ciconello e Moroni (2005), Avritzer (2009), entre outros. Já a segunda parte do trabalho versa acerca da concepção de processos político-organizativos para o profissional de Serviço Social, fazendo uma breve retrospectiva histórica quanto à atuação dos assistentes sociais com abordagens coletivas e também elencando algumas possibilidades e estratégias de atuação nessa instância. As reflexões são realizadas a partir de Serra (1986), Souza (1987), Silva (1995), Miotto (2006; 2009), Sarmiento (2005) e outros. E por último, a terceira seção, apresenta considerações sobre a pesquisa empírica realizada com um grupo de profissionais a respeito das temáticas abordadas nas duas seções anteriores. Diante de tal, identificou-se a necessidade de aprofundamento dos procedimentos teóricos e interventivos da profissão. O trabalho de conclusão de curso busca contribuir para repensar a atuação dos profissionais em Serviço Social junto aos processos político-organizativos na contemporaneidade.

Palavras-chaves: Participação. Processos político-organizativos. Serviço Social.

LISTA DE SIGLAS

CAS – Capacitação para Assistentes Sociais

CEPSH – Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos

CE – Código de Ética

CFP – Curso de Formação Permanente

CFESS – Conselho Federal de Serviço Social

CRESS/SC – Conselho Regional de Serviço Social de Santa Catarina

CSE – Centro Sócio Econômico

DC – Desenvolvimento de Comunidade

DSS – Departamento de Serviço Social

LRP – Lei de Regulamentação da Profissão

MEB – Movimento de Educação de Base

NESSOP – Núcleo de Estudos em Serviço Social e Organização Popular

NUSSERGE – Núcleo de Estudos em Serviço Social e Relações de Gênero

PRPE – Pró-Reitoria de Pesquisa e de Extensão

TCC – Trabalho de Conclusão de Curso

UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
2 PARTICIPAÇÃO	12
2.1 O que é participação?	13
2.1.1 Os diferentes tipos de participação	15
2.1.2 Princípios da participação	18
2.1.3 Paradigmas de análise acerca da participação.....	20
2.1.4 Níveis, formas, intensidade e condicionantes da participação.....	22
2.1.5 Dimensões da participação.....	25
2.1.6 Mitos sobre a participação	28
2.2 Participação, cidadania e democracia.....	29
2.3 Participação e sua institucionalização crescente no Brasil	30
3 PROCESSOS POLÍTICO-ORGANIZATIVOS.....	37
3.1 Serviço Social e Processos Político-Organizativos: marco legal e tentativa de definição.....	37
3.2 Relação dos processos político-organizativos com participação.....	41
3.2.1 Participação anterior a 1988 e as abordagens no Serviço Social	41
3.2.2 Participação pós-1988 e os processos político-organizativos no Serviço Social...	47
3.3 Estratégias de atuação com participação em processos político-organizativos	51
4 A ATUAÇÃO DE PROFISSIONAIS DE SERVIÇO SOCIAL COM PARTICIPAÇÃO EM PROCESSOS POLÍTICO-ORGANIZATIVOS	63
4.1 A experiência da Capacitação para Assistentes Sociais	63
4.2 A proposta da pesquisa	66
4.2.1 Breve apresentação dos respondentes	67
4.2.2 Conceitos e fundamentos referentes à participação	69
4.2.3 Conceitos e fundamentos referentes a processos político-organizativos	75
4.2.4 Instrumentos técnico-operativos e seus fundamentos na atuação com participação em processos político-organizativos	79
4.2.5 Relação entre participação e processos político-organizativos na atuação profissional.....	83
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	88
REFERÊNCIAS	92
APÊNDICE A – Programa da Capacitação para Assistentes Sociais	98

APÊNDICE B – Avaliação dos encontros da Capacitação	99
APÊNDICE C - Avaliação Final da Capacitação	100
APÊNDICE D – Questionário da Pesquisa	101
APÊNDICE E – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido	102
ANEXO A – Certificado do Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Aprovação da Pesquisa	103

1 INTRODUÇÃO

O Trabalho de Conclusão de Curso ora apresentado é resultado do conjunto de conhecimentos adquiridos e reflexões realizadas ao longo da trajetória do curso de Serviço Social e, mais, especificamente da pesquisa realizada acerca da atuação dos profissionais de Serviço Social com participação em processos político-organizativos, objeto central desse trabalho. Neste sentido, tem-se o intuito de apresentar alguns elementos e reflexões a respeito da temática, com vistas a produzir conhecimentos que contribuam como mecanismo para a atuação profissional.

Convém ressaltar outros objetivos, mais específicos, que o trabalho se propõe a atingir como: conceituar participação e processos político-organizativos; apresentar e contextualizar as experiências de participação da população a partir de seus princípios, procedimentos e resultados na história brasileira; proporcionar a compreensão da organização social como componente fundamental para o exercício de ações de mobilização e de democratização das relações de representação das políticas públicas; identificar as referências tanto teóricas quanto empíricas que têm subsidiado as experiências de atuação profissional com participação em processos político-organizativos; identificar quais os fundamentos utilizados pelos profissionais em Serviço Social ao referir-se a participação e processos político-organizativos; analisar as finalidades da atuação dos profissionais em Serviço Social com participação em processos político-organizativos; aproximar o conhecimento científico produzido na universidade dos assistentes sociais; e por fim, contribuir para repensar a atuação dos profissionais em Serviço Social junto aos processos político-organizativos.

A presente proposta de pesquisa surgiu por inquietações durante o processo de formação em Serviço Social correspondente ao período de 2007.1 a 2010.2, mais ainda, pela inserção nos trabalhos de extensão realizados no ano de 2008 no Núcleo de Estudos em Serviço Social e Relações de Gênero – NUSSERGE, no ano de 2009 no Núcleo de Estudos em Serviço Social e Organização Popular – NESSOP e do estágio curricular obrigatório em 2010 também no NESSOP.

O NESSOP por configurar-se como um ambiente acadêmico de reflexão teórico-metodológico e de ação interventiva do Serviço Social, em sua trajetória volta-se para as demandas sociopolíticas das organizações sociocomunitárias, objetivando nos seus projetos contribuir para a ampliação da cidadania e exercício da democracia participativa. Deste modo,

as atividades correspondentes estavam pautadas no plano de ação de formação sociopolítica de sujeitos coletivos.

Observada a potencialidade de projetos de formação sociopolítica que envolva sujeitos sociais sem acesso ao conhecimento científico, para que os mesmos tornem-se protagonistas de sua emancipação política e conquista de direitos sociais, percebe-se um campo vasto para a atuação de profissionais em Serviço Social e, assim, questiona-se sobre a atuação desses profissionais no âmbito da participação em processos político-organizativos. O que estes profissionais estão realizando para ampliar a participação? Qual a contribuição da categoria nessa área? Quais os fundamentos que subsidiam a atuação desses profissionais em processos político-organizativos? O que vem sendo produzido no Serviço Social a respeito dessa temática?

Para responder tais questões, foram levantados subsídios acerca da participação, com a utilização da pesquisa bibliográfica, na busca de fazer um levantamento sobre o conceito de participação, elencando seus diferentes tipos, como a participação política, social, cidadã e popular referenciada por diferentes autores como Ammann (1978), Demo (1988), Bôas (1994), Sawaia (2001), Teixeira (2002), Ciconello e Moroni (2005). Na sequência, foram levantados alguns princípios e paradigmas da participação, bem como níveis, formas, intensidade e condicionantes, algumas dimensões do processo participativo, mitos e a relação intrínseca da participação, cidadania e democracia, e por último, a sua institucionalização no Brasil, nesses itens foram revisitados alguns autores já citados como também Bordenave (1983), Bobbio *et. al.* (1986), Pateman (1992), Gohn (2001), Jacobi (2002), Lüchmann (2007), Krüger (2008), Avritzer (2009), entre outros. Estes assuntos e autores são investigados e apresentados na primeira seção.

O tema da participação é contemporâneo, entretanto a abordagem tem sido genérica. Com base em Dagnino (2006), observa-se a utilização da participação como mecanismos e elementos dos diferentes projetos políticos existentes na sociedade, podendo inferi-la através de uma lógica neoliberal, como também um elemento para um projeto político democrático participativo, esse último, utilizado como perspectiva desse estudo. Portanto, busca-se esclarecer o que é participação e suas diferentes dimensões, como também trazer subsídios para atuação do profissional de Serviço Social.

Na segunda seção, para conceituar processos político-organizativos como uma instância de intervenção profissional de Serviço Social utilizou-se contribuições reflexivas, sobretudo de Mioto (2006; 2009). Fez-se um breve resgate histórico na tentativa de identificar elementos da atuação profissional com participação em processos político-organizativos nos

diferentes períodos da história da profissão, referenciando principalmente Santos (1993), Silva (1995) e Gohn (2003). E por fim, abordar e redimensionar estratégias de atuação para a contemporaneidade da práxis profissional nessa instância, na qual se baseou em abordagens de Serra (1986), Souza (1987) e autores mais recentes como Sarmento (2005) e Cardoso (2008).

Na terceira seção, será abordada a análise da pesquisa empírica realizada com profissionais de Serviço Social acerca da atuação profissional com participação em processos político-organizativos. Foi uma pesquisa exploratória, junto aos 30 cursistas inscritos na Capacitação para Assistentes Sociais promovida pelo NESSOP em 2010, dos quais 13 responderam o questionário com sete questões abertas, respondendo sobre o entendimento de participação, processos político-organizativos e seus fundamentos, bem como os instrumentos utilizados para intervenção e a relação dos dois assuntos. Buscou-se fazer a interpretação dos dados, de forma a agrupar o maior número possível de variáveis, a fim de estabelecer uma conexão entre a atuação dos profissionais em Serviço Social com participação em processos político-organizativos.

Ao final desse estudo, buscar-se-á apresentar considerações e possibilidades da atuação do assistente social nessas instâncias, bem como algumas reflexões para o fortalecimento da profissão de Serviço Social como práxis interventiva junto aos sujeitos sociais.

2 PARTICIPAÇÃO

O tema da participação é instigante e atual. É possível encontrar inúmeros estudos e teorias que subsidiaram e continuam subsidiando a reflexão da realidade e da práxis participativa. Na atual sociedade pode ser observado que a participação tomou conta dos diferentes espaços públicos, quer seja nas associações de bairro, sindicatos, conselhos de direito e de políticas públicas e entre outras organizações e instituições sociais. Hoje as pessoas são chamadas a participar das reuniões de trabalho, da escola, da comunidade, de esportes, e mais ainda atualmente, das variadas redes sociais do mundo virtual. Ainda mais, a participação tem sido institucionalizada crescentemente, como pode ser verificado junto aos conselhos gestores de políticas públicas.

Ao fazer referência à participação, expõem-se posicionamentos, opiniões e concepções sobre a sociedade, a cidadania, a ética e a justiça. Segundo Sawaia (2001, p. 119) a participação também pode ser considerada como um conceito *fashion* ou popular, por estar presente na fala de políticos, grandes empresários, professores e, inclusive, do senso comum, sendo “enaltecido como condição de tudo que é positivo na sociedade como democracia, cidadania, inclusão e sucesso profissional”. Assim sendo, o uso da palavra participação é muito frequente nos meios de convívio e relação social.

De outra maneira, o interesse pelo tema da participação parece ainda não estar suficientemente esclarecido. Portanto, inicia-se essa seção questionando: mas afinal, o que é participação? Existem diferentes tipos de participação? Por que poucas pessoas participam de decisões importantíssimas para a sociedade, sendo que elas correspondem à vida de um grande grupo de pessoas? Para que o povo é chamado a participar? O que condiciona e motiva à participação ou a não participação, na atualidade?

Na presente seção, no intuito de buscar possíveis respostas para as indagações levantadas acima, serão abordadas concepções encontradas no campo das ciências humanas, sociais e sociais aplicadas acerca do tema participação, inicialmente numa perspectiva cronológica, para na sequência, adentrar nos diferentes tipos, princípios, mitos, significados, dimensões e representações da mesma.

2.1 O que é participação?

A palavra participação deriva da palavra parte, e assim, pode ser compreendida como “fazer parte”, “ser parte”, “tomar parte”, e ainda, entendida como “partilha” do poder e do direito a intervir na formulação e decisões políticas que regem a vida em sociedade. Efetivamente, falar sobre participação implica pensar na totalidade e nas relações das partes entre si.

McGregor (1960) delinea que a participação “consiste basicamente na criação de oportunidades, sob as condições adequadas, para que as pessoas influam nas decisões que as afetam” (*apud* PATEMAN, 1992, p. 93). Dias (1980, p. 76) afirma que “a participação é um processo essencialmente educativo que se inicia desde a problematização do fato, desde a conscientização da realidade a ser mudada”.

Demo (1988, p. 18) em sua concepção considera a participação como conquista que remete ao sentido de processo, “a partir dessa noção a participação não pode ser entendida como dádiva, como concessão, como algo já preexistente”, mas como uma conquista processual que não está acabada. Neste sentido, possui a característica de ser meio e fim, pois é ao mesmo tempo instrumento para alcançar o objetivo como é também o objetivo em si.

A participação entendida como processo social “[...] é o resultado da ação de forças sociais que se constituem como tais a partir de determinantes muito diversos: de classe, de grupo, de gênero, étnicos...” (CELATS, 1985, p. 87 *apud* SOUZA, 1987, p. 82). A participação se institui para o enfrentamento dos desafios sociais e resulta da realidade vivenciada pelos sujeitos.

Sawaia (2001, p. 117), ao versar sobre a participação, entende-a através da vida em sociedade e da subjetividade do sujeito, não apenas de sua racionalidade, mas a participação enquanto imanente a condição humana. Complementa que participar é “arrebanhar o maior número de pessoas para diferentes objetivos coletivos, como reivindicar direitos e benefícios, criar projetos desenvolvimentistas ou revolucionários, exercer o direito do voto, fazer greves”. Nesse sentido, a participação se estabelece em um contexto ético-político e somente através da participação e de decisões coletivas de interesses comuns consegue-se superar as contradições existentes em nossa sociedade.

Outro aspecto inerente à participação refere-se ao poder. Neste sentido, Teixeira (2002) analisa que “participação supõe uma relação de poder, não só por intermédio do Estado, que a materializa, mas entre os próprios atores exigindo determinados procedimentos

e comportamentos racionais” (p. 27). A partir disso, a participação pode ser elemento de uma atividade pública, em que a problemática consiste em como responder os interesses da maioria em condições de negociação em espaços públicos.

Já Moroni e Ciconello (2005, p. 6) esclarecem que:

Participação, antes de tudo, é a partilha do poder e o reconhecimento do direito a intervir de maneira permanente das decisões políticas (dimensão política). É também a maneira através da qual as aspirações e as necessidades dos diferentes segmentos da população podem ser expressas no espaço público de forma democrática, estando associada ao modo como esses “grupos” se percebem como cidadãos e cidadãs. A participação é um processo educativo-pedagógico. Expressar desejos e necessidades, construir argumentos, formular propostas, ouvir outros pontos de vista, reagir, debater e chegar ao consenso são atitudes que transformam todos aqueles que integram processos participativos.

Os dois autores acima evidenciam duas dimensões da participação, sendo uma correspondente à dimensão política, que se articula na construção de interesses coletivos, e outra, que se refere à dimensão pedagógica, expressa pela vivência que os sujeitos estabelecem na criação de sentidos e significados, e ainda, pela interlocução dos saberes do grupo com a realidade. Assim, participar da vida em sociedade é exercer cidadania, em suas diferentes grandezas, intervindo de forma propositiva nos espaços públicos e também se articulando com grupos sociais que se transformam em sujeitos coletivos e protagonistas de suas identidades e decisões.

A participação manifestada através de experiências que visam essencialmente à construção da coletividade, pode ser entendida como um conjunto de experiências e mecanismos estimuladores da própria participação dos sujeitos na vida política através de canais de discussão, decisão e deliberação (SELL, 2006).

Para Pateman (1992 *apud* LÜCHMANN, 2007) a participação caminha em direção ao desenvolvimento da cidadania, cujo exercício configura-se como condição de ruptura com o ciclo de submissão e de injustiças sociais, originando um processo de capacitação e conscientização, tanto individual como coletiva. Nesse sentido, a participação está relacionada à transformação da consciência política e, conseqüentemente, pode contribuir na redução das desigualdades sociais.

Moroni (2009, p. 107) considera ainda que “participar significa incidir politicamente nas questões que dizem respeito à vida concreta das pessoas, mas, também, nos processos de tomada de decisão do Estado e dos governos”, pois de forma direta e indireta estarão afetando a vida das pessoas e os interesses dos variados grupos sociais.

Na abordagem de concepções a respeito da participação Ugarte (2004, p. 93) sinaliza sobre a importância do objetivo da participação ao indagar: “De que tipo de participação estamos falando? Participação em quê? Para quê? Como? Além disso, entre quem?”. Pressupõe-se que os cidadãos são sujeitos que podem participar nos diferentes espaços e, assim, tomar decisões, mas Ugarte (2004, p. 102) expõe a necessidade de saber quem são os cidadãos participativos, aonde inserem-se, de qual participação se trata e suas variações, além de caracterizá-la como condição necessária para a democracia. Nesse sentido, o autor aponta que uma verdadeira democracia só é possível através da participação dos cidadãos nas tomadas de decisões e que, quanto maior a participação, melhor a democracia. Todavia, neste contexto, aponta para a reflexão da seguinte questão “Mas: que participação para qual democracia?”

A partir do exposto até aqui, participação pode ser entendida como o processo de inserção dos sujeitos na sociedade para consolidar e qualificar a democracia e a cidadania. Todavia, desvelar o real sentido da participação e suas caracterizações constitui-se em tema propício para o próximo item.

2.1.1 Os diferentes tipos de participação

Através de pesquisa bibliográfica realizada constatou-se que existem várias formas de conceituar e entender a participação, sendo possível encontrar diferentes tipos tendo em vista diferentes teorias e paradigmas que a explicam e fundamentam. Assim, além da participação política, outras formas de manifestação e reivindicações ganharam espaço, e recentemente encontram-se autores analisando sobre a participação social, cidadã e popular. No desenrolar do item tentar-se-á explanar sobre essas principais formas e objetivações da participação.

Foi possível identificar que nos anos 1970 Ammann (1978, p. 61) expõem que a “participação social é o processo mediante o qual as diversas camadas sociais tomam parte na produção, na gestão e no usufruto dos bens de uma sociedade historicamente determinada”, inferindo que a participação manifesta-se através de um processo dialético e depende igualmente das relações sociais e das direções políticas e ideológicas do Estado. Segundo a autora, ela assume um sentido transformador dos “mecanismos que mantêm e/ou reproduzem as desigualdades sociais” (AMMANN, 1978, p. 25). A partir disso, a participação configura-

se como uma prática cotidiana e pode ser intensificada e também reduzida pelas influências societárias determinadas pelas relações que vigoram na sociedade.

A participação política é outro tipo e sobre a qual mais se encontra referência na bibliografia consultada, inclusive considerando sua abordagem histórica e cronológica. Dallari (1984) partindo do pressuposto que política é a reunião das ações de indivíduos e grupos que através de decisões dirigem-se com uma mesma finalidade, a participação nessa junção perpassa o direito do voto e do pertencimento a um partido político. Pizzorno (1971 *apud* GOHN, 2001) analisa a participação política como um processo associado quantitativamente e qualitativamente de sujeitos envolvidos nas tomadas de decisão.

De forma mais ampla do que as concepções dos autores sobre participação política, Bobbio *et. al.* (1986, p. 888) considera que a expressão é utilizada para distinguir uma série de atividades como:

O ato do voto, militância num partido político, a participação em manifestações, a contribuição para uma certa agremiação política, a discussão de acontecimentos políticos, a participação num comício ou numa reunião de seção, o apoio a um determinado candidato no decorrer da campanha eleitoral, a pressão exercida sobre um dirigente político, a difusão de informações políticas e por aí além.

Este último autor enfatiza que essas atividades refletem a própria práxis política em contextos de democracias ocidentais. Já Teixeira (2002) complementa que o conceito de participação política é carregado de ideologia, e, portanto, utilizado de diversas maneiras. Remetendo-se a história, a participação política tem origem na *polis* grega, usado em sentido decisional, mas atualmente vem munida de sentidos e conteúdos diversos que podem até descaracterizar seu verdadeiro significado. “Considera-se participação política desde comparecer a reuniões de partidos, comícios, grupos de difusão de informações, até o inscrever-se em associações culturais, recreativas, religiosas ou, ainda, realizar protestos, marchas, ocupações de prédios” (SANI, 1986; COTA, 1979 *apud* TEIXEIRA, 2002, p. 25). Com efeito, é necessário não confundir poder político com autoridade, mas delimitar o conceito de participação, tendo como premissa, a relação entre autores que fazem defender seus interesses afirmando-se como sujeitos de direitos e deveres em interlocução com o Estado (TEIXEIRA, 2002).

Teixeira (2002) difere participação política da participação cidadã, argumentando que a segunda é um processo complexo e conflitante entre sociedade civil, Estado e mercado, na qual a sociedade civil busca seu fortalecimento através da organização de grupos e associações. “Esse fortalecimento dá-se, por um lado, com a assunção de deveres e responsabilidades políticas específicas e, por outro, com a criação e exercício de direitos”

(TEIXEIRA, 2002, p. 30). Origina também o controle social exercido pela sociedade civil no Estado e mercado. Este autor analisa que:

A participação cidadã utiliza-se não apenas de mecanismos institucionais já disponíveis ou a serem criados, mas articula-os a outros mecanismos e canais que se legitimam pelo processo social. Não nega o sistema de representação, mas busca aperfeiçoá-lo, exigindo a responsabilização política e jurídica dos mandatários, o controle social e a transparência das decisões, tornando mais frequente e eficazes certos instrumentos de participação direta [...] (Idem).

Este mesmo autor, ainda, faz uma crítica ao afirmar que a participação popular tornou-se um conceito ideológico, pois tem se referido à participação dos segmentos sociais como trabalhadores, favelados, desempregados, excluindo a parcela dos segmentos sociais médios como profissionais, pequenos e médios empresários, entre outros. A expressão popular, nesse sentido, refere-se aos segmentos sociais mais explorados. Além disso, entende que a participação popular designa a ação de movimentos sociais de cunho reivindicatório que tem como alvo o Estado e muitas vezes posicionamentos em contraposição a ele.

Já Silva (*apud* CARDOSO, 1973, p. 28) expressa em seu conceito que a participação popular é

um processo abrangente, que supõe previamente a existência de motivações e interesses coletivos, mecanismo institucionais, liberação e canalização de energias potenciais da população em torno de objetivos determinados e um sistema de instrumentos legais, administrativos e técnicos, que regulamentam sua efetivação.

A participação popular também é entendida por Iamamoto (1995) “como forma de expressão coletiva das classes subalternas: a explicitação social, cultural e política de suas necessidades e interesses, através do enfrentamento coletivo de situações de sua vida cotidiana” (p. 109). Bôas (1994) compreende também como uma ação que se constrói coletivamente imprimindo uma nova relação entre Estado e sociedade civil. Argumenta que “governar com a participação popular não se restringe à organização de canais. Mas, também a valorização de um conjunto diversificado de experiências, às vezes episódicas e pontuais, geradas pelas relações cotidianas” (p. 58).

Os diferentes tipos acima apresentados – a participação social, política, cidadã e popular – referem-se a diversas formas de empregar e utilizar o termo participação. Pode-se constatar que cada adjetivação no tipo de participação possui um significado específico diante de dada situação, porém percebe-se uma semelhança no sentido da participação orientar para a expressão de desejos, vontades, aspirações e também pela importância de proporcionar a decisão da coisa pública.

Percebe-se que as concepções são entrelaçadas e interdependes, pelo fato de abordarem a sua importância como objetivo e meio, como evidenciada nos variados artigos aqui consultados. Através da interdependência e entrelaçamento dos conceitos constata-se que não existe um modo ideal e único de participação, mas aponta-se para a necessidade de empregar o acompanhamento – o adjetivo – de acordo com a participação que se busca analisar, suscitar ou desenvolver.

Contudo, considera-se que para a profissão do Serviço Social, seja mais adequada a utilização da participação cidadã, por ela inferir o reconhecimento dos direitos e deveres, além de promover o sentido do coletivo e desenvolver a consciência política. Teixeira (2002) reforça essa afirmativa ao alegar que a participação cidadã pressupõe um processo político-social, na qual os sujeitos expressam identidades e interesses, além de manifestarem sua cidadania em seu sentido cívico articulando-a com deveres, responsabilidades e direitos.

O assistente social neste contexto possui uma função primordial na contribuição para a sensibilização da participação cidadã, pois atua:

Com outros sujeitos em processos que contribuam para que a população apreenda a totalidade de suas condições objetivas de vida e se posicionem no enfrentamento de questões juntamente com a construção de novas relações na sociedade. Com base no conhecimento da realidade e no reconhecimento de necessidades a serem satisfeitas (ALVES, 2004, p. 69).

Assim, a ação de profissionais de Serviço Social como agente mobilizador da participação cidadã vem a contribuir no esclarecimento de direitos e deveres, especialmente quando o profissional exerce um papel mediador de relações, canalizando os interesses coletivos para o fortalecimento da cidadania. Contudo, vale destacar que não se pode menosprezar os outros tipos de participação, pois todas elas tem uma função fundamental na vida dos sujeitos e na construção de relações mais democráticas.

2.1.2 Princípios da participação

Na análise de Bordenave (1983, p. 76) a participação está relacionada a princípios, estes promulgados em 10 premissas definidoras, expostas a seguir.

1. *“A participação é uma necessidade humana e, por conseguinte, constitui um direito das pessoas”*: para o desenvolvimento integral do ser humano pressupõe-se a satisfação das

necessidades básicas como alimento, sono e a saúde e também aquelas que se referem à capacidade de exercer sua autonomia, ação, reflexão e participação.

Nesse sentido, Sawaia (2001, p. 124) entende que “a participação não vem de fora, é uma necessidade do sujeito. É paixão que leva os homens a se comportarem com outros homens”. Assim, a participação não deve ser considerada como uma obrigação ou dever do sujeito e

Essa concepção livra a participação da obrigação (um dever do cidadão), da moralidade (participar por tratar-se de atitude virtuosa) e da renúncia. Ela não é motivada por virtude política, por consciência social ou por altruísmo, mas por necessidade, pelo desejo de ser feliz e livre. Participar para não ser governado, para viver em alegria de não ser comandado e para evitar que o desejo de não ser governado de uns transforme-se em desejo de governar e o poder se personalize (SAWAIA, 2001, p. 125).

A participação sendo inerente a natureza social do ser humano expressa que “sua prática envolve a satisfação de outras necessidades não menos básicas, tais como a interação com os demais homens, a auto-expressão, o desenvolvimento do pensamento reflexivo, o prazer de criar e recriar coisas, e ainda, a valorização de si mesmo pelos outros” (BORDENAVE, 1983, p. 16). De tal modo, a participação é uma habilidade que se aprende, se adquire e se aprimora.

2. “*A participação justifica-se por si mesma, não por seus resultados*”: considerada como meio e fim, destaca-se a importância de ser utilizada como metodologia, pois através dela conquistam-se habilidades e desenvolvem-se consciências, ainda que não se tenham objetivos estabelecidos ou que os objetivos venham a ser alcançados.

3. “*A participação é um processo de desenvolvimento da consciência crítica e de aquisição de poder*”: o processo participativo envolve os sujeitos de tal maneira que pessoas para as quais a participação é indiferente, passam a ser mais reflexivas, críticas e ativas através da discussão, além de serem imbuídas ao exercício do poder.

4. “*A participação leva a apropriação do desenvolvimento pelo povo*”: manifestado que através dos processos participativos, os sujeitos planejam e executam uma atividade e, assim, são reconhecidos como protagonistas de suas ações, fracassos e sucessos. Igualmente, a participação é instrumento de autopromoção, mas é também a própria autopromoção.

5. “*A participação é algo que se aprende e aperfeiçoa*”: tratando-se de uma necessidade natural, a habilidade de participar é desenvolvida pelas experiências vivenciadas, e assim, passando de uma etapa inicial mais diretiva para ser aprimorada através de sua própria práxis. Os conhecimentos e habilidades são produto da própria experiência,

entretanto, não se pode esperar que a participação se inicie quando esses requisitos estiverem contemplados.

6. “*A participação pode ser provocada e organizada, sem que isto signifique necessariamente manipulação*”: em grupos sociais que não são habituados à participação, pode-se suscitar um processo participativo e de assessoria para que prossiga de maneira autônoma, sem intenções manipulatórias e evitando que seja cooptado por interesses externos.

7. “*A participação é facilitada com a organização, e a criação de fluxos de comunicação*”: com a distribuição de funções a participação se torna mais eficiente. Para facilitar o processo é necessária a criação de meios de discussão e debates sobre as diferentes informações, exigindo métodos de comunicação que sejam produtivos e democráticos.

8. “*Devem ser respeitadas as diferenças individuais na forma de participar*”: com a diversidade de personalidades, há diferentes modos de expressão, de comportamentos e de opiniões, não há uniformidade na manifestação da essência pessoal dos sujeitos sociais.

9. “*A participação pode resolver conflitos, mas também pode gerá-los*”: essencialmente o processo participativo gera conflitos e debates nem sempre convergentes, porém, podem ser resolvidas por meio da criação de certos entendimentos, ao se desvelar os interesses em jogo e as formas de organização para enfrentá-los.

10. “*Não se deve ‘sacralizar’ a participação, ela não é panacéia nem é indispensável em todas as ocasiões*”: a participação não pode ser entendida como medida capaz de resolver todos os males e ineficácias, e ainda, nem que todo mundo deve e precisa participar em tudo o tempo todo. A participação deve constituir-se como instrumento democrático (BORDENAVE, 1983, p. 77-80).

Nos princípios da participação acima expostos podem ser identificados diferentes paradigmas fundantes. Estes foram expostos e analisados por Gohn (2001) e serão tema do próximo item.

2.1.3 Paradigmas de análise acerca da participação

Segundo estudos de Gohn (2001) existem vários paradigmas para o entendimento da participação, estando esta relacionada à determinada forma de organização da sociedade. Assim, a autora expõe que a análise pode ser realizada considerando os paradigmas clássicos: liberal, autoritária, revolucionária e democrática. A partir desses paradigmas de análise houve

outras associações, resultando em formas compostas de interpretação da participação, como por exemplo: a liberal/comunitária, a liberal/corporativa, a autoritária, a revolucionária e a democrática/radical.

Na compreensão liberal, conforme analisado por Gohn (2001), a participação se direciona no fortalecimento da sociedade civil, porém não para participar da vida do Estado, mas para evitar interferências que o Estado possa causar na vida dos sujeitos, uma vez que a concepção liberal preza por uma ordem social que garante a liberdade individual. Segundo a autora, a melhor democracia para o capitalismo é a representativa e, de tal modo, a informação e a comunicação tornam-se mecanismos indispensáveis para que os cidadãos possam manifestar seus interesses antes que as decisões sejam tomadas. A participação, nesse referido sentido, é um meio para a busca do atendimento das necessidades sociais, não sua finalidade. Já na concepção corporativa a participação é fruto da visão liberal, pois expressa uma razão coercitiva de participação exterior aos sujeitos, mas incentivando que os mesmos participem. Frequentemente, a concepção corporativista articula o processo participativo com as organizações da sociedade, e estas só existem quando os sujeitos participam.

A participação comunitária surge do princípio da integração entre sociedade civil e Estado, em que ela deve ocorrer no interior do Estado para que haja a fusão entre as esferas do público e privado. Destarte, a concepção corporativa/comunitária se caracteriza como uma forma institucionalizada de participação. Gohn (2001) ressalta que a participação corporativa e a comunitária derivam e se sustentam do paradigma da participação liberal.

A participação autoritária acontece quando os estímulos vêm de cima para baixo, caminhando em direção do controle social da sociedade e da política. Essa participação acontece em regimes autoritários, seja de direita, como o fascismo, ou em sociedades de esquerda, como o socialismo, porém poderá ser aplicada em regimes democráticos assumindo a forma de participação cooptada.

Na apreensão da participação democrática, revolucionária ou radical, a soberania popular é a premissa central, e se desenvolvendo no seio da sociedade civil e nas instituições formais e políticas. Mais especificamente, na participação revolucionária, os coletivos organizam-se para lutar contra as dominações do poder político, e ao invés, de fortalecer a democracia representativa buscam instituir a democracia direta e/ou participativa. A concepção democrático/radical objetiva fortalecer a sociedade civil para ir à busca de uma realidade sem injustiças, desigualdades e exclusões. Essa concepção considera formas múltiplas de participação, instituído o mesmo nível de legitimidade entre movimentos sociais, associações e partidos políticos – considerados como sujeitos sociais e cidadãos. A

participação vai ao encontro da cidadania e configura-se como uma cultura de divisão de responsabilidades e partilha do poder.

Os diferentes paradigmas abordados por Gohn (2001) são insuficientes na análise da participação e exercício do poder. Na bibliografia consultada foram encontradas outras interpretações, utilizando-se de graus, níveis e formas de participação ao invés dos paradigmas de análise citados acima para entender a participação. Nesse sentido, o próximo item irá refletir acerca de exposições analíticas de outros autores.

2.1.4 Níveis, formas, intensidade e condicionantes da participação

Na bibliografia acerca da participação, em Bordenave (1983) são encontradas caracterizações dos níveis micro e macro da participação, pois se percebe que os seres humanos participam de grupos *primários*, como a família, grupos de amizade e vizinhança, participam também de grupos *secundários* como sindicatos, empresas, associações, e, ainda, participam de grupos *terciários* como os partidos políticos e movimentos sociais. A participação em nível micro pode ser considerada comum a todas as pessoas e é preciso ser suscitada, pois é o espaço da práxis e da educação para a participação se desenvolver e ampliar. A participação em nível macro requerer uma visão da totalidade da sociedade, abrangendo as lutas sociais, políticas e econômicas.

Além dos níveis de participação, existe uma diferença quanto à intensidade, a forma e como ela ocorre, podendo ser denominada de participação passiva e ativa. Bordenave (1983, p. 23) complementa “a prova de fogo da participação não é o quanto se toma parte, mas como se toma parte”, referindo a diferença entre fazer parte de uma organização ou ser parte. A qualidade da participação influencia sua intensidade, e para tal o autor toma como exemplo uma organização social, que possui uma sede e também um calendário rigoroso de reuniões, porém, nas reuniões comparecem poucos participantes, não há debates qualificados e nem dinamismo quanto às lideranças e diretorias da organização. O exemplo elucidado que não basta organizar agendas, se as pessoas se ausentam da possibilidade de discussão.

Bordenave (1983) elenca graus de participação entre os membros e dirigentes de uma organização, considerando primeiramente a *informação*, na qual os dirigentes repassam para os membros, seguidos do grau da *consulta*, em que se pode ou não consultar os membros sobre determinadas sugestões e condutas, após o grau de *elaboração/recomendação*, aonde os

membros elaboram propostas e recomendam medidas. Já no nível mais elevado, há o grau denominado de *co-gestão*, quando nesta é compartilhada a direção com os participantes da organização, após, a *delegação*, e por último, a *autogestão*, na qual todo o grupo participa e determina objetivos, sem haver distinção entre dirigentes e membros.

Outra referência fundamental nos estudos sobre participação é encontrada em Bobbio *et. al.* (1986) e considera três formas de participação. O autor caracteriza a primeira com o termo *presença* significando o menor grau ou como sendo a menos intensa, trata-se de comportamentos passivos e receptivos. A segunda forma é chamada de *ativação* correspondente ao envolvimento e atividades que o sujeito desenvolve por conta própria ou por delegação. E, por último, a *participação* refere-se a situações que os sujeitos contribuem de forma direta ou indiretamente para uma decisão política. Bobbio *et. al.* (1986, p. 889) alerta que a participação de forma direta

só pode ser dada em contextos políticos muito restritos; na maioria dos casos a contribuição é indireta e se expressa na escolha do dirigente, isto é, do pessoal investido de poder por certo período de tempo para analisar as alternativas e tomar decisões que vinculem toda sociedade.

Já Pateman (1992) contribui nesse contexto definindo três tipologias da participação: pseudoparticipação, quando acontece somente a consulta para as decisões; participação parcial, em que poucos tomam as decisões apesar de todos fazerem parte e participação plena, na qual, todos têm a mesma influência da decisão final. Esta autora considera que a participação tem efeito acumulativo, pois quanto mais o indivíduo participa, maior será a sua eficiência política e a sua capacidade de lidar com o processo político-participativo.

De outro modo, Gohn (2001) salienta o esquema de Arnstein (1969), o qual propõe a análise da participação a partir de graus distintos, denominando o primeiro grau de manipulação, equivalente a não participação, seguida do segundo grau, quais sejam, a terapia, informação e consulta. Já os últimos graus referem-se a um poder comunitário, subdividido em quatro tipos: conciliação, associação, poder delegado e controle. Ademais, Farjardo (1981 *apud* Gohn, 2001) propõem uma classificação através de dois blocos, chamados de participação i) instrumental e ii) desenvolvimentista.

No que se refere à qualidade da participação, esta não possui fórmula para ser mensurada, mas existem alguns elementos essenciais na análise para compreender a participação destacados por Demo (1988): i) o poder vem de baixo para cima e pertence a todos, ii) a importância das informações, iii) o direito de voto aos participantes, e ainda, iv) o estabelecimento de regras comuns.

Para ilustrar melhor esse contexto, Demo (1988) elege quatro critérios referentes à qualidade política: i) *representatividade*, referente aos mandatos e processos de eleição; ii) *legitimidade*, relacionado ao reconhecimento de direitos e deveres dos participantes; iii) *participação da base*, como fenômeno principal, demonstrada através da coesão organizativa e o comprometimento com as questões; e iv) *auto-sustentação*, conexão entre a emancipação do grupo, dos ideais, compromissos, ideologias e a questão da sobrevivência material. Assim, a qualidade política da participação é essencialmente o modo como o processo participativo ocorre e como ele se mantém diante das dificuldades e forças internas e externas.

Outra observação considerada importante são os fatores condicionantes da participação, tanto positiva ou negativamente conforme descreve Bobbio *et. al.* (1986). Configura-se como um fator condicionante, as oportunidades, as estruturas ou as ocasiões de participação, ou seja, o contexto no qual o indivíduo se move. Essas estruturas são diferenciadas entre os regimes existentes, como no caso de sistemas autoritários e totalitários, ou ainda, nos considerados como sistemas democráticos. O mesmo autor ressalta ainda que a forma mais intensa de participação esta intimamente ligada aos sistemas democráticos, principalmente quando nestas há associações que exercem funções de estímulo político, como também agregam os indivíduos e as diversas forças políticas. Vale mencionar que Gohn (2001) também analisou desta forma, conforme exposto no item anterior.

Além dos canais de participação estabelecidos pelos regimes políticos e aqueles criados por sujeitos de participação, pode ser destacado o fenômeno chamado de mobilização, este inferindo o estímulo e a própria cultura política no sentido de motivar-se e sensibilizar-se por questões referentes à coisa pública. A mobilização possui a capacidade de potencializar a sensibilização, o desejo e a motivação para uma participação qualificada. Assim, contribui para o processo de criação e reprodução sociopolítica da realidade, isto é, possibilita agir para construir e efetivar o novo. Para Toro e Werneck (1996, p. 11):

Toda mobilização é mobilização para alguma coisa, para alcançar um objetivo pré-definido, um propósito comum, por isso é um ato de razão. Pressupõe uma convicção coletiva da relevância, um sentido de público, daquilo que convém a todos. Para que ela seja útil a uma sociedade ela tem que estar orientada para a construção de um projeto de futuro. Se o seu propósito é passageiro, converte-se em um evento, uma campanha e não em um processo de mobilização. A mobilização requer uma dedicação contínua e produz resultados quotidianamente.

Isto significa que o ato de se inserir, de se engajar é intrínseco a ação da mobilização, efetivando-se processualmente até a participação propriamente dita, acontecendo quando uma

comunidade ou um grupo de pessoas agem coletivamente em prol de objetivos e interesses comuns, buscando decisões que favoreçam a vontade de todos.

Outro fator contemporâneo a respeito da participação dos sujeitos sociais são as redes da vida cotidiana que segundo Alvarez, Dagnino e Escobar (2000, p. 35) “configuram novos vínculos interpessoais, inter-organizacionais e político-culturais”. Nesse sentido, as redes caracterizam-se como estratégias de articulação da participação em espaços públicos alternativos, e assim, positivos para a democracia.

Os fatores – níveis, formas, intensidade, condicionantes da participação – citados até aqui podem traduzir vantagens como também desvantagens ao processo participativo. Assim, na história brasileira e na trajetória da participação desde o Brasil colônia até os dias atuais, percebe-se que esta foi marcada por políticos paternalistas e clientelistas, além dos regimes ditatoriais. Com estes fatos, constatam-se menos de meio século de democracia no país, gerando desvantagem em relação às sociedades que tiveram outra trajetória e conseguem desacoplar a participação da obrigatoriedade legal, pressupondo-se que os cidadãos tenham uma cultura política participacionista. No Brasil, a obrigatoriedade do voto expressa um elemento contrário à participação livre, pois direciona os procedimentos de participação, não estabelecendo necessariamente mecanismos de uma cultura política participativa e democrática. Contudo, muito já se avançou na participação, pois é processual e pedagógica na medida em que é vivenciada e exercida.

2.1.5 Dimensões da participação

Na análise teórica acerca da participação, é possível identificar na bibliografia a menção das dimensões da participação, sendo que estas referem-se tanto à extensão quanto ao conteúdo (volume) da participação. Deste modo, a participação proporciona instâncias de decisão, controle social, além de estimular uma dimensão educativa entre os sujeitos participantes. Teixeira (2002) argumenta que a dimensão mais discutida em participação é o seu papel decisório, pois é um elemento essencial para a democracia. Este mesmo autor menciona Rousseau que já afirmava:

A importância da tomada de decisão, com o envolvimento direto e permanente do cidadão, sendo o governo um corpo intermediário, encarregado de execução das leis e da manutenção da liberdade, em nome do povo que pode limitar, modificar e retomar o poder quando lhe aprouver (TEIXEIRA, 2002, p. 34).

A autora Pateman (1992, p. 35) destaca que Rousseau¹ pode ser considerado como um estudioso da participação e afirma:

a participação é bem mais do que um complemento protetor de uma série de arranjos institucionais: ela também provoca um efeito psicológico sobre os que participam, assegurando uma inter-relação contínua entre o funcionamento das instituições e as qualidades e atitudes psicológicas dos indivíduos que interagem dentre elas.

Assim, além da dimensão decisória, a participação abrange a dimensão psicológica e da relação entre os sujeitos. Ademais, a participação dos cidadãos no processo decisório é fundamental para a democracia. Rousseau assegurava que as condições socioeconômicas eram imprescindíveis para um sistema democrático, e assim, defendia uma sociedade formada por pequenos camponeses em que nenhum fosse tão rico para comprar o outro e ninguém fosse tão pobre que necessitasse vender suas coisas, sendo que tais condições proporcionariam aos indivíduos facilidades em agrupar-se e não dependeriam para votar e opinar sobre seus interesses. Nesse sentido, a participação aconteceria na tomada de decisões e ainda, fortaleceria uma forma de proteger e lutar pelos interesses coletivos e assegurar um bom governo (PATEMAN, 1992).

Atualmente, com a complexificação da sociedade o desafio persiste em envolver os sujeitos para a participação diante das desigualdades e das decisões complexas, que estão envolvidas por interesses, custos e incertezas (TEIXEIRA, 2002). Este último autor salienta “como inserir no processo os excluídos que não dispõe das condições mínimas, sequer para a sobrevivência material?” (p. 35) e levanta questões que dificultam o processo participativo, como “o corporativismo de uns, apatia política de grande número de cidadãos, fundamentalismo de outros” (idem). Esses fatores dificultam e problematizam o processo decisório, transformando-se em um enigma, que reflete no campo teórico, mas que se manifesta no campo real nas mais diversas decisões que são tomadas e afetam a maioria da população. Teixeira (2002) aponta como desafio, a combinação da participação com a representação, na busca de manifestar as diferenças e desejos de grupos sociais e a universalidade da cidadania.

Mais uma dimensão a ser destacada da participação, refere-se ao exercício do controle social proporcionado pela mesma. O controle social é um instrumento de participação dos cidadãos no controle do Estado, expressado através de duas formas: o *accountability*, que significa a prestação de contas do poder público e, a *responsabilização* dos agentes políticos

¹ Vale esclarecer aqui o uso indireto do pensamento de Rousseau, abordado de forma direta nos textos de Teixeira (2002) e Pateman (1992).

pelas ações dentro das normas e leis da sociedade (TEIXEIRA, 2002). Este autor destaca: “trata-se assim, de uma noção de soberania popular, no sentido não apenas do poder eleger mandatários, mas também, do poder exercer o controle sobre o mandato de forma permanente e não só por eleições” (TEIXEIRA, 2002, p. 39).

Apesar de nas últimas décadas já ser notável um avanço significativo referente ao controle social, necessita-se que ele seja fortalecido ainda mais, exigindo transparência do Estado e uma sociedade civil organizada, utilizando-se da comunicação e informação como mecanismos de facilitação para o exercício do controle social. O exercício da participação poderá vir a qualificar os processos de controle social de forma contínua e permanente.

Outra dimensão a ser destacada, é o caráter pedagógico da participação, mediada pela presença do princípio educativo. Esse caráter é expresso pelas experiências e habilidades que os sujeitos criam em relacionar-se com grupos e processos embutidos de interesses diversos. Teixeira (2002, p. 37) argumenta que, para constatar a participação como um processo educativo, os grupos e movimentos de cidadãos, têm efetivado a “reflexão sobre as ações realizadas, buscando-se aprender com os próprios erros e avaliando suas potencialidades de eficácia”. Esse processo requer uma inserção dos sujeitos no processo político e seu envolvimento com questões públicas.

Já Rousseau considerava que a função principal da participação é educativa, pois desenvolve uma ação capaz de identificar que os interesses públicos e privados encontram-se ligados, já que “durante esse processo o indivíduo aprende que a palavra ‘cada’ aplica-se a ele mesmo; o que vale dizer que ele tem que levar em consideração assuntos bem mais abrangentes do que seus próprios e imediatos interesses privados, caso queira a cooperação dos outros” (PATEMAN, 1992, p. 38). Esta última autora destaca ainda que

Uma vez estabelecido o sistema participativo (e este é um ponto da maior importância), ele se torna auto-sustentável porque as qualidades exigidas de cada cidadão para que o sistema seja bem-sucedido são aquelas que o próprio processo de participação desenvolve e estimula; quanto mais o cidadão participa, mais ele se torna capacitado para fazê-lo. Os resultados humanos obtidos no processo de participação fornecem uma importante justificativa para um sistema participativo (PATEMAN, 1992, p. 39).

Num sentido semelhante, Motta (2003, p. 371) salienta que, além da participação possuir uma dimensão pedagógica,

uma educação participativa favorece a aquisição de habilidades de valor na participação na administração na idade adulta. Participar também implica um desejo. Pessoas educadas em contextos muito autoritários podem simplesmente preferir não participar. Esse aspecto parece essencial, visto que a participação implica um alto

grau de envolvimento e, com frequência, o envolvimento implica desgaste emocional ou mesmo físico.

Além das características da trajetória de vida dos sujeitos, que influencia na forma de participação e no desejo de manifestar-se, o processo participativo também desencadeia um aprendizado relativo a questões da vida em sociedade e formas relacionais de convivência. Com efeito, essas dimensões elencadas geram a função da integração, em que o sujeito sente-se como cidadão pertencente a certa comunidade ou nação. Tal experiência integra os indivíduos e constitui-se como um instrumento para mudar determinada realidade (PATEMAN, 1992).

As dimensões da participação – pedagógica, decisória e de controle social – desencadeiam um processo amplo e compõem a totalidade de um procedimento participativo. Os reflexos das dimensões citadas acima ecoam tanto na vida dos sujeitos participantes, criando habilidades cívicas, como também, no meio social onde convivem, operando através dos interesses da coletividade. Porém, ressalta-se que cada processo participativo e cada sujeito possuem suas particularidades e formas de apreensão, não podendo ser generalizados usando tais dimensões como regulamentos da participação.

2.1.6 Mitos sobre a participação

A participação, de outro lado, é carregada de mitos, como se nela mesma estivesse a solução de diferentes e muitas problemáticas relativas à vida em sociedade. Historicamente, pode-se observar que políticos e dirigentes por muito tempo, proclamaram a participação como uma falácia, ou ainda, inibiram o povo a participar das decisões, sendo esse discurso absorvido e, por vezes, reproduzido pela sociedade civil. Destarte, é possível identificar mitos acerca da participação.

Moroni (2009, p. 117-118) descreve quatro mitos sobre a participação:

1. “*A participação por si só muda a realidade*”: este mito despolitiza a participação e expressa interesses de sujeitos políticos que não desejam a mudança através da participação.

2. “*A sociedade não está preparada para participar como protagonista das políticas públicas*”: esta afirmação refere-se à centralidade da representação e ao preconceito de partilhar o poder com a sociedade civil, considerando que esta não vai entender e não saberá tomar as decisões certas;

3. “*A sociedade não pode compartilhar da governabilidade*”: a alegação deduz a necessidade da participação da sociedade civil somente na hora do voto e durante o mandato, o partido toma as decisões conforme os interesses do partido, ou do político;

4. “*A sociedade é vista como elemento que dificulta a tomada de decisões*”: essa justificativa faz menção à demora em decidir e o processo longo exigido pela participação, enquanto em um pequeno grupo ou até mesmo um responsável poderá tomar a mesma decisão.

Todavia, esses mitos são ideologias falsas e precisam ser desconstruídos em virtude da força que a participação possui e das grandes conquistas possíveis por meio dela, fortalecendo a democracia participativa através da politização dos sujeitos individuais e coletivos.

2.2 Participação, cidadania e democracia

Nas sociedades modernas, a participação está intrinsecamente relacionada à cidadania e democracia. A participação dos sujeitos caracteriza-se como instrumento de essencial relevância, para a efetivação dos interesses coletivos e do próprio fortalecimento da democracia e da cidadania. Assim, as condições dignas de vida, relacionadas à saúde, moradia e educação são direitos básicos e fundamentais para os cidadãos, para que, satisfeitos possam, exercer sua autonomia. Seguindo essa perspectiva, Telles (1994, p. 92) contribui ao analisar que:

Para colocar em termos mais precisos, os direitos operam como princípios reguladores das práticas sociais, definindo as regras das reciprocidades esperadas na vida em sociedade através da atribuição mutuamente acordada (e negociada) das obrigações e responsabilidades, garantias e prerrogativas de cada um. Como forma, de sociabilidade e regra de reciprocidade, os direitos constroem, portanto, vínculos propriamente civis entre indivíduos, grupos e classes.

A cidadania pode ser caracterizada como uma condição social que reconhece direitos e deveres políticos, sociais e civis dos cidadãos em uma sociedade possuindo a dimensão da liberdade e igualdade. Assim, segundo Demo (1988), os processos participativos acentuam a cidadania organizativa e não a individual, pois refletem em um processo social de exercício da democracia possuindo estratégia de transformação. Por este viés a participação é idealizada como obtenção e extensão da cidadania, através da “incorporação maciça no processo político, com ampliação do sufrágio, e mais recentemente, com a construção de novos direitos

e a luta pela superação de vários tipos de discriminação e desigualdades” (TEIXEIRA, 2002, p. 58). Nesse sentido, Gohn (1997, p. 2-3) analisa que através de:

Ações coletivas de caráter sócio-político, construídas por atores sociais pertencentes a diferentes classes e camadas sociais (...) politizam suas demandas e criam um campo político de força na sociedade civil. Suas ações estruturam-se a partir de repertórios criados sobre temas e problemas em situações: conflitos, litígios e disputas (sic). As ações desenvolvem um processo social e político cultural que cria uma identidade coletiva do movimento, a partir de interesses em comum. Essa identidade decorre da forma do princípio da solidariedade, e é construída a partir da base referencial de valores culturais e políticos compartilhados pelo grupo.

Nesse contexto, participação e democracia estão profundamente imbricadas, e mais, através delas criam-se habilidades de discutir, deliberar, eleger, exercer rotatividade de poder, exigir dos governantes, controlar e fiscalizar, e assim, a participação pode ser considerada como exercício da democracia.

Bobbio *et. al.* (1986, p. 889) destaca de maneira central que:

O ideal democrático supõe cidadãos atentos à evolução da coisa pública, informados dos acontecimentos políticos, ao corrente dos principais problemas, capazes de escolher entre as diversas alternativas apresentadas pelas forças políticas e fortemente interessadas em forma diretas ou indiretas de participação.

A participação é a consolidação de uma cultura democrática, que passa a ser uma característica da própria sociedade, construída e materializada como valor comum e modo de ser (DEMO, 1988). Nesse sentido, a democracia só é instituída com a participação da população nos diferentes espaços de tomada de decisões, traduzindo o dever dos cidadãos em se envolverem com assuntos referentes à vida pública, bem como o direito de criarem diferentes organizações sociais e esferas de democracia.

2.3 Participação e sua institucionalização crescente no Brasil

Na história do Brasil, a participação das diferentes organizações e sujeitos coletivos ocorridas desde o período imperial até aos dias atuais foram precursoras de muitas conquistas sociais relativas aos direitos sociais, civis e políticos, configurando-se como mecanismos de avanços democráticos. No florescer da redemocratização do país, os movimentos sociais assumiram papéis fundamentais referentes à representação política nos espaços reivindicatórios, potencializando lutas pautadas em defesa dos interesses populares.

Segundo Avritzer (2009), o Brasil, até os anos de 1980 foi considerado como um país de baixa propensão participativa, estando tal característica intrinsecamente ligada à formação histórica, política e cultural brasileira, marcada pelo poder da propriedade da terra, propagação do clientelismo, e ainda, pelas formas verticais da organização política. Isto evidenciou em diferentes regiões do Brasil pouca participação da sociedade civil e muita dominação política.

No final dos anos 1970 começa a surgir no Brasil uma “sociedade civil autônoma e democrática”, implicando em uma presença de organizações sociais e diferentes atores na cena política (AVRITZER, 2009, p. 28). Esse novo contexto demandou a proliferação de formas diferenciadas de participação. Com a promulgação da Constituição Federal de 1988 a participação sofreu processos de legalização e institucionalização, estimulando a participação na tomada de decisões sobre as políticas públicas e igualmente instituindo a participação na gestão administrativa.

Vale destacar que uma forma institucionalizada de participação política no Brasil foi o voto. Mesmo com uma série de restrições acerca da idade, renda e propriedade e educação, a Constituição de 1824 instituiu o direito a um determinado grupo social (NICOLAU, 2002). Com o passar do tempo a legislação eleitoral veio sofrendo alterações até as atuais configurações expressas na Constituição de 1988. Ressalta-se também que nos períodos ditatoriais o voto foi suspenso. Assim, a democracia representativa foi uma forma historicamente importante de ampliação e institucionalização da participação no Brasil.

Nas últimas duas décadas viveu-se a proliferação de ideias neoliberais, passando estas a serem assumidas na gestão do Estado brasileiro. Com a eleição de Fernando Collor de Mello para presidência houve a incidência de um discurso antagônico, da descentralização e da participação, em relação aquela prevista pela própria Constituição e organizações populares. Ao invés de descentralizar o poder e de ampliar a participação nas políticas públicas, a concepção neoliberal abarcava a descentralização como forma de amortecimento do Estado e a participação como elemento de repassar para a sociedade atribuições do Estado (MORONI, 2009).

Com efeito, os canais de participação foram instituídos pela Constituição de 1988 através de instrumentos de democracia direta, representados pelos plebiscitos, referendos e iniciativa popular, e também pelo mecanismo de democracia participativa, representados pelos conselhos de políticas públicas e de direitos e conferências.

Assim, a crescente institucionalização da participação pode ser vista como um espaço de

inclusão de grupos sociais, onde todos os setores interessados numa determinada política pública possam discutir os seus objetivos num fórum com regras claras e transparentes, podendo representar também um avanço na promoção do exercício efetivo de uma cidadania ativa (JACOBI, 2002, p. 447).

E, para mais além desse conceito, pode-se considerar também os espaços que os grupos sociais ocupam para discutir, interferir e propor os interesses da coletividade através de plebiscitos, referendos e emendas populares.

Em diferentes artigos da Constituição tem-se a menção da participação, levando à consolidação de um espaço para práticas participativas. A forma ao ser citada pela legislação assume diferentes configurações. Assim, em seu art. 14 está expresso “a soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos”. Já o art. 27 acerca dos Estados assegura, “disporá sobre iniciativa popular no processo legislativo estadual” e ainda no art. 29 institui que os municípios podem reger-se por lei orgânica com cooperação das associações representativas no planejamento municipal e por meio da iniciativa de projeto de lei através da manifestação de no mínimo cinco por cento do eleitorado.

Sobre a participação nas políticas públicas, o art. 194 dispõe que, “a seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, a previdência e a assistência social”, firmando o “caráter democrático e descentralizado, mediante gestão quadripartite [...]”. No art. 198 referente às ações e serviços públicos de saúde na III diretriz consta – “participação da comunidade”. Já no art. 204 relativo à política de assistência social, a participação está presente no inciso II estabelecendo “participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis”. Ainda, na política de educação, em seu art. 206, o VI princípio expressa “gestão democrática do ensino público, na forma da lei”. E por fim, no art. 227, em seu inciso primeiro consta que “o Estado promoverá programas de assistência integral à saúde da criança e do adolescente, admitida a participação de entidades não governamentais”.

Diante desses trechos da carta magna, constata-se a centralidade legal da participação, porém ressalta-se que a Constituição não institui a forma de viabilização da participação, apenas a menciona. Os artigos desembocaram em leis de regulamentação específicas, normatizadas nos anos 1990, sendo nestas mencionadas o tipo de gestão democrática a ser empregada, seja na instituição de órgãos colegiados, conselhos de políticas públicas e de direitos, audiências, debates e conferências para possibilitar a participação dos cidadãos.

Krüger (2008, p. 81), a partir de suas pesquisas acerca da participação nas instâncias da política de saúde, confirma que:

A participação da comunidade, expressão utilizada na Constituição, significa a garantia constitucional de que a população, através de suas entidades e movimentos, participará do processo de formulação das políticas sociais e do controle de sua execução nos três níveis de governo.

Diante dessas mudanças político-institucionais, a sociedade civil passou a enfrentar a institucionalização de sua participação, pois se ampliou a esfera pública e o direito de intervir sobre o Estado, resultando em uma mudança nas relações sociais, no sentido de instigar para uma maior autonomia dos cidadãos. Jacobi (2002, p. 447) sinaliza que:

As transformações político-institucionais e a ampliação de canais de representatividade dos setores organizados para atuarem junto aos órgãos públicos, como conquista dos movimentos organizados da sociedade civil, mostram a potencialidade de construção de sujeitos sociais identificados por objetivos comuns na transformação da gestão da coisa pública, associada à construção de uma nova institucionalidade.

Ainda, segundo este autor, a participação institucionalizada se enquadra em um novo processo de significação das relações entre público e privado. Diferencia dois aspectos: i) a participação é utilizada como mecanismo de democratização, buscando o fortalecimento da sociedade civil e descentralização do poder, e ii) o uso da participação como socialização da política, avigorada como meio para consolidar interesses e direitos que exigem uma atuação pública.

O novo arranjo institucional da participação representa a potencialização de práticas comunitárias, através de instrumentos que admitem e estimulam a participação através da co-responsabilização dos sujeitos. Jacobi (2002, p. 447) ressalta que o desafio dessa proposta é “garantir a definição de critérios de representação” para justamente impedir a manipulação ou cooptação de grupos pela administração pública, ou ainda, por interesses privados.

Essa nova forma de participação se consolida com o envolvimento dos grupos e sua capacidade de influenciar na formulação das políticas públicas, e caracteriza-se como instrumento de essencial relevância para a efetivação dos interesses coletivos e do próprio fortalecimento da democracia e da cidadania.

Porém, Krüger (2008, p. 81) problematiza a forma restritiva da participação presente no texto constitucional, imbuindo uma “noção de movimento social basista ou de uma política social que se destina a segmentos periféricos ou empobrecidos”. A autora complementa que o

objetivo da época era instituir a democracia, sem analisar a complexidade de uma gestão democrática nas três esferas do governo e assinala:

A heterogeneidade de interesses que envolvem a sociedade civil, os interesses utilitaristas e a própria condição sócio-cultural da maioria dos brasileiros para participar de espaços de deliberações sobre as políticas públicas, não se colocava como problemas da época (KRÜGER, 2008, p. 82).

Essa questão também é ressaltada por Burgos (2007) ao afirmar que esse novo contexto “exige, portanto, um processo de democratização do próprio movimento, de suas formas de participação, discussão, deliberação e de representação nas instâncias de articulação e na interface com o Estado” (*apud* KRÜGER, 2008, p. 88). Já Jacobi (2002) coloca essa experiência como espaço para refletir a relação entre Estado e sociedade, em que há exigência da sociedade em enfrentar essa relação com propostas e buscar inovar na gestão da coisa pública.

Contudo, vale ressaltar que esses canais de participação possibilitaram o aumento e transparência das informações sobre o funcionamento do Estado, permitindo um controle efetivo e permanente por parte dos sujeitos sociais. De outro modo, essa experiência também é marcada pelas dificuldades advindas da heterogeneidade da sociedade civil e das formas de representação que ela estabelece, criando tensões quanto à escolha dos representantes e aos interesses defendidos. Isto evidencia que a sociedade civil não é homogênea e conduzida somente por interesses considerados “virtuosos”, como analisado por Dagnino (2006). Assim, quando os embates estabelecidos no seio da sociedade não são mediados através de uma relação política pode-se perceber o esvaziamento desses espaços coletivos garantidos por lei.

Acerca desta questão Jacobi (2002, p. 451-452) destaca que

As dimensões diferenciadas de participação mostram a necessidade de superar ou conviver com certos condicionantes sociopolíticos e culturais, na medida em que o salto qualitativo começa a ocorrer a partir de diferentes engenharias institucionais, reforçando a importância de pensar a participação como um método de governo, o que pressupõe a realização de certas precondições necessárias à sua viabilização no nível do possível, dadas as características da cultura política brasileira.

Os progressos institucionais pautados em uma gestão participativa requerem dos sujeitos um envolvimento político na afirmação de uma nova cultura de afirmação de direitos, nas quais as experiências possam fortalecer a capacidade crítica e “de interveniência dos setores de baixa renda através de um processo pedagógico e informativo de base relacional, assim como a capacidade de multiplicação e aproveitamento do potencial dos cidadãos no

processo decisório dentro de uma lógica não cooptativa” (JACOBI, 2002, p. 452). Assim, destaca-se que esse espaço também é potencializador de uma cidadania ativa.

Segundo o mesmo autor, os desafios para ampliar a participação estão intimamente relacionados com a predisposição dos governos locais, no sentido de proporcionar espaços públicos e plurais de articulação, evidenciando discussões e debates para que os interesses da maioria sejam legitimados. Através do esforço do Estado, ligado a sua reinvenção participativa e da sociedade civil, em sua complexa organização, formam-se conjuntos e formas coerentes de participação capazes de solidificar práticas que fortaleçam a mediação, seja na definição conjunta de políticas públicas ou na partilha do poder.

Lambertucci (2009, p. 77) considera que o Brasil tem hoje um sistema participativo devido a “conquista da sociedade brasileira e vontade dos governos”, e poderá se transformar em uma política de Estado, caso não retroceder. Já Silva (2003, p. 44) infere que “as experiências de participação dos movimentos populares sofreram mutações sob os impactos das transformações políticas e econômicas e, ao entrarem em contato com a institucionalidade, perderam muito da proposta inicial”, pois analisa que os movimentos dos anos 2000 têm pouca relação com os movimentos sociais da década de 1970.

Diante do cenário da institucionalização da participação, Jacobi (2002, p. 452) expressa que o processo participativo exige um compromisso do cidadão com a vida pública e isso remete a qualidade da participação, não se referindo somente à condição jurídica, mas a disposição dos sujeitos participarem de forma, autônoma, consciente e justa. Assim, a alternativa da participação pode configurar-se como uma ruptura com estruturas patrimonialistas e autoritárias, na medida em que os cidadãos desempenham um papel importante das relações e dinamização da sociedade na direção do “exercício de um controle mais permanente e consistente dos usuários na gestão da coisa pública, sustentado no acesso à informação sobre o funcionamento do governo da cidade a todos os grupos sociais”. A institucionalização da participação no Brasil representou um salto democrático expressivo na história do país, incluindo sujeitos que intervêm nos processos decisórios, e um Estado com diferentes configurações.

Nesse sentido, a problematização dos apenas 41 anos de democracia formal na história do Brasil pode explicar acerca da construção do hábito, do valor e da cultura participativa de uma nação. Não se pode descolar a participação da democracia e a história que se revela não é de governantes autônomos e que reconheçam por si o poder do povo, mas a partilha crescente do poder foi processo de conquista dos movimentos sociais.

Com o exposto até aqui, a primeira seção esteve voltada para a discussão acerca da participação e suas manifestações processuais. Porém, estes processos estão intimamente ligados aos processos político-organizativos, os quais podem ser significativos meios de inserção e de atuação do Serviço Social. E, dessa forma, a próxima seção consistirá em analisar processos político-organizativos relativos à participação juntamente com a atuação de profissionais em Serviço Social.

3 PROCESSOS POLÍTICO-ORGANIZATIVOS

A concepção sobre processos político-organizativos no Serviço Social se configura como uma categoria fundamental na atuação dos profissionais, fazendo parte do cotidiano nos diferentes espaços de inserção, porém, pouco tematizado, abordado e pesquisado. Com isso, o uso do termo é impreciso e polissêmico.

A presente seção terá como tema de estudos os processos político-organizativos, na tentativa de elencar concepções sobre a temática e também fazer uma breve recuperação histórica da atuação dos profissionais de Serviço Social com participação em processos político-organizativos.

3.1 Serviço Social e Processos Político-Organizativos: marco legal e tentativa de definição

O trabalho do profissional de Serviço Social com abordagens coletivas foi desencadeado no Brasil, sobretudo a partir da década de 1950, quando novas formas de participação emergiram na sociedade, como os movimentos populares, bem como quando os profissionais de Serviço Social se inseriram em processos de desenvolvimento de comunidade. Nessa época também foram introduzidas disciplinas no currículo acadêmico da profissão que enfatizavam a atuação com grupos sociais e também com a organização comunitária, na qual as ações caminhavam para uma perspectiva de educação e uma cultura política participativa (SILVA, 1995).

Com o período ditatorial nas décadas de 1960 e 1970, as mudanças vivenciadas pela profissão nos anos 1980 e o processo de redemocratização no Brasil, o Serviço Social se aproxima aos movimentos sociais e insere uma disciplina sobre a temática no currículo, e assim, na década de 1990 que se tem uma significativa afirmação do compromisso do profissional com a sociedade civil, principalmente de sua parcela explorada e empobrecida, expresso através do Código de Ética (CE) ² e também da Lei de Regulamentação da Profissão (LRP), ambos de 1993. Esses documentos retomam a importância e o compromisso do profissional em apoiar e incentivar organizações e grupos que lutam em prol da consolidação

² O Código de Ética de 1986 já expressava um radical avanço no que concerne ao compromisso da profissão com a classe trabalhadora.

de direitos, como também de atuar juntamente com a sociedade civil no controle e fiscalização de políticas públicas.

Na LRP destaca-se como uma das competências do assistente social “prestar assessoria e apoio aos movimentos sociais em matéria relacionada às políticas sociais, no exercício e na defesa dos direitos civis, políticos e sociais da coletividade” (CFESS, art. 4, linha IX). Ainda, configura-se como um direito do profissional “apoiar e/ou participar dos movimentos sociais e organizações populares vinculados à luta pela consolidação e ampliação da democracia e dos direitos de cidadania” (CFESS, art. 12, b). Igualmente, é sabido que o CFESS/CRESS, no relatório final do 39º Encontro Nacional realizado em 2010, faz recomendações a respeito da atuação dos profissionais quanto a priorizar ações conjuntas com a sociedade civil, quando expressa textualmente que ao conjunto dos profissionais cabe: “apoiar e participar nas lutas em defesa dos interesses da classe trabalhadora e contra as formas políticas e jurídicas de criminalização dos movimentos sociais e dos pobres” e “atuar para efetivação das deliberações das conferências relativas aos processos democráticos”, bem como defender os espaços de controle social legitimados e atuar em prol de interesses coletivos.

Nesse sentido, observa-se que as ações dos profissionais sempre estão interligadas com a participação dos sujeitos, e ainda, com trabalhos de cunho coletivo. Ainda, ressalta-se a importância de profissionais qualificados, comprometidos e capacitados para atuar nessas instâncias político-organizativas.

De outra maneira, a ação de profissionais de Serviço Social nos processos político-organizativos requerem do profissional habilidades que venham a contribuir para a transformação social da realidade, principalmente na medida em que o profissional exerça um papel de articulador de relações, canalizando os interesses coletivos para finalidades cidadãs. Os sujeitos sociais se tornam agentes de mudança, pois se reconhecem no grupo e conjuntamente lutam para alcançar objetivos coletivos. Assim, as ações dos profissionais tornam-se relevantes quando exercidas sob uma ótica socioeducativa, com vistas a facilitar a consolidação de direitos sociais.

No intuito de construir reflexões teóricas para compreender a intervenção dos profissionais em Serviço Social, Mioto (2006; 2009) elaborou um esquema a partir de três processos interventivos, entre eles: 1) processos político-organizativos, 2) processos de planejamento e gestão e 3) processos socioassistenciais³. E assim, infere que processos

³ Mioto (2006; 2009) ao conceituar processos socioassistenciais infere que “correspondem ao conjunto de ações profissionais desenvolvidas, a partir de demandas singulares, no âmbito da intervenção direta com os usuários

político-organizativos “correspondem ao conjunto de ações profissionais, entre as quais se destacam as de mobilização e assessoria, que visam a participação política e a organização da sociedade civil para garantir e ampliar os direitos na esfera pública e exercer o controle social” (MIOTO, 2009, p. 500). Acrescenta ainda, que o objetivo da intervenção nesse processo é a participação social, seja nos movimentos sociais, associativismo civil ou na esfera pública. Lima (2004) expressa que o Serviço Social em processos político-organizativos desenvolve o trabalho profissional “basicamente através de ações de assessoria e mobilização, realizadas através de diferentes abordagens como a grupal, a individual e a coletiva, utilizando-se de diferentes instrumentos técnico-operativos” (p. 3).

Como a própria palavra ou o binômio expressa, entende-se que processos político-organizativos possuem duas dimensões: (1) uma relacionada ao político⁴, que pode ser entendido (a) como as relações de poder socialmente amplas (b) como da concepção de poder exercido pelo profissional de Serviço Social e pelos sujeitos enquanto grupo organizado ou não e (c) como também o sentido de debates, discussões, expressões e possíveis entendimentos que determinado grupo pode praticar. A outra dimensão (2) é a do organizativo, que supõe um esforço de reunir, juntar, identificar os sujeitos, realizar algo sistemático, institucionalizado e que possui uma finalidade. Nesse sentido, processos político-organizativos correspondem a espaços ou instâncias de exercício de poder que congregam sujeitos participativos, orientados por algum objetivo em comum, sobretudo, na perspectiva de ampliar a democracia, a cidadania, equidade e a justiça social.

Pode-se considerar que processos político-organizativos configuram-se em todas as instâncias de atuação do profissional com grupos, organizações, conselhos de políticas públicas entre outros espaços constituídos por mais de um sujeito social, entendendo-os como instâncias de identificação e socialização de lutas coletivas. Esses espaços possuem utilidade e efetividade no cotidiano profissional, no que infere a criação de consciência crítica e coletiva, sistematização de demandas para políticas públicas, bem como a construção de mecanismo de viabilização destas e o próprio exercício do controle social.

em contextos institucionais (p. 500) e afirma que essa intervenção pode ser realizada através de abordagens individuais ou grupais, o que segundo o conceito aqui definido e elaborado pressupõe já como processos político-organizativos. Porém, vale destacar que a linha é muito tênue na diferenciação desses processos de intervenção e segundo a autora Mioto (2009) os processos de intervenção articulam-se organicamente.

⁴ Mouffe faz contribuições importantes acerca da diferença entre “a política” e “o político”, relacionando o primeiro termo ao mundo da política, compreendido como a organização do Estado e das instituições representativas. Já a segunda expressão refere-se a sociedade como um *lócus* da diversidade, de conflitos e até mesmo de opressão. Ressalta-se que o conceito de processos político-organizativos, possui a dimensão “do político” como ressaltado por Mouffe (*apud* SANTOS, 2010).

Vale ser destacado que das bibliografias consultadas, além do conceito utilizado pela autora Mioto (2006; 2009) não se encontram outras concepções sistematizadas, argumentadas ou explicativas acerca de processos político-organizativos, porém constatam-se o uso de outros termos que podem ser entendidos como sinônimos desse processo, como processos sócio-organizativos, sócio-participativo, prática organizativa e metodologias utilizadas para o trabalho em grupo, principalmente na época em que o Serviço Social atuava com o desenvolvimento de comunidade. Ressalta-se que Lisboa (2010)⁵ utiliza-se do termo sócio-organizativo compreendendo-o como um espaço coletivo presente na esfera do Estado, sociedade civil ou mercado que possui um caráter reivindicativo e uma pauta de luta, utilizando-se como exemplo uma associação de moradores, conselhos, fóruns, entre outros. Assim, diferencia esse processo com os grupos que possuem uma característica mais interativa e de socialização e não reivindicatória.

Contudo, diante dos estudos realizados, avalia-se que o termo processos político-organizativos possui um caráter mais abrangente podendo ser verificado primeiramente pela sua dimensão político e organizativo que expressam características presentes em grupos sociais e, também, por entendê-lo como uma instância que possui uma intencionalidade e finalidade, podendo ou não se tornar reivindicatório.

Percebe-se assim, que estes fundamentos acerca dos processos político-organizativos podem subsidiar uma atuação voltada ao exercício que articule as demandas individuais em coletivas, no sentido de fortalecer os espaços de participação já instituídos, como também, de articular novos espaços de participação, nos quais as pessoas se reconheçam no grupo. O assistente social atua como mediador dessa relação e de conteúdos que podem facilitar a reflexão da realidade em que os sujeitos estão inseridos.

Portanto, os processos político-organizativos podem ser manifestados como espaços organizados, de grupos, conselhos e reuniões em que a atuação de profissionais em Serviço Social se dá através da mediação de conteúdos e reflexões que podem ser socializados, discutidos e debatidos entre os sujeitos, para que os mesmos se reconheçam e criam consciência crítica de sua realidade e direitos sociais que sejam efetivados.

⁵ Depoimento recebido pela Profa. Dra. Teresa Kleba Lisboa ao ser indagada acerca do termo processos sócio-organizativos, utilizado em uma aula ministrada na Capacitação para Assistentes Sociais realizada pelo Núcleo de Estudos em Serviço Social e Organização Social no ano de 2010. Mencionou que utiliza esse termo também na disciplina de “Serviço Social, Movimentos Sociais e Conselhos de Direito” da 4ª fase do Curso de Serviço Social, porém não possui nada produzido e sistematizado sobre a temática, apenas leituras que subsidiam essa concepção.

3.2 Relação dos processos político-organizativos com participação

A partir do entendimento de que processos político-organizativos são instâncias de trabalho com grupos, organizações, conselhos gestores, entre outros espaços, como meios de socialização, identificação e lutas coletivas, nos próximos itens far-se-á uma retrospectiva histórica da participação no Brasil com ênfase na atuação de profissionais com participação em processos político-organizativos.

3.2.1 Participação anterior a 1988 e as abordagens no Serviço Social

Ao analisar a “linha do tempo da participação no Brasil”⁶, podem-se indicar alguns períodos marcantes, desde a Colônia, o Império, o século XX e o marco da Constituição Federal de 1988 até os dias atuais. Nesse item serão arroladas as questões relacionadas à temática da participação, processos político-organizativos e atuação profissional do Serviço Social passando pela promulgação da Constituição de 1988 até a contemporaneidade.

As primeiras manifestações populares que podem ser destacadas na história brasileira no período Colonial e no Império aconteceram principalmente ligadas às lutas em torno da questão ou abolição da escravidão, cobranças do fisco, de pequenos camponeses, em prol da mudança de regime e entre outras causas. Essas reivindicações envolviam conflitos tanto na zona rural como urbana devido ao modo de produção e a comercialização (GOHN, 2003).

Ainda, em 1789 eclodiram no Brasil reivindicações importantes como a Inconfidência Mineira, considerada como a luta pela independência do Brasil, e, dez anos mais tarde, o movimento conhecido como a Conspiração dos Alfaiates, manifestada com ideais da Revolução Francesa. Já no início do século XIX emergiram novos movimentos como a Revolução Pernambucana, Revolta dos Escravos, a Guerra da Cisplatina, Balaiada, a Revolução Farroupilha, a Sabinada. E, a partir da metade do século XIX, outras expressões apareceram, como a Primeira Greve de Escravos-Operários, Lei do Ventre Livre, Revolta de Canudos, Movimento Abolicionista, Movimento Republicano, criação de Fundações, Partidos Políticos e Associações (GOHN, 2003). Destaca-se que nesse período a política social era inexistente e havia interferência das ações da Igreja Católica no que vem a ser os direitos

⁶ Expressão utilizada por Krüger na aula sobre “Conselhos de Direito e de Políticas Públicas e Participação” na Capacitação para Assistentes Sociais em 17 de agosto de 2010.

sociais. Enfim, observa-se nesses 400 anos de história, pequenas iniciativas de participação, mas que não conseguiram dar uma direção emancipatória para a história da sociedade brasileira, marcada pelo coronelismo, pelo clientelismo, por uma economia agrícola e uma longa trajetória de autoritarismo político.

No início do século XX o cenário se diferencia do período anterior, uma vez que, novos personagens entram em cena como a classe operária, classes populares urbanas que lutam por moradia, direitos trabalhistas, educação, saúde, entre outras. Podem ser destacados como movimentos dessa época a Revolta da Vacina, as grandes greves de 1912, 1917 e 1919 e a Revolta no Contestado. E, com a chegada dos imigrantes apareceram também no Brasil elementos de politização e mobilizações relacionadas à luta por direitos trabalhistas. Em 1923 foram criadas as primeiras Caixas de Aposentadorias e Pensão - CAP's, ligadas a um segmento específico de trabalhadores (KRÜGER, 2010).

No ano de 1936 é criada no Brasil a primeira Escola de Serviço, sendo sua institucionalização e legitimação realizada pela criação das grandes instituições assistenciais, estatais e autarquias a partir dos anos de 1940. Silva (1995, p. 25) analisa que nesse período o Serviço Social “é um projeto embrionário de intervenção profissional” e que encontra fundamento na Doutrina Social da Igreja. Amplia-se em seguida, com as grandes instituições e passa a ser deslocado para o Estado e para as empresas, na execução de políticas sociais, como enfretamento da questão social emergente do desenvolvimento urbano-industrial. Assim, os assistentes sociais se transformam em uma categoria profissional assalariada, composta principalmente por representantes das elites e setores médios que se interessam pela atividade remunerada.

Ainda, na década de 1950 a Organização das Nações Unidas (ONU) empenha-se para sistematizar e anunciar o Desenvolvimento de Comunidade (DC) “como estratégia de integrar os esforços da população aos planos nacionais e regionais de desenvolvimento” (SILVA, 1995, p. 26) e dissemina-se como prática somente nas décadas subsequentes. Souza (1987) considera o DC como “um processo pedagógico de ação junto às comunidades” ou ainda, como um meio de trabalho e interferência da política social, a qual “evoca a participação popular como condição importante para se chegar ao desenvolvimento global do país” (p. 13-15).

Segundo esta mesma autora “as escolas de Serviço Social são responsáveis pela formação do profissional de DC e são pioneiras na introdução e disseminação inicial de ideias e sistemáticas de ações destinadas aos trabalhos comunitários” (SOUZA, 1987, p. 45), na qual o profissional vincula-se organicamente e passa a desenvolver reflexões sobre a realidade e

formas de enftretamento desta junto com a populaçaõ. Nesse sentido, sãõ elaboradas tãcnicas e metodologias de ações junto aos setores organizados, e antes mesmo, no ano de 1944, a escola de Serviço Social de Sãõ Paulo inaugura a disciplina Organizaçaõ de Comunidade, em seu currículo, passando a partir daí a ser incorporada nas demais escolas do país.

Neste contexto, Souza (1987, p. 120) elenca como atribuições dos profissionais:

o conhecimento e análise da conjuntura social na qual a prática do DC se situa; a operacionalizaçaõ dos princípios e diretrizes metodolõgicas do DC; a operacionalizaçaõ de programas de política social levando em conta as exigências de participaçaõ da populaçaõ comunitária; a operacionalizaçaõ da prática do DC como meio de fortalecimento dos movimentos sociais.

Outro ponto a ser destacado é que, “trabalhar os interesses e preocupações da populaçaõ usuária do DC é trabalhar a realidade da correlaçãõ de forças na qual estes interesses e preocupações estãõ implicados” (SOUZA, 1987, p. 128). Nessa direçaõ, essas ações manifestam-se no cotidiano da populaçaõ, seja nas relaçaões travadas entre indivíduos, grupos e também da relaçaõ comunidade e instituiçaõ. Outras estratégias ainda sãõ elencadas por Souza (1987) mencionando os “processos de ultrapassagem de um pensar individual a um pensar coletivo; de um agir individual para um agir coletivo sobre os interesses e preocupações da populaçaõ comunitária. Cabe ao profissional estimular e agir para que esse processo se desenvolva” (p. 128).

Esta mesma autora destaca questionamentos acerca do trabalho do profissional, sendo, entãõ necessáριο analisar:

Como problematizar a realidade que aí está colocada em termos de interesses e preocupações? Quais as teorias, ou qual a teoria mais capacitada a explicar, mais objetivamente a realidade objeto da açãõ? Que caminhos ou que processo devem ser trabalhados em funçaõ do processo de reflexãõ gerador das ações necessárias? (SOUZA, 1987, p. 153-154).

Já adentrando a dãcada de 1960, repercutindo intensamente no Serviço Social, expressam-se duas dimensões segundo Souza (1997): a *conservadora*, na qual o Serviço Social é cada vez mais requisitado pelo Estado, na atuaçaõ referente as disfunções individuais e sociais, baseando-se em teorias sociolõgicas como o funcionalismo e positivismo e utilizando-se do Serviço Social de Caso e de Grupo. E a dimensãõ *mudancista*, influenciada por cristãõs de esquerda, utilizando-se da conscientizaçaõ e politizaçaõ, cujos assistentes sociais posicionam-se e engajam-se ao MEB – Movimentos de Educaçaõ de Base, iniciando um trabalho de alfabetizaçaõ, animaçaõ popular e sindicalizaçaõ. Destacam-se alguns trabalhos conjuntos a Paulo Freire, “despontando o emergir de uma nova prática profissional

questionadora do *status quo*” (SILVA, 1995, p. 29), ilustrando que nesse período os problemas sociais eram enfrentados por medidas de extensão da educação.

Portanto, o período entre 1945 e 1964, pode ser reconhecido como o primeiro momento de democracia no país, marcado pelo surgimento de sindicatos e associações que ganharam uma expressão nacional importante na época.

No período de ditadura militar, entre os anos de 1964 a 1985, o Serviço Social é caracterizado por essa conjuntura diferenciada e é nessa fase que uma visão mais crítica da profissão surge chamada de Movimento de Reconceituação. Por outro lado, para a autora Silva (1995), a ditadura dificulta a mobilização e participação da população, espaços nos quais muitos dos profissionais da categoria atuavam e estavam comprometidos com os interesses das classes populares e analisa:

Esse trabalho é desativado com o golpe militar de 1964, restando, como espaço de atuação profissional dos assistentes sociais, a execução das políticas sociais em expressão e dos programas de DC, tendo como principal função eliminar a resistência cultural às inovações, enquanto obstáculos ao crescimento econômico, bem como integrar as populações aos programas de desenvolvimento (SILVA, 1995, p. 30).

Nesse sentido, o profissional de DC ficou incumbido de implantar e implementar programas preexistentes, atuando com instrumentos adequados e assim, diferenciado-se e distanciando-se dos trabalhos comunitários anteriormente desenvolvidos (SOUZA, 1987).

Os anos de 1968 a 1971 são assinalados pela intensa coerção junto aos setores populares organizados e dá-se a instituição do medo e da imposição do silêncio. Em contrapartida, a política social⁷ é fortalecida através da prestação de serviços como saúde, moradia, educação, assistência social, etc., e vive-se o fenômeno conhecido como “milagre econômico”. A atuação dos profissionais em Serviço Social baseia-se na implementação desses programas sociais e exclui a participação nos processos políticos de decisão (SILVA, 1995). Esta autora analisa: “nessa perspectiva, a formação profissional do assistente social passa a ser pautada pela busca da eficiência e da modernização da profissão, sendo que o planejamento, a coordenação e a administração passam a desempenhar papel fundamental” (SILVA, 1995, p. 34).

É a partir dos anos 1970 que o Serviço Social assume uma direção mais crítica, fundamentada na tradição marxista. Ainda, destaca-se a equipe da Escola de Serviço Social da

⁷ A política social deste período era fragmentada, localizada, assistemática, entre outras e não é objeto específico de estudo aqui. Para tal encontram-se interessantes análises críticas da política social no Brasil em Behring (2006) e Pereira (2008).

Universidade Católica de Minas Gerais enquanto proponente do método BH (Belo Horizonte), que se expressa pela “sistematização da prática como fonte de teoria” (AMMANN, 1985, p. 138), buscando justamente romper com os modelos positivistas e o próprio desenvolvimento de comunidade e elaborando uma intervenção com bases na lógica dialética. A autora Santos (1993, p. 11) infere que “tais estudos se concentram nos problemas teórico-práticos da profissão como fatores que vêm exigindo novas proposições e encaminhamentos (sic). Considerando-se que estas novas proposições se referem tanto à teoria quanto a prática”. E, mesmo nesse período de forte repressão, alguns setores profissionais começam a atuar em prol dos segmentos mais explorados, ao invés da inserção nas instituições em favor da aceleração do desenvolvimento econômico (SILVA, 1995).

Posteriormente, já no período de distensão e abertura, as organizações populares e sindicais começam a se reorganizar, mas observa-se um agravamento da crise econômica e da pobreza da população, em que as desigualdades sociais são acirradas. A partir de 1979, os setores organizados passam a demandar a profissão o apoio as suas reivindicações para a ampliação das políticas sociais na perspectiva da expansão da cidadania. Os assistentes sociais desenvolvem novamente ações educativas e organizativas e atuam como estimuladores nas ações de democratização e politização das demandas sociais (SILVA, 1995).

É incorporada também nos anos 1980 a temática dos movimentos sociais e outras que derivam desta como a própria educação popular e participação no currículo, substituindo a disciplina de desenvolvimento de comunidade. Essa tendência emerge no período de renovação da profissão, marcado pelos movimentos ligados a luta pela redemocratização. Nesse sentido, a profissão busca uma articulação com os movimentos sociais e processos organizativos (BRAVO; MATOS, 2010). O trabalho profissional junto a estes segmentos, foi marcado, por meio da criação de campos de estágio aos acadêmicos de Serviço Social, o que na época era uma estratégia para efetivar o projeto de formação profissional que passava por revisão curricular até ser aprovado em 1979 e implementado a partir de 1982. “Era necessário possibilitar ao aluno a vivência de um exercício profissional comprometido com a classe trabalhadora, e tal vivência só poderia ocorrer em campos alternativos aos que os assistentes sociais trabalhavam” (MATOS, 2006, p. 41). Nesse período também, Matos (2006) destaca a negação do desenvolvimento de comunidade, pois expressava o inverso do que a profissão estava se propondo a alcançar.

Devido à inserção profissional junto à organização popular, em primeira mão se confunde a atuação desses profissionais com uma ação político-partidária, mas com referência em Gramsci utilizam-se da concepção de Estado ampliado, compreendendo as instituições

como espaços contraditórios. Com efeito, busca-se ampliar a prática institucionalizada com o intuito de articular os movimentos sociais (SILVA, 1995). O Congresso da Virada, ocorrido em 1979, destaca-se como importante elemento de organização da categoria e do fortalecimento da dimensão política da atuação profissional. Silva (1995, p. 42) considera que os anos de 1974 a 1985 através das movimentações da categoria

repercutem profundamente nas três dimensões da profissão, representadas pela dimensão político-organizativa, pela dimensão acadêmica e, talvez, com menos intensidade, pela dimensão da intervenção profissional, no nível dos organismos da política social, das empresas privadas e dos movimentos sociais.

Contudo, em 1983 a 1984 os movimentos sociais se articulam e se unificam em torno do movimento diretas-já em contraposição a ditadura militar. Esse período polariza as ações do Serviço Social: de um lado, o Estado pressiona a profissão para a modernização técnica e as ações de mediação entre a assistência e seus benefícios e, por outro lado, os movimentos sociais colocam novas demandas ao Serviço Social

na busca de apoio aos seus esforços de organização e no sentido de repassar os serviços e programas considerando suas reais necessidades, inclusive de sobrevivência material, numa perspectiva crítica que possa contribuir para o avanço da luta organizativa desses movimentos (SILVA, 1995, p. 39).

Em análise semelhante, para Arcoverde (1994), o DC é utilizado como estratégia para colocar o país em ordem e reorganizar a sociedade, uma vez que há a efervescência de descontentamentos, sendo necessário democratizar a sociedade relativizando conflitos.

Na nova república, o Serviço Social, através da constituição de diferentes alternativas de atuação, segue a direção da intervenção por mudanças estruturais na sociedade que vem acompanhada pela própria organização da sociedade. Contudo, esse contexto é marcado por uma crise estrutural repercutindo no econômico, no social e no político. Silva infere que “essas condições impõem profundos desafios aos esforços e ao movimento em torno da construção de alternativas profissionais que sejam capazes de garantir uma nova legitimidade para a profissão” (1995, p. 45).

A redemocratização é composta pelo processo constituinte instituído em 1986 até 1988 quando a nova Constituição entra em vigor, contexto no qual a luta política é expressiva e envolve amplos setores da sociedade brasileira. A constituinte cria espaços institucionais de participação e meios de negociação referente às propostas das organizações para comporem a carta magna. É inegável que a Constituição trouxe grandes inovações como: ampliação dos direitos sociais, universalização de acesso aos serviços sociais, comprometimento do Estado e

da sociedade no financiamento do sistema, descentralização política, participação popular entre outros (SILVA, 1995).

Essa nova conjuntura reflete profundamente no Serviço Social, na medida em que se tem a expectativa de atender as demandas do Estado geralmente requisitadas pelas classes dominantes, e de outro, apoiar os setores populares, por vezes não organizados. Nesse sentido, é expressiva a atuação profissional em um cenário contraditório desde a própria legitimação e consolidação da profissão na década de 1930 até o período de transição democrática, pois a profissão esteve profundamente marcada pela dinamicidade da sociedade, tendo que acompanhar e se inserir nas frentes de trabalho onde mais se requisitava e se necessitava dos profissionais.

Percebe-se também que na maioria do período exposto até aqui, o profissional de Serviço Social estava organicamente ligado aos setores organizados da população, ou trabalhava em prol de formação de grupos de discussões, debates e reflexões. Possuíam uma vasta produção bibliográfica exemplificando as técnicas, metodologias e teorias para este trabalho de base, o que justamente qualificava a ação desses profissionais. Pode-se afirmar que os assistentes sociais configuraram-se como uma importante categoria no trabalho com o DC. Já no período da intenção de ruptura, constata-se que eram os grandes articuladores, mediadores e educadores desse processo, o que explicita um trabalho com vistas ao fortalecimento de processos político-organizativos e, conseqüentemente, da formação da consciência crítica e política dos sujeitos usuários e participantes.

Para dar continuidade as reflexões e análises da atuação dos profissionais com processos político-organizativos, no próximo item, buscar-se-á dar continuidade ao resgate histórico pós-1988, finalizando com algumas considerações dos dias atuais.

3.2.2 Participação pós-1988 e os processos político-organizativos no Serviço Social

Como já explicitado até aqui, a Constituição de 1988 institucionalizou e ampliou a participação. Nesse período também, o neoliberalismo entra em cena, na qual o Estado brasileiro assume uma política econômica submetida ao modelo de ajuste estrutural definido pelo FMI e Banco Mundial.

A Constituição Cidadã passou a ser o motivo da ingovernabilidade do país, uma vez que o padrão intervencionista do Estado entrou em falência e com Collor na presidência e sua

política econômica, tratou-se de retardar a regulamentação da Constituição. Silva (1995, p. 55-56) destaca que essa conjuntura teve grandes repercussões na profissão:

estreitando o mercado de trabalho dos assistentes sociais, desvalorizando esses profissionais, no contexto do sucateamento do serviço público, ao mesmo tempo que demandou uma prática profissional, cada vez mais burocratizada pelas exigências impostas com a ampliação da seletividade dos usuários do serviço público no âmbito das restrições dos programas.

Nesse sentido, devido às mudanças do Estado os profissionais se atem a atender as necessidades sociais da população, pois é somente no início da década de 1990 que a Constituição vai sendo regulamentada em passos lentos. Concomitantemente a esta regulamentação da Constituição, segundo Arcoverde (1994, p. 153) apresenta-se algumas idéias de redimensionamento do DC, no sentido do Serviço Social preparar e formar profissionais capazes de trabalhar com a diversidade da comunidade, assessorar as organizações e desmistificar a visão maniqueísta do Estado. A autora também elenca algumas concepções de reflexão e prática profissional, essenciais a formação como: Estado, sociedade civil, cooperação, associativismo civil, participação, poder, desenvolvimento, democracia, ação coletiva, entre outros. Por fim, faz o indicativo do profissional participar “na construção e no desenvolvimento de ‘comunidades’ no sentido dos interesses e/ou necessidades coletivas” (idem).

Com Fernando Henrique Cardoso na direção do país implementa-se a reforma do Estado, ampliando as privatizações e outras medidas que tentam ser justificadas pela ordem econômica. FHC cria o Programa Comunidade Solidária buscando a solidariedade e parcerias da sociedade civil para ações coletivas de combate à pobreza e fome. Nesse viés, o Serviço Social, segundo Silva (1995) parece passar por momentos de refluxo trazendo “repercussões no dinamismo da profissão, impondo a necessidade de atualização teórico-metodológica para a compreensão e intervenção na realidade, o que requer ações descentralizadas e em parceria” (p. 64).

Já na era Lula, apesar de ser mantida a política macroeconômica, alguns avanços podem ser elencados na garantia dos direitos sociais e ampliação da participação da população na gestão da coisa pública. Percebe-se a inserção de profissionais de Serviço Social na área do controle social, envolvidos com os mecanismos de participação implementados através da descentralização. Nosswitz (2008, p. 63) infere ainda que os profissionais são:

solicitados a atuar na gestão das políticas públicas para criar, organizar e/ou assessorar os conselhos e conferências. A atuação profissional nesse campo foi exigindo assim de forma crescente uma capacitação cada vez mais ampla nos

aspectos técnicos, teóricos e políticos para responder a estas novas demandas de forma a buscar uma ação propositiva e não apenas executiva.

Bravo (2009, p. 400) complementa, indicando que os assistentes sociais têm função importantíssima, no sentido de “combater as tendências de reforço do terceiro setor, de desresponsabilização do Estado e da participação cidadã” e, assim, atuar na ampliação da esfera pública, dos espaços democráticos e a garantia dos direitos são novos desafios postos aos profissionais. De outro modo, Duriguetto (2009, *apud* BRAVO, 2009) aponta que o Serviço Social incorpora as temáticas sobre movimentos sociais em suas agendas de pesquisa, porém, afirma a dificuldade da prática profissional estar relacionada a esses setores organizados. Esse fato é observado também por Iamamoto (2005) ao realizar um levantamento na metade dos anos 2000 acerca da pesquisa em Serviço Social, a partir dos relatórios de pós-graduação enviados a Capes, “identificou que a temática ‘movimentos sociais e processos organizativos’ tem sido a menos pesquisada, detendo, no conjunto dos programas de pós-graduação, apenas sete linhas de pesquisa (12,7%) e 34 projetos concluídos ou em andamento (5,8%)” (*apud* BRAVO; MATOS, 2010, p. 145).

Bravo (2010, p. 147) acrescenta que o Serviço muito já contribuiu em instâncias organizativas, todavia importa hoje “fazer e registrar essa contribuição como parte de suas competências profissionais”. Nesse sentido, complementa ainda que:

Os profissionais adeptos do projeto ético-político da profissão precisam qualificar suas ações a fim de contribuir para a ampliação de uma cultura política crítica e democrática necessária ao efetivo controle democrático dos sujeitos coletivos, que buscam na arena pública – enquanto interlocutores e representantes dos interesses da maioria da população – defender a garantia dos direitos sociais, num cenário de regressão dos mesmos e de destruição das conquistas históricas dos trabalhadores (2009, p. 401).

Assim, uma das frentes de ações nessa direção é o “trabalho de capacitação da população para desenvolver uma intervenção qualificada e propositiva” (BRAVO, 2009, p. 401) junto às instâncias de decisão política e pública, e também como forma de exigir os direitos constitucionais. Apesar de serem considerados como espaços de tensão, são espaços de aprendizado, porém percebe-se a necessidade de um agente mediador e articulador para direcionar à experiências positivas e democráticas.

Além da capacitação, Bravo e Souza (2002, *apud* BRAVO, 2009, p. 403) identificam a assessoria técnica como outra ação dos profissionais através da:

organização da documentação dos conselhos; a organização de plenárias; a elaboração de cartilhas sobre o controle social [...]; a pesquisa de temas e realização de oficinas; a elaboração das atas de reuniões do conselho; a idealização de boletins

informativos do Conselho; e elaboração de planos com propostas de educação popular, que devem conter diagnóstico da localidade e o plano propriamente dito [...]; realização de cursos de capacitação de conselheiros [...]; incentivo à realização e participação no orçamento participativo.

Referente aos espaços democráticos a autora Bravo (2009, p. 404) relaciona alguns desafios importante quanto à inserção e atuação profissional como:

Aporte teórico, compreensão histórica da política social e dos seus aspectos legais e jurídicos, capacidade de realizar constantes análises conjunturais [...] capacidade de elaborar planos, programas e projetos de forma participativa e de intervir em orçamento, competência para capacitar conselheiros e/ou população usuária para o exercício do controle social, articulação com as demais políticas [...].

Ainda, destaca a necessidade continuar avançando em conteúdos referentes aos conselhos, conferências, controle social e reformar investigações acerca de movimentos sociais e processos organizativos (BRAVO, MATOS, 2010).

Iamamoto (2001; 2006, p. 23) ressalta fazer-se “necessário reassumir o trabalho de base, de educação, mobilização e organização popular, que parece ter sido submerso do debate profissional ante o refluxo dos movimentos sociais”. E ainda, complementa com a instigação:

Encontra-se aí uma provocação, no nível da formação profissional, no sentido de repensar o trabalho de mobilização e educação popular, o que não se confunde com uma inócua ressurreição de um passado perdido. Exige uma releitura crítica da tradição profissional do Serviço Social, reapropriando as conquistas e habilitações no tempo e, ao mesmo tempo, superando-as, de modo a adequar a condução do trabalho profissional aos novos desafios do presente.

Já a pesquisa de Correa (2005 *apud* BRAVO, 2009) destaca que os assistentes sociais nos anos 2000 tem se inserido em experiências democráticas e de controle social, porém não estão sistematizando e publicizando essas ações. Contudo, é notório que na atualidade os profissionais estão atuando principalmente nas políticas sociais. Nesse contexto, vale analisar que, por vezes, se assumem funções mais burocráticas, e não uma atuação voltada à mobilização, a educação popular e a assessoria junto aos segmentos subalternizados da sociedade civil.

Além das produções, reflexões e pesquisas que incidem sobre o contexto dos processos político-organizativos, poucos são os trabalhos que abordam e problematizam as técnicas e metodologias empregadas para uma atuação competente. Assim, torna-se necessário expandir a atuação profissional além do planejamento e execução de políticas públicas, mas na atuação com os diferentes sujeitos, grupos e organizações no que concerne a criação da consciência coletiva e reflexão crítica da realidade. Contudo, além de funções

burocráticas, o assistente social pode e deve ocupar funções políticas nos vários espaços de atuação e estar em relacionamento direto com os sujeitos para garantir a consolidação de seu projeto ético-político, e ainda, caminhar na direção da elevação de uma cultura política e cidadã promovendo assim, as mudanças sociais tão discutidas na profissão.

3.3 Estratégias de atuação com participação em processos político-organizativos

Nesse item, busca-se analisar as estratégias utilizadas pelos profissionais nos períodos abordados nos dois itens anteriores. Primeiramente no período pré-1988, com a intenção de trazer a tona alguns instrumentos de atuação com participação em processos político-organizativos que podem ser atualizados e utilizados na atualidade.

A autora Serra (1986) ao analisar a prática profissional relacionada a processos político-organizativos, mais especificamente a movimentos sociais já na década de 1980, apresenta algumas estratégias de ação que podem ser redimensionadas e empregadas por profissionais que trabalham diretamente com processos político-organizativos. Nesse sentido, ao analisar a inserção dos profissionais de Serviço Social em instituições elenca como estratégias

organização dos usuários desses serviços para a discussão dos programas e criação de mecanismos de reformulação; discussão dos programas e das determinações institucionais com as organizações populares e participação do assistente social, enquanto cidadão, nos movimentos sociais – Associação de moradores de sua área residencial –, como meio de conhecer os interesses das classes populares e criar alianças (SERRA, 1986, p. 70).

Essas estratégias são formas de organizar os sujeitos usuários de determinada política ou instituição para que juntos possam exercer sua autonomia e refletir sobre a realidade a ser enfrentada e também sobre o programa em que estão inseridos. Nesse contexto, o profissional não se utiliza somente de “saliva” ou instrumentos burocráticos para sua atuação, mas de elementos da realidade, diagnósticos e características, para que os sujeitos se identifiquem e se reconheçam como protagonistas de determinada realidade a ser problematizada.

A mesma autora desenvolve alguns conceitos-chaves, devendo estes fazer parte do discurso e cotidiano do profissional, mas por vezes encontram-se vazios de significado e fundamentação teórica como: mobilização, participação, diálogo e conscientização. Serra (1986) identifica algumas ações de articulação da prática institucionalizada com os movimentos sociais e indica como “propostas de encaminhamento prático”:

conhecimento crítico da instituição e de suas normas, objetivando ultrapassar os seus limites e reformular os seus mecanismo de controle; alianças entre profissionais, funcionários e população usuária, cujas posições político-ideológicas estejam vinculadas à defesa dos interesses das classes subalternas, visando a modificação da correlação de forças existentes no interior do aparelho institucional; criação de mecanismo de expressão e reivindicação popular na estrutura institucional; aprofundamento teórico e reflexão constante da prática, tendo em vista a busca de alternativas de ação, comprometidas com os movimentos populares; utilização das entidades de organização da categoria como respaldo para a ampliação do espaço institucional (SERRA, 1986, p. 72).

Na atualidade, pode-se afirmar que os assistentes sociais atuam em espaços institucionalizados, seja nas organizações estatais, ONG's, instituições filantrópicas, empresas etc. Nesse sentido, Serra (1986) expõe a possibilidade, de mesmo o Serviço Social estando institucionalizado, proporcionar espaços para que os sujeitos discutam, decidam e atuem na realidade em que estão inseridos. Assim, expõem-se uma possibilidade de organização de grupos dentro do próprio espaço de trabalho.

Demo (1988, p. 140) propõe “uma sistematização prática, para fins de exercício concreto sugestivo” e parte da ideia de organizar um grupo que não esteja organizado. Sinaliza que, por vezes, pode-se defrontar com o cansaço participativo, confronto de ideologias, expectativas assistencialistas e outros problemas de resistência. E que assim, o primeiro passo do agente externo é ser motivador e assessor para compreender a realidade e pensar em ideias e alternativas de interesse do grupo.

Com isso, o agente externo é colocado no seu devido lugar, quer dizer, não desaparece da cena, mas fica nos bastidores, de onde pode sugerir, discutir, defender pontos de vista, mas não impor e comandar. Em algum momento pode substituir o interesse e a capacidade do grupo (DEMO, 1988, p. 142).

Assim, elabora um esquema que será redimensionado para a contemporaneidade a fim de que os profissionais, de diferentes instituições, possam atuar junto a processos político-organizativos. Este autor propõe que a primeira etapa é o *levantamento e análise da realidade*:

- a) buscar informações sobre as pessoas, sobre o local, sobre os problemas e conflitos, internos e externos, sobre a potencialidade organizativa;
- b) fazer diagnóstico demográfico, econômico e social.

A primeira etapa compreende acumular informações sobre a situação dos sujeitos, elencando a realidade vivenciada, os problemas e dificuldades, bem como alternativas e possibilidades. Demo (1988) destaca a necessidade de qualificar essa análise, não

identificando apenas a pobreza material, mas inclusive a pobreza⁸ política. Ainda hoje, configura-se como um primeiro passo para o profissional compreender a sua realidade de trabalho e atuação. Inclusive, se destaca o uso de ferramentas disponíveis em meio eletrônico para auxiliar nessa análise de conjuntura como os censos, que expressam características da região, da população (idade, étnica, escolaridade, saúde), aparelhos sociais disponíveis, atividade produtiva entre outras características.

A segunda etapa é o *contato com os sujeitos*:

- a) identificar as lideranças e as pessoas que possuem a mesma demanda;
- b) contato com os sujeitos e mobilização;
- c) primeiro encontro do grupo;
- d) apresentação do diagnóstico e reflexões sobre a realidade;
- e) construção conjunta de uma estratégia e metodologia de trabalho.

Demo (1988, p. 144) sinaliza a importância de realizar um trabalho pedagógico ou educativo, no sentido de desenvolver as potencialidades dos sujeitos envolvidos e “motivar o surgimento do interesse pela solução própria de seus problemas, através de sua própria criatividade e iniciativa”. Ao se promover espaços de participação é necessário ter clareza da finalidade, objetivo ou problema a ser refletido, para que os encontros não sejam cansativos. Portanto, devem configurar-se democráticos e produtivos para não gerarem desinteresse ou desilusão. Outro fator a ser considerado na atualidade é o espaço físico do encontro, bem como o horário, para que seja compatível à disponibilidade dos sujeitos participantes.

A terceira etapa é a *avaliação e planejamento*:

- a) avaliar o encontro/reunião com o próprio grupo;
- b) avaliar o encontro/reunião com a equipe de trabalho;
- c) planejar próximos encontros/reuniões.

Essa etapa é fundamental para dar continuidade aos trabalhos, uma vez que a formação da consciência coletiva e política não ocorre em um curto espaço de tempo. Portanto, existe a necessidade de se avaliar a efetividade e dar continuidade ao processo, para justamente manifestar-se como um processo de formação e reflexão.

Caso, os trabalhos desemboquem na criação de uma associação Demo (1988) define as etapas subsequentes.

Instituição da associação correspondente:

- a) fundação, estatuto, eleição da diretoria, sede, papel da base.

⁸ O termo pobreza tem sido tema de pesquisas sociais e econômicas após a elaboração de Demo em 1988, como em FREITAS (2004, p. 25-83). Todavia, aqui neste trabalho não se tem o objetivo de problematizá-lo.

A respeito do *processo participativo* sinaliza:

- a) promoção de canais de participação, capacidade de organização do grupo, planejamento participativo, identidade cultural do grupo, defesa dos direitos da população associada e da comunidade.

E como fase definitiva dessa organização, segundo Demo (1988, p. 149-150) é necessário levar em consideração alguns aspectos como:

[o] espaço socioeconômico; sobrevivência material e necessidades básicas; esfera do trabalho produtivo e da geração de renda; espaço político da cidadania, fator conquista histórica da autopromoção, construção de canais de participação e democracia como forma cultural de organização política e de produção econômica.

A análise realizada por Demo (1988) pode ser considerada contemporânea no que concernem as estratégias de um agente mobilizador, nesse caso, o próprio assistente social. Também nos passos para a elaboração de diagnósticos, como na organização e contatos com os sujeitos. Essas estratégias são instrumentos que o profissional pode adotar para realizar suas funções adequadas às necessidades que a realidade exige. Portanto, ressalta-se a atualidade desses passos para organizar ou fortalecer processos político-organizativos.

Outra metodologia que pode ser resgatada são os instrumentos e técnicas usados no DC e assim, aprimoradas e redimensionadas no atual contexto da profissão, tendo em vista as finalidades atuais da ação profissional. Souza (1987, p. 165) ressalta que ao se referir a técnicas e instrumentos “não está se referindo a uma simples engrenagem material ou mecânica para condução de ações determinadas” e que por detrás desses instrumentos há sempre uma teoria, portanto, não se opta por essa ou aquela técnica sem analisar e esclarecer a finalidade da ação, bem como os fundamentos teórico-metodológicos basilares. Nesse sentido, destaca Souza que o referencial teórico é também o referencial metodológico “de base para pensar, interpretar e definir a realidade da prática e de como fazer” (SOUZA, 1987, p. 166).

Um primeiro passo utilizado pelo DC foi a chamada aglutinação *documental de informações*, referindo-se ao aspecto de conhecer a área em que se deseja atuar e reunir o maior número de informações da realidade comunitária, de programas e projetos existentes, além de procurar características físicas, aspectos demográficos, históricos, econômicos culturais e políticos. Souza (1987) alerta também para a necessidade de conhecer setores específicos como a questão do idoso, da criança e do adolescente e etc., dependendo do trabalho que se busca realizar.

O segundo instrumento consistiu e continua sendo a *documentação* manifestada pelo registro da (1) *sistematização de informes gerais sobre a área* e (2) *enquanto registro do*

processo pedagógico em ação (SOUZA, 1987). Para o primeiro item, a autora sugere a atualização através do acompanhamento dos meios de comunicação e das novidades que o cotidiano pode apresentar. Hoje, pode-se utilizar além dos jornais, a própria internet como meio de acompanhar os acontecimentos. Já a segunda forma é referente às atividades realizadas, podendo ser utilizado o diário de campo, relatórios de reuniões, estudos e relatórios da avaliação das atividades desenvolvidas. Importante é sempre destacar a data, participantes, objetivos, pauta, desenvolvimento, observações e parecer profissional (SOUZA, 1987).

Essa questão relacionada ao registro profissional é algo muito pertinente. Contemporaneamente Almeida (2006) escreve que a “sistematização da prática [é] um componente central do trabalho do assistente social não significa, portanto, apenas a geração de dados e informações, mas um processo que envolva a produção, organização e análise dos mesmos a partir de uma postura crítico-investigativa” (p. 403). Nessa perspectiva, dá-se a importância da sistematização das atividades, seja de forma manuscrita ou com a utilização de programas específicos.

A *abordagem* é caracterizada como o instrumento que desenvolve as relações entre os profissionais e os sujeitos. Segundo Souza (1987) “é o próprio ato de abordar” e por mais que pareça simples “marca o desenrolar de todo o conjunto de ações pelo que consegue expressar, sobretudo no seu início” (p. 182-183). Nesse sentido, esclarece

A postura profissional, o tom da voz amedrontado ou, contrariamente, arrogante, a relação formalizada, hierarquizada ou, contrariamente, espontaneísta e populista, impossibilitam o desenrolar de um processo cuja pretensão é o desenvolvimento e a participação da população. O descobrimento, a troca e a cooperação são indicativos de um processo pedagógico que se pretende como resposta aos problemas fundamentais da população usuária.

A autora ainda ressalta a necessidade de partir da realidade dos sujeitos sem mesmo perder de vista o objetivo a ser alcançado, bem como ter clareza e coerência no que se pretende alcançar imediatamente, assim como também processualmente. Esse instrumento tem sua atualidade na atuação profissional, seja em atendimentos individuais, como grupais, pois o profissional sempre estará em relação, tanto com os sujeitos como com outros profissionais e autoridades, portanto, uma abordagem bem realizada pode desembocar em bons resultados de relacionamento e condução das atividades.

Para além da abordagem, segundo Souza (1987) está o *diálogo* e a *entrevista*. Pois, o diálogo, conforme Freire (2005, p. 91) “é este encontro dos homens, mediatizados pelo mundo, para pronunciá-lo, não se esgotando, portanto, na relação eu-tu”, mas pressupondo

uma relação direta do profissional com a realidade dos sujeitos e as possibilidades de ações e conscientização. Assim, tanto o diálogo como a entrevista podem ser usados com a mesma finalidade, porém uma diferença elencada por Souza (1987) é que a entrevista é utilizada para “colher informações implementadoras e dinamizadoras do próprio processo do diálogo” (p. 186).

Ainda, esta autora define algumas condições preparatórias e de desenvolvimento de uma entrevista, podendo, assim, ser empregada em processos político-organizativos. Primeiro, é necessário definir os objetivos, selecionar pontos básicos, ou seja, elaborar uma estrutura, e agendar um local. Por segundo, apresentar-se e esclarecer os objetivos da entrevista, desenvolver os pontos, modificando a ordem conforme a necessidade, aprofundar as discussões e criar um ambiente favorável e de confiança.

Recentemente, Cardoso (2008, p. 39-40) também escreve sobre a relação desses dois instrumentais e afirma que em um processo de entrevista “é necessário apurar a escuta, desenvolver interesse em saber o que o outro realmente está dizendo e seus interesses” e faz a observação: “a conversa deve fluir naturalmente” com o objetivo de permitir o desenvolvimento da intervenção social.

Outro instrumento foi e é a *observação* e configura-se como importante no que se refere a compreensão da realidade, consistindo “na ação de perceber, tomar conhecimento de um fato ou conhecimento” (CARDOSO, 2008, p. 185). Souza (1987) esclarece que o processo de observação envolve a técnica da especificação do que vai se observar, mensuração dos fenômenos observados e objetividade. Sarmiento (2005, p. 24) também descreve que para a observação “não basta olhar, é preciso ver fundo. Não é apenas especular, é decodificar, é compreender as inter-relações causais”. O uso desse instrumento proporciona ao profissional uma postura investigativa, incidindo nos processos político-organizativos como meio de identificar as relações de poder e convivência entre os sujeitos.

Conforme Souza (1987, p. 188) “a *reunião* é instrumento coletivo de reflexão sobre as necessidades, preocupações e interesses comunitários, assim como de organização e ação”. Por isso, supõe algumas condições como: objetivos claros da atividade, adoção de uma agenda, que seja oportuna e ainda, que se adote uma coordenação democrática e participativa. Sarmiento (2005, p. 37) sinaliza que a reunião tem o significado de “tornar a unir, agrupar vários indivíduos para realizar um objetivo comum, também é reconhecido como um meio de interação”. E continua ressaltando que o assistente social através do uso desse instrumento “pode contribuir no desencadeamento e realização de um processo reflexivo sobre o cotidiano de vida destas pessoas, para encontrar respostas as situações que se defrontam e permeada por

uma maneira de organização para a ação” (SARMENTO, 2005, p. 38). Percebe-se que essas duas concepções convergem para a possibilidade de tornar a reunião como uma maneira de organização e também de planejamento para ação através de reflexões.

Além da reunião também se utiliza a nomenclatura *encontros* e *grupos*, geralmente, promovido pelo assistente social com o intuito de reunir os usuários de determinada política ou programa para uma atividade interativa, proporcionando elementos de reflexão e troca de experiências. Ressalta-se que para uma atividade dessa natureza é preciso primeiramente identificar a necessidade dos sujeitos, mobilizá-los a participar, e, no momento do encontro realizar uma atividade interativa, com dinâmicas, músicas e outros instrumentos, bem como realizar a explanação do assunto, prever espaço hábil para o debate e a avaliação. Com isto, é possível fortalecer e criar espaços político-organizativos no cotidiano profissional.

A *palestra* também se configura como outro instrumento eficaz na atualidade, quando utilizada de forma a proporcionar elementos e informações específicos ou de natureza complexa. Nesse sentido, tanto o profissional dentro de suas competências pode promovê-la, como pode também convidar especialistas e palestrantes que discutem determinado tema da agenda, com vistas a esclarecer e auxiliar nas dúvidas da população e do próprio profissional com mais propriedade.

Souza (1987, p. 191) esclarece que a palestra “é o ato de reunir pessoas objetivando a transmissão de informações que contribuem para a reflexão de algum tema de interesse dessas pessoas, para aclarar dúvidas, ou ajudar a decidir sobre novas formas de ação relativas à vida social e de trabalho desta população”, na qual precisa estar composta por elementos básicos como: introdução, conteúdo, debates e encerramento.

A *notícia* também é uma técnica que tem por objetivo repassar uma informação breve, objetiva e impessoal sobre algum acontecimento ou sobre algo que poderá vir a acontecer (SOUZA, 1987). Além da carta, do aviso e do convite, outro meio utilizado atualmente e não citado por esta autora, é o *e-mail*, este configurando-se como estratégia de comunicação que pode facilitar os processos de articulação de grupos de reflexão e de ação. Segundo Souza (1987) esses instrumentos tem por objetivo repassar uma mensagem breve e são utilizados geralmente como recurso inicial de desencadeamento de alguma atividade. Nesse sentido, é importante conter um cabeçalho e as informações que se pretende repassar.

Nessa mesma direção, os *recursos audiovisuais* são também meios alternativos de comunicação e precisam ser utilizados, pois, além de serem atrativos, por vezes, alcançam um maior número de pessoas. Souza (1987) define que estes recursos podem ser classificados através de três categorias: oral, visual e escrita. Recentemente, temos o desenvolvimento

crescente desses meios e como exemplos pode ser citada a televisão, o rádio, os vídeos, os slides, as músicas, sites, blogs, entre outras ferramentas. A autora faz um alerta que tem grande validade, ressaltando a importância que esses recursos devem ser usados e aplicados como instrumento de ação pedagógica. Por isso, é importante “levar a população a defrontar-se objetivamente com a sua realidade, pensa-lá e exprimi-lá, trabalhar a mensagem em termo de pensar o como fazer ante a realidade percebida; trabalhar a mensagem em termo de operacionalizar o como fazer” (SOUZA, 1987, p. 200-201).

E como último instrumento, Souza (1987, p. 202) elenca a *pesquisa-ação*, na qual a comunidade, grupo, conselho é sujeito e também objeto de conhecimento. E assim, a pesquisa-ação “se coloca a serviço das camadas populares e supõe, destarte, compromisso consciente para com esta população por parte dos que se inserem em seu processo”. Nesse sentido, esse instrumento configura-se como um conjunto de reflexões sobre as temáticas, preocupações e interesses da população e assume um caráter educativo para o profissional e também para os sujeitos envolvidos quando os mesmos se reconheçam agentes da mudança. A pesquisa-ação tem sua atualidade no sentido de esclarecer e sistematizar as atividades desenvolvidas e como mecanismo que convoque os sujeitos a refletirem sobre os dados que fornecem, além de proporcionar trocas de experiências entre profissionais e os sujeitos.

Recentemente⁹ Bravo e Matos (2010, p. 157) abordam a pesquisa participante e resgatam como um procedimento de assessoria técnica através de um

comprometimento com a prática dos movimentos sociais, havendo uma preocupação de não focalizar a população como objeto a ser investigado, mas ressaltando sua posição de sujeito do processo histórico; as conclusões dos estudos são devolvidos para os sujeitos por meio de debates, seminários, publicações; o trabalho é considerado como processos em construção que se caracteriza pela unidade teórico-prática, entendida como uma totalidade contraditória; busca-se através dos conceitos teóricos explicativos para a compreensão do real a orientação na escolha das estratégias de ação.

Assim, é necessário destacar que esses últimos instrumentos aqui elencados resgatam algumas estratégias utilizadas no DC e que podem ser incorporados nos mais diferentes campos atuais de atuação, possibilitando trabalhar em prol da organização, da criação de grupos de trabalho e do assessoramento e articulação com organizações populares já existentes em localidades para alcançar processos de desenvolvimento e participação dos sujeitos.

⁹ Na pesquisa bibliográfica realizada para a elaboração do presente TCC, identificou-se que a partir dos anos 1990 pouco se produziu a respeito do tema. A utilização dessa estratégia foi encontrada em Bravo e Matos (2010) e Freire (2010) em relatos de trabalhos com assessoria. Para maiores informações sobre a estratégia vale mencionar os estudos de Brandão (1981) e Thiollent (1981).

Diante do exposto, das estratégias de atuação junto aos processos político-organizativos, é possível perceber a metodologia de DC. E, indaga-se: porque ela não pode ser resgatada, aperfeiçoada e empregada nas diferentes instâncias de atuação? Ou ainda: porque não criam-se instrumentos técnico-operativos para orientar o trabalho do profissional em processos político-organizativos na atualidade? É possível atualizá-la tendo em vista as finalidades contemporâneas da profissão?

Acerca das orientações profissionais no DC Souza (1987, p. 119) infere que:

o profissional pode contribuir vinculando-se organicamente ao processo até então existente e, a partir deste, desenvolver com a população reflexões conjuntas sobre a realidade da área, sobre as condições de enfrentamento dos interesses e preocupações existentes, definindo conjuntamente ações de enfrentamento, desenvolvendo-as conjuntamente, avaliando-as e redefinindo-as em função de uma realidade em mudança.

A partir desta análise pode-se indagar: esta é ainda a função do assistente social? Ou se ele não faz o que lhe é de sua atribuição? Quem está fazendo este trabalho? Ou ainda, não está sendo feito nenhum trabalho nessa direção? Outro questionamento, ainda concerne ao projeto ético-político, pois se não é desta forma, como este pode ser consolidado?

Em resposta a estes questionamentos percebe-se que o Serviço Social perdeu de vista os trabalhos com participação em processos político-organizativos. Com a institucionalização da participação, outras formas e espaços foram e podem ser ocupados pelos profissionais, porém pouco tem se produzido de fundamentos e instrumentos para subsidiar a atuação profissional. Observa-se que se tem discutido mais teorias sociais do que formas e técnicas de atuação na e sobre a realidade. De outro modo, constata-se uma grande potencialidade nos trabalhos que os assistentes sociais podem realizar com assessoria técnica, consultorias, trabalhos de capacitação e outras formas e estratégias que o profissional pode vir a desenvolver nesses novos espaços, necessitando ainda de elementos procedimentais para subsidiar uma atuação qualificada.

As estratégias de assessoria e consultoria são possibilidades de ação, sendo progressivamente requisitados aos profissionais de Serviço Social. Matos (2006; 2010) ajuda a esclarecer o conceito, afirmando ser a primeira correspondente a “ação que auxilia tecnicamente outras pessoas ou instituições, graças a conhecimentos especializados em determinado assunto”. Já a consultoria pressupõe “a ação de dar ou apresentar pareceres sobre algum assunto” (MATOS, 2006, p. 31). O mesmo autor ainda complementa que

Assim, definimos assessoria/consultoria como aquela ação que é desenvolvida por um profissional com conhecimentos na área, que torna a realidade como objeto de

estudo e detém uma intenção de alteração da realidade. O assessor não é aquele que intervém, deve sim, propor caminhos e estratégias ao profissional ou à equipe que assessora e estes tem autonomia em acatar ou não suas proposições (p. 31-32).

Bravo e Matos (2010) relatam uma experiência de assessoria através de reflexões teórico-metodológicas e instrumentos técnico-operativos junto aos movimentos sociais pelo direito a saúde, utilizando-se de três ações, quais sejam, a pesquisa participante, o planejamento estratégico situacional e a ação socioeducativa e, exemplificam como essas estratégias foram utilizadas. Matos e Mendes (2010) também contribuem relatando uma experiência de assessoria ao Conselho Tutelar da cidade de São Gonçalo, na qual se utilizaram de estratégias como seminários internos, produção de material informativo, debates entre os conselheiros, entre outros instrumentos. Essas experiências mostram possibilidades do desenvolvimento de ações vinculadas aos processos político-organizativos, na qual o profissional, na figura do assessor, intervém propondo caminhos para reflexões e ações concretas para provocar mudanças.

Seguindo essa análise, Abreu e Cardoso (2009) destacam ser de grande importância a função pedagógica do Serviço Social nos espaços socioinstitucionais e afirmam que “tal função caracteriza-se pela incidência dos efeitos da ação profissional na maneira de pensar e agir dos sujeitos envolvidos na referida ação, inferindo na formação de subjetividades e normas de conduta, elementos moleculares de uma cultura” (2009, p. 595). As autoras entendem a mobilização social e organização como expressões das práticas educativas – especialmente a mobilização como processo permanente de estar disposto a atuar, intervir, participar, enfim, a contínua disposição para a mobilidade, para a mudança, para a atuação política.

Nesse sentido, estas mesmas autoras utilizam um exemplo da área de atuação com a política de assistência social, na qual as demandas profissionais estão relacionadas aos serviços e benefícios. Ainda afirmam que há outras demandas, consistindo na gestão de programas e projetos, envolvendo os processos de mobilização, organização e na participação dos sujeitos assistidos. Essas estratégias têm como objetivo “gerar e socializar conhecimentos, constituindo sujeitos coletivos capazes de participar da construção de hegemonia das referidas classes” (CARDOSO 1995 *apud* ABREU; CARDOSO, 2009, p. 603).

Assim, as autoras sugerem como estratégias de atuação:

[o uso] da linguagem escrita e audiovisual, pela mídia, de modo a impulsionar uma consciência crítica capaz de desmistificar e desencadear ações coletivas que se contraponham à cultura domesticadora [...] na produção e atualização sistemáticas do acervo de dados relativos às expressões da questão social nos diferentes espaços

ocupacionais [...] que subsidiem e estimulem ações inovadoras (ABREU; CARDOSO, 2009, p. 603).

Iamamoto (2009, p. 6) também contribui nessa direção, afirmando que quando os assistentes sociais realizam ações socioeducativas na prestação de serviços sociais estão:

viabilizando o acesso aos direitos e aos meios de exercê-los, contribuindo para que necessidades e interesses dos sujeitos sociais adquiram visibilidade na cena pública e possam ser reconhecidos, estimulando a organização dos diferentes segmentos dos trabalhadores na defesa e ampliação dos seus direitos.

Complementa com a possibilidade de intervir junto aos sujeitos que estão buscando individualmente programas e serviços, para trabalhar politicamente no sentido de criar condições objetivas para as demandas individuais reforçarem a consciência coletiva e configurarem-se como demandas para políticas sociais (IAMAMOTO, 1995). A autora expõe um posicionamento interessante quanto à possibilidade e articulação de demandas individuais em demandas coletivas, através do desenvolvimento de um trabalho educativo e formador de consciência.

Cabe ressaltar que Miotto (2009) e Lima (2006) fazem importantes contribuições acerca das ações socioeducativas em processos socioassistenciais, porém podem-se redimensionar essas mesmas metodologias para serem empregadas nos processos político-organizativos através da *socialização das informações* “no compromisso da garantia à informação, como direito fundamental de cidadania” (MIOTTO, 2009, p. 502) e o próprio *processo reflexivo* que “se desenvolve no processo que o assistente social faz com os usuários para buscar respostas para suas necessidades, imediatas ou não” (idem, p. 503). Assim, as ações socioeducativas incluindo esse binômio (informação e reflexão) podem ser empregadas junto a instâncias coletivas, na qual os sujeitos participantes são alvo e protagonistas das informações e reflexões. Lima (2004, *apud* LIMA, 2006, p. 6-7) destaca alguns objetivos para o desenvolvimento de ações socioeducativas

Construir, através do processo de co-participação profissional/usuário e grupo de usuários, alternativas concretas de acesso, de ampliação e de consolidação de direitos que atendam as demandas dos usuários dos serviços e; estabelecer um processo de reflexão e discussão através da informação e do conhecimento sobre situações, conteúdos e serviços de interesse de usuário, ou do grupo de usuários para que possam entender, problematizar, participar e interferir nas formas de acessar as informações e de usufruir serviços e benefícios

Vale indicar que Honneth (2009 *apud* WESTPHAL, 2010) em seus estudos na Teoria do Reconhecimento analisa acerca da possibilidade de uma pessoa desenvolver a consciência de ser sujeito de direitos e argumenta que isto se torna possível na reciprocidade e na

intersubjetividade, ou seja, é nas relações sociais que o sujeito é reconhecido e se reconhece como membro da comunidade ou de grupos sociais e assim, pode influenciar na vida pública. Esta é uma possibilidade colocada na realidade, mas concomitantemente, um permanente e intenso processo de luta. Portanto, o reconhecimento social e político pode contribuir nas reflexões e ações do Serviço Social no que concerne aos sujeitos criarem consciência de direitos e se reconhecem como sujeitos autônomos na relação, no convívio e no contato com os outros. Mais especificamente, o Serviço Social pode criar espaços de interação coletiva nas quais a consciência do outro se amplia na relação com o outro, ou seja, criar oportunidades do aprendizado intersubjetivo.

Através de ações socioeducativas em processos político-organizativos, seja no esclarecimento e na abordagem com os sujeitos, é possível desenvolver um trabalho coletivo, na qual o profissional medeia conhecimentos e informações, para que os sujeitos, refletindo, criem consciência crítica de sua realidade e sejam participantes e os principais agentes da mudança. Atuando nessa perspectiva, o assistente social estará em consonância com o projeto ético-político e comprometido com a formação de uma cultura política e a própria democratização dos serviços e programas sociais.

Por fim, pode-se inferir que os autores abordados acima – Serra, Demo, Souza, Bravo e Miotto – possuem perspectivas convergentes, complementares e ainda atuais. Ao desenvolverem suas reflexões vislumbram mecanismos e estratégias que possibilitam consolidar práticas político-participativas. Constroem uma abordagem procedimental, nas quais as reflexões destes autores estão alinhadas a autores mais contemporâneos e na perspectiva da atuação com ações socioeducativas, do próprio trabalho de base e do contato direto com os sujeitos. Percebe-se uma lacuna nas estratégias de abordagem depois dos anos de 1990, nos quais o Serviço Social direcionou suas pesquisas e análises para outro foco, ou seja, mais na interpretação do real. Com isto, os estudos do Serviço Social podem ser configurados como menos relacionados à dimensão da intervenção social e dos resultados desta para a vida dos sujeitos.

Com o intuito de contribuir para pensar a atuação do assistente social em processos político-organizativos no contexto atual, realizou-se uma pesquisa empírica junto à um grupo de profissionais, sendo os resultados apresentados no próximo capítulo.

4 A ATUAÇÃO DE PROFISSIONAIS DE SERVIÇO SOCIAL COM PARTICIPAÇÃO EM PROCESSOS POLÍTICO-ORGANIZATIVOS

Nesse item serão expostas algumas considerações da pesquisa realizada com os profissionais em Serviço Social e as reflexões acerca de suas atuações com participação em processos político-organizativos.

4.1 A experiência da Capacitação para Assistentes Sociais

O NESSOP é um espaço de aprendizagem, vinculado ao Departamento de Serviço Social – DSS da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, configurando-se como espaço acadêmico de reflexão teórico-metodológica e de ação interventiva do Serviço Social.

Em suas ações, objetiva: criar espaços na Universidade Pública para a reflexão e a construção do saber, contribuindo para qualificar os sujeitos do movimento sociocomunitário na conquista pelo direito à cidade; colocar em debate as formas de organização e gestão democráticas das entidades comunitárias, suas estratégias de mobilização social e de participação popular e seus projetos; cooperar para qualificar ética-pedagógicamente a participação das entidades comunitárias na sua representatividade, acompanhamento e/ou formulação de planos e projetos urbanos na sua relação com as políticas públicas e; desenvolver através da articulação com o ensino, pesquisa e extensão projetos pedagógicos de formação profissional em Serviço Social e nas suas relações interdisciplinares (NESSOP, 2008).

Para alcançar os objetos expressos acima, o NESSOP se propôs a atuar na extensão universitária em dois distintos blocos de ação: a) assessoria e consultoria as entidades comunitárias de Florianópolis e; b) formação e capacitação sociopolítica. De tal modo, no planejamento de atividades para o biênio 2009-2010¹⁰, o NESSOP priorizou a realização e organização de atividades que fomentam o engajamento e a participação qualificada dos sujeitos, no sentido de construir ações coletivas voltadas para interesses públicos. E, assim, as ações do NESSOP destinam-se, majoritariamente para ao segmento popular que se organiza em torno de demandas sociais coletivas.

¹⁰ Plano de Ação do NESSOP do biênio 2007/2008 e 2009/2010. Mais dados sobre as atividades no Núcleo e seus membros podem ser encontradas nos seguintes sítios eletrônicos: (1) <http://www.nessop.ufsc.br> e (2) <http://dgp.cnpq.br/buscaoperacional/detalhegrupo.jsp?grupo=0043610U4GPW6Z#indicadores>.

Para o ano de 2010, o NESSOP, como proposta de estágio curricular obrigatório I e II, pretendeu ser inovador. Neste sentido, promoveu formação estendendo-se para os profissionais que atuam junto a processos político-organizativos. Esta demanda surgiu quando o NESSOP realizou a divulgação do “Curso de Formação Permanente: Ações Coletivas, Democracia Representativa e Direitos Sociais” (CFP) em 2009, no qual houve o desencadeamento de um interesse muito expressivo de pré-inscrições neste Curso por parte de assistentes sociais. Todavia, o curso não era dirigido para estes profissionais, ou seja, não constavam do público-alvo central da proposta. De outro lado, este fato evidenciou uma nova demanda de atuação de capacitação para o NESSOP. Este aspecto também foi um dos principais motivadores para pensar a proposta como campo de estágio, pois evidenciou o interesse por parte dos profissionais em quererem aprofundar conteúdos referentes à democracia e participação, tendo em vista a qualificação da atuação do profissional de Serviço Social junto aos processos político-organizativos.

Assim, a nova proposta se constituiu num curso de Capacitação para Assistentes Sociais com o intuito de complementar a formação em Serviço Social, com uma abordagem teórica direcionada para uma reflexão da atuação destes profissionais em instâncias político-organizativas. Para tanto, foram realizados encontros a cada quinze dias distribuídos em cinco meses, totalizando oito encontros que aconteceram nas dependências do Centro Sócio Econômico/UFSC. O curso iniciou no dia 29 de junho e encerrou no dia 19 de outubro de 2010.

O curso foi dividido em blocos temáticos: 1) “Participação e Democracia” englobando as disciplinas: “Teorias sobre Democracia”, “Democracia no Brasil”, “Ampliação da Participação” e “Conselhos de Direito e de Políticas Públicas e Participação” e 2) “Sujeitos Coletivos, Movimentos Sociais e Políticas de Reconhecimento” composto pelas disciplinas: “Sociedade Civil: histórias e definições”, “Movimentos Sociais”, “Movimentos Sociais, ONG’s e Relação com o Estado”, “A categoria do reconhecimento: reflexões sobre a condição de cidadania”, “Sujeitos coletivos e demandas para as políticas públicas” e “Processos Político-Organizativos: elementos para refletir o exercício profissional” (Apêndice A). Com carga horária total de 28 horas/aula, os temas foram inter-relacionados e perpassados por eixos fundantes, sendo eles o conceitual, o político, o profissional e o relacional. As aulas foram ministradas por professores da Universidade, do Departamento de Serviço Social e Sociologia Política e/ou convidados especialistas da área.

Inicialmente foram contatados os assistentes sociais pré-inscritos no Curso de Formação Permanente/Edição 2009 e, posteriormente, a proposta do curso foi divulgada

através do meio eletrônico, no site do CRESS/SC, da UFSC e também em rede de e-mails. A divulgação ocorreu durante os meses de maio e junho e as inscrições feitas a partir da primeira quinzena do mês de junho, pelo correio eletrônico do curso (cas.nessop@yahoo.com.br) ou nas dependências do Núcleo (DSS, Bloco D, Sala 01).

Pretendeu-se mobilizar e sensibilizar 30 profissionais a participarem dos oito encontros previstos. Foram pensados os critérios de seleção: 1) pré-inscrito no curso do CFP/2009, sendo que estes seriam primeiramente consultados e em caso de confirmação de inscrição serão inscritos; 2) por ordem de chegada de inscrição via e-mail do CAS/NESSOP; 3) ser profissional atuante no mercado de trabalho, preferencialmente do setor público; 4) atuar com processos político-organizativos (conselhos de direito, grupos sociais, comunidades, movimentos sociais) e; 5) não possuir vínculo com instituição de ensino superior.

Vale destacar que os critérios 2, 3 e 4 seriam analisados e considerados de forma concomitante. No caso, das 30 vagas não serem preenchidas, os critérios 3, 4 e 5 seriam desconsiderados. Devido ao recebimento de 59 inscrições, foi necessário selecionar os profissionais com base nos pré-requisitos estabelecidos acima.

As aulas foram expositivas e dialogadas abordando os conteúdos programáticos. Os ministrantes utilizaram abordagens e fizeram atividades que proporcionaram a participação dos cursistas, oportunizando uma reflexão crítica sobre a atuação profissional nos processos político-organizativos. Foram disponibilizados materiais bibliográficos indicados pelos ministrantes (textos, artigos, pesquisas, etc.) acerca dos conteúdos abordados.

A avaliação do projeto foi realizada em cada encontro pelos cursistas, através de um formulário com 5 questões (Apêndice B). Estas avaliações foram sistematizadas e enviadas aos ministrantes e aos cursistas. Também ao término do projeto foi feita uma avaliação com o intuito de refletir o alcance dos objetivos e metas pré-estabelecidos (Apêndice C). Ainda, a avaliação foi desenvolvida de forma mista, ou seja, com participação por parte dos participantes, da equipe organizadora e também dos ministrantes.

No término do curso, 20 cursistas receberam certificação pelo Departamento de Projetos de Extensão da UFSC, pois tiveram frequência de 75%, ou seja, compareceram em no mínimo seis dos encontros previstos. Não foi cobrada nenhuma taxa de inscrição ou mensalidades, salvaguardando o caráter de extensão universitária, pública e gratuita da proposta.

4.2 A proposta da pesquisa

O método de abordagem da pesquisa foi desenvolvido na concepção crítica-dialética, entendido como “modo de pensarmos as contradições da realidade, o modo de compreendermos a realidade como essencialmente contraditória e em permanente transformação” (KONDER, 2008, p. 09). Nesse sentido, a pesquisa foi orientada através de aproximações sucessivas com a realidade a ser estudada, a fim de identificar as contradições presentes na relação entre a atuação profissional e a dinâmica societária, bem como entendê-las e interpretá-las.

A pesquisa foi tipificada como exploratório, sendo que esta, conforme Gil (1989, p. 44) visa “desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias”, consistindo no reconhecimento e investigação da atuação dos profissionais em Serviço Social com a participação em processos político-organizativos.

O universo pesquisado consistiu nos 30 cursistas inscritos na Capacitação para Assistentes Sociais promovida pelo NESSOP. E, através de um questionário com sete perguntas abertas, buscou-se analisar a atuação dos profissionais com a participação em processos político-organizativos.

A proposta de pesquisa foi encaminhada ao Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos - CEPSH da Pró-Reitoria de Pesquisa e de Extensão - PRPE da UFSC. Esta aprovou o projeto, e foi registrado com o Número de Processo 961 de 31/Agosto/2010 (Anexo A). Considera-se que a ética foi uma categoria transversalmente ligada a todo o desenrolar da pesquisa, na qual, com o consentimento dos pesquisados se deu a procedência das ações previstas na pesquisa, previamente explicadas e esclarecidas aos sujeitos, respeitando a integralidade e a autonomia dos pesquisados. Nesse sentido, o procedimento foi constantemente amparado pelo compromisso ético do Projeto Ético-Político da profissão.

A proposta de pesquisa foi expressa aos cursistas presentes no 6º Encontro da Capacitação, no dia 14 setembro de 2010. Após a explanação do objetivo da pesquisa e da livre participação dos pesquisados, o questionário (Apêndice D) e o termo de consentimento livre e esclarecido (Apêndice E) foi entregue para que os mesmos pudessem preenchê-los até o próximo encontro do dia 27 de setembro. Destaca-se também a utilização do meio eletrônico como estratégia de comunicação, tanto para o repasse do questionário, como também para o seu recebimento e esclarecimento de eventuais dúvidas. A partir da primeira

quinzena do mês de novembro os dados foram sistematizados, levando em conta o campo de análise delimitado pelo objetivo geral.

A amostra analisada incide sobre 17 pesquisados, sendo que este número se refere ao total de profissionais que haviam se comprometido em participar da pesquisa, assinando, inclusive, o termo de consentimento livre e esclarecido. Todavia, ao final, teve-se o retorno de 13 questionários respondidos. Assim, a pesquisa é de natureza qualitativa e o principal instrumento de coleta de dados o questionário com perguntas abertas. No próximo item, realiza-se a apresentação dos resultados obtidos bem como da interpretação dos mesmos, de forma a agrupar o maior número possível de variáveis, a fim de estabelecer uma conexão entre a atuação dos profissionais em Serviço Social com participação em processos político-organizativos.

4.2.1 Breve apresentação dos respondentes

Acerca do perfil dos cursistas da Capacitação podem ser levantados alguns dados relevantes que contribuíram na análise dos questionários. Quanto à formação dos profissionais, vale destacar que além da graduação, 03 possuem pós-graduação *latu sensu* completa (10%), e 02 mestrado (6,6%), sendo que 03 profissionais não responderam essa questão.

A respeito do ano de formação é possível identificar que apenas 04 (13,3%) cursistas terminaram sua graduação entre 1978 a 1989, 06 (20%) entre os anos de 1992 a 2003 e, a maioria, recentemente, entre 2004 a 2010, configurando 17 participantes, ou seja, (56,6%) e, 03 profissionais não responderam esta questão. Destaca-se aqui que a maioria do/as cursistas foi graduado na proposta das novas diretrizes curriculares para os cursos de Serviço Social.

Sobre a área de atuação, pode ser destacado que 08 profissionais atuam na Política de Assistência, 04 na Política da Saúde, 04 na Política Urbana, e ainda com Criança e Adolescente outros 04. Já com Famílias 03 profissionais e Comunidade outros 03, na Previdência atuam 02 cursistas, com Idosos 01 e Conselhos de Direito 01 participante. Outros 04 cursistas não responderam essa questão. Vale destacar que 03 cursistas inferiram atuar em duas dessas áreas e 01 dos cursistas em três áreas diferentes.

Referente à participação em entidades comunitárias, apenas 04 (13,3%) participam atualmente e 06 participaram no passado, correspondendo a 20%. Em relação à participação

em conselho de direitos e de políticas públicas, 10 (33,3%) profissionais participam e exatamente, 50% não participam. Vale destacar, que dos cursistas que participam nestes Conselhos, 07 são representantes da sociedade civil e 03 do governo. No passado 09 (30%) profissionais participaram em conselhos de direito e 08 (26,6) não participaram, sendo que 43,3% dos pesquisados não responderam essas questões. Esse dado revela que aproximadamente 50% participam ou já participaram de um conselho de direito e de política pública. Bravo (2008, p. 31) ao analisar os conselhos enquanto uma nova demanda aos profissionais assinala que

Os assistentes sociais podem ter uma dupla inserção nos conselhos de política e de direitos. Uma essencialmente, política, quando participam enquanto conselheiros, e outra que caracteriza um novo espaço sócio-ocupacional, quando desenvolvem ações de assessoria aos conselhos ou a alguns segmentos.

Nesse sentido, a segunda forma de inserção é decorrente das demandas da institucionalização da participação. Ainda, ressalta-se em um estudo realizado pela mesma autora em 2002 que a forma de inserção através da assessoria é reduzida, mas que possui potencialidades de intervenção. Esse quadro pode ser verificado na amostra dos 30 profissionais inscritos na Capacitação, sendo que apenas um/a atua como assessor/a técnico/a a essas instâncias, e os outros são conselheiro/as.

Referente à participação em movimento social, 05 (16,5%) cursistas são participantes e 17 (56,6) não participam, sendo que 08 não responderam essa questão. E no passado, somente 03 (10%) participaram de algum movimento social, e 17 (56,6) não participaram, considerando que 33,3% não responderam essa questão. Esse dado revela uma equivalência ao Perfil Nacional dos Assistentes Sociais (CFESS, 2005), que ao indagados sobre a participação política, 32% participam, seja de um movimento social, sindical, partidário ou até do movimento da própria categoria e 68% não participam. Nesse sentido, menos da metade dos profissionais são militantes políticos ou participantes de movimentos sociais.

Esses dados elencados acima evidenciam o perfil dos cursistas da Capacitação, podendo ser analisado que 50% destes correspondem aos sujeitos da pesquisa que será abordada na sequência.

4.2.2 Conceitos e fundamentos referentes à participação

Na análise dos questionários referentes à primeira pergunta que teve por objetivo levantar o que o/as pesquisado/as entendem acerca do conceito de participação, dentre os 17 pesquisado/as, 13 responderam essa questão. Constata-se que 06 pesquisado/as em suas respostas inferem que a participação é a ação ou intenção de fazer, ser e tomar parte de algo referente aos processos coletivos, conforme destaques a seguir:

Participação significa fazer parte, perceber-se como parte de algo ou de um grupo. É ser atuante, é se engajar em algo que acredita e fazer a diferença, obter resultados (P 3).

Participação é o ato de fazer parte de algo, se sentir parte e usufruir de benefícios dessa participação, por isso é sempre interessada. Sempre quando participamos de um grupo, de uma associação, de um conselho, dentre outros espaços, temos objetivos, estes podem ser individuais ou coletivos. Participar é, portanto tomar parte de algo, sistematicamente e comprometidamente (P 5).

Entendo por participação quando os sujeitos sociais tomam parte, se informam sobre determinadas situações que estão acontecendo ao seu redor e desta forma se organizam com os demais sujeitos e realizam ações que visam à mudanças (P 6).

Essas respostas evidenciam uma caracterização da participação de forma objetiva, ou seja, expressam o conceito através da concepção do significado da palavra, conforme também abordado na primeira seção, expondo que a palavra participação deriva da palavra parte. E, assim, pode ser compreendida como “fazer parte”, “ser parte”, “tomar parte”, porém, destaca-se que o significado da participação implica pensar na totalidade e nas relações das partes entre si. Nesse sentido, as respostas expressam um dos aspectos mais comuns da participação sem relacioná-la à potencialidade dos processos participativos.

De outro lado, as duas últimas respostas expressam também que ao participar, os sujeitos manifestam suas intenções, desejos e interesses, bem como visam resultados dos processos participativos. Esse mesmo elemento é destacado por autores que versam sobre a participação como Moroni e Ciconello (2005), entendendo-a como uma maneira dos diferentes segmentos expressarem suas aspirações e necessidades no espaço público.

É válido destacar que outras respostas trazem um conceito de participação de forma mais ampla. Além do sentido literal da palavra, associam a participação a aspectos inerentes à vida em sociedade e, conseqüentemente, das relações sociais, como segue:

Como participação, considero importante nos juntarmos às lutas que atendam não somente aos nossos interesses individuais, bem como as ações, (lutas,

reivindicações) travadas entre a sociedade civil e poder público em favor dos direitos de cidadania, liberdade, igualdade, inclusão e desenvolvimento social [...] (P 7).

Refere-se a ações realizadas por pessoas integrantes da sociedade civil com vistas ao alcance de objetivos coletivos. Participação é exercício de cidadania ao refletir criticamente a realidade. Compreende decisões compartilhadas, transparência, diálogo, etc. (P 8).

Compreendo participação como forma propositiva de agir tanto com atitudes individuais como coletivas e em grande parte das vezes a defesa de um pensamento tido como individual reflete/transforma em ações coletivas [...]. Entretanto, uma pessoa não necessariamente precisa estar associada a um grupo específico (um sindicato, por exemplo) para ter uma atitude participativa no cotidiano [...]. Compreendo que a participação pode estar em todos os lugares: nas escolas, nos sindicatos, nos movimentos sociais, nos centros acadêmicos, nas associações de moradores, nos parlamentos, no exercício profissional, no capacitar-se para ministrar uma boa aula, palestrando em congressos e atividades em geral, questionando de forma crítica aquilo que não compreende ou julga equivocado, etc. A participação pode estar em todos esses lugares e pode ser tudo isso a depender do modo como se age e do que se busca! (P 13 – grifos do pesquisado).

Os fragmentos acima expõem a relação da participação com a cidadania, no sentido de caracterizar-se como um instrumento para efetivação e fortalecimento dos direitos sociais, políticos e civis. Demo (1988) contribui nessa questão afirmando que o exercício da participação enfatiza a cidadania organizativa e não a individual, pois reflete em um processo social da busca e reconhecimento de direitos.

Outro ponto a ser considerado é que apenas 02 pesquisado/as, ao conceituarem participação, fazem a relação direta com a atuação profissional no seu respectivo campo de trabalho, ou ainda, considerando como uma possibilidade de atuação, conforme expresso abaixo:

[...] procuramos mobilizar a participação da comunidade, buscando efetivar o controle social, ou seja, preparamos as comunidades para discutir, compreender e decidi sobre as obras físicas e ações sociais do projeto (P 7).

[...] A divisão da sociedade em classes produz efeitos que afetaram o vivenciar da participação. E por esta análise também vai a importância do trabalho do assistente social, como um profissional que possa contribuir para elucidação desta questão (P 9).

Percebe-se que este/as pesquisado/as relacionaram a participação com o Serviço Social. Nessa análise, é possível lembrar de Ammann (1978), autora da profissão, que relaciona a participação como um processo social na qual os segmentos sociais tomam parte na produção e no usufruto dos bens. Porém, há outros autores como Iamamoto (2001, p. 22) que mais recentemente relaciona a participação à profissão como uma estratégia para o enfrentamento da questão social quando “aposta no avanço da democracia, fundado nos princípios da participação e do controle popular”, componentes de um projeto universalista e

democrático, entendendo a necessidade de politizar a participação para a população poder manifestar seus interesses e negociá-los com o Estado. Percebe-se que Iamamoto utiliza-se da participação como um meio de atuação dos profissionais, portanto, versando a respeito da ligação entre participação e Serviço Social, conforme expressado nos extratos acima.

Em 03 respostas foram identificados aspectos particulares a serem considerados – o modo de vida social, a consciência crítica e a coletividade –, pois compõem o significado da participação:

Participação são todas as formas pelas quais a sociedade expressa: sua cultura, entendimento político, suas necessidades, suas capacidades. Por consequência a participação social, passa a ser um dos muitos meios pelos quais temos a possibilidade de fazer leitura da conjuntura atual (P 1).

A participação é um meio para o crescimento da consciência crítica das pessoas, e que amplia e fortalece o seu poder de reivindicação. A participação social pode, ainda, ser considerada como uma forma para o aprofundamento da democracia (P 2).

É um instrumento necessário à vida coletiva, somos por essência seres sociais, mas apesar disso temos que aprender sobre o que seja participação. A ideologia e a alienação têm historicamente interferido neste entendimento. Não vivemos em uma sociedade orientada pelo trabalho cooperativo [...] (P 9).

Esses trechos trazem aspectos não semelhantes, mas pertinentes a concepção de participação, pelo fato de relacioná-la a modos de vida, potencialidade, anseios e conhecimento de um grupo que congrega interesses coletivos em determinada realidade. Já outro/a pesquisado/a infere que através da participação é possível estabelecer um meio no qual os participantes desenvolvam consciência crítica e propositiva. E por último, aborda a participação como a essência coletiva das pessoas.

Esses aspectos também são abordados por diferentes autores pesquisados na primeira seção que versam sobre o significado da participação. Segundo Sawaia (2001) a participação manifesta-se como uma necessidade humana, por sinal não menos básica do que outras, mas como uma paixão que expressa à importância de relacionar-se com demais sujeitos. Moroni e Ciconello (2005), refletem ainda, sobre a dimensão política da participação no sentido de construir argumentos, pensar propostas e intervir, isso tudo desperta a consciência crítica e transforma os sujeitos participantes. Já Silva (1973 *apud* CARDOSO 1983) expressa a participação como um processo abrangente que pressupõe motivações e interesses coletivos. As concepções desses autores citados, bem como pelo/as respondentes fazem menção a importantes elementos da participação.

Acerca dos fundamentos para subsidiarem a atuação dos profissionais com participação, pediu-se para mencionar autores e definições utilizados. Porém, destacou-se que

entre os 13 questionários respondidos, 07 pesquisado/as indicaram utilizar-se da Constituição Federal de 1988, do Código de Ética Profissional e de outras legislações sociais, permutando os fundamentos por princípios.

Vale ressaltar que os fundamentos são aqui entendidos como base para explicações e argumentações, teorias que explicam fenômenos e que possuem validade ou relevância para analisar determinada realidade. Já os princípios são considerados como marcos jurídicos ou ainda, conjunto de valores e instruções que regem uma conduta ou ação. Nesse sentido, fundamentos e princípios possuem diferentes conotações.

Os pesquisado/as expressam o que segue:

Código de Ética Profissional, Lei 8662/93 (...) (P 3).

Um dos princípios fundamentos que norteiam a nossa atuação (...) é o nosso código de ética profissional que instrumentaliza e orienta o nosso fazer profissional. Utilizamos ainda os instrumentos legais como: a Constituição de 1988, o Estatuto das Cidades e os instrumentos normativos do Ministério das Cidades (P 7).

Minha atuação está pautada na Política Nacional de Habitação. Dentro deste contexto situa-se o movimento nacional para moradia que buscou a ampliação de direitos a habitação para a população de baixa renda, ampliando-se o conceito de habitação para moradia digna que contempla a sustentabilidade do território. A Constituição Federal/88 é a literatura primeira aliada aos diversos artigos constantes do sítio do Ministério das Cidades (P 11).

Além da legislação, também foram descritos princípios como:

[...] Construção da democracia, defesa dos direitos sociais, construção de uma sociedade mais justa, pleno desenvolvimento dos cidadãos, etc. (P 3).

Os fundamentos são, dentre outros, liberdade, igualdade, ética e consciência crítica [...] (P 8).

As legislações e os valores citados podem ser considerados como princípios de atuação, e por isso, configuram-se importantes na práxis profissional. Porém, destaca-se que não são em si os fundamentos, pois esses pressupõem autores e teorias relacionados ao assunto referente à participação. Ainda, enfatiza-se que dos 07 que mencionaram princípios, 04 do/as pesquisado/as mencionaram tanto princípios como fundamentos (autores) em suas respostas.

Contudo, foram citados estudiosos da temática também abordados na primeira seção desse trabalho, mais especificamente no item “1.1 O que é participação?”, abordando concepções de formas mais amplas e no item “1.1.1 Os diferentes tipos de participação”, em que foi especificado a participação política, social, cidadã e popular, mencionando sobre cada uma dessas principais formas. Os autores elencados foram:

[...] Pedro Demo “participação como conquista, não sendo dada ou outorgada, dando-se num processo dinâmico, interminável e dialético, possuindo um potencial de questionamento e transformação”. Juan E. Diaz Bordenave com o livro *Participação*; Carole Pateman – *Participação e teoria democrática*; Bader Burihan Sawaia; Jose Bernardo A. Toro, entre outros (P 2).

Algumas autores (as) que me vem a mente agora e que subsidiam esses fundamentos: Hannah Arendt, Joan Scott, Boaventura Souza Santos, Maria Inês Souza Bravo, Alberto Melucci, Heleieth Saffioti, Ana Maria de Vasconcelos, Francisco de Oliveira, dentre outras(os) (P 13).

Os autores citados pelo/a primeiro/a pesquisado/a em sua totalidade foram utilizados na primeira seção deste trabalho, os quais escrevem e elaboram argumentos sobre o conceito de participação. Conforme Demo (1988) a participação é entendida como um processo que precisa ser conquistado, já Bordenave (1983) traz elementos do que é a participação, desde o sentido literal da palavra como também acerca dos níveis, formas, condicionantes, princípios que a compõem. Pateman (1992) elenca importantes contribuições relacionadas à participação e democracia, além de tipologias e seu caráter educativo. Toro (1996) trata a respeito da mobilização como uma etapa antecedente e garantidora da participação. Esses autores trabalham concepções centrais para o entendimento da participação.

Já Arendt, Scott, Santos, Melucci, Saffioti e Oliveira citados pelo/a respondente do segundo fragmento não foram utilizados nos estudos desse trabalho, porém não são desconhecidos, mas mereceriam uma maior investigação dos estudos específicos acerca da participação. Vasconcelos e Bravo, autores do *Serviço Social*, não foram utilizados para conceituar participação, mas pesquisados para a abordagem de outros assuntos tratados neste trabalho, sobretudo aspectos procedimentais da profissão.

Foram citados também autores clássicos como Marx, Gramsci e Hegel, por um/a do/as pesquisado/as, como também por 04 pesquisado/as, autores do *Serviço Social* e por 02 pesquisado/as o próprio periódico *Serviço Social e Sociedade*.

(...) Tenho utilizado a Revista *Serviço Social e Sociedade* (...) (P 1).

Os fundamentos que subsidiam a atuação com participação são a dos autores: Pereira, Duriguetto, Vasconcelos, Bravo (...) (P 6).

(...) O serviço social na contemporaneidade – Marilda V. Iamamoto (...) Ética: fundamentos sócio-históricos – Maria Lucia Barroco; Revista *Serviço Social e Sociedade* (P 8).

(...) Iamamoto, Zé Paulo Netto, Maria Lucia Silva Barroco, Maria Lucia Martinelli, Ivete Semionatto, Vera Nogueira, Regina Miotto, Ana Vasconcelos (...) (P 9).

Considera-se que alguns dos autores citados como Barroco não tematizam especificamente a participação. Além disso, a Revista Serviço Social e Sociedade apresenta artigos a respeito da participação, mas pela amplitude dos temas que compõem a revista, é difícil afirmar a participação como tema angular. De outro lado, há autores como Bravo (2008), Duriguetto (2007), Pereira (2006), Iamamoto (2001) que sinalizam a importância da participação em seus estudos, e por vezes utilizam-se como meios do avanço democrático, porém não fazem estudos específicos e exclusivos sobre o tema, salvo Iamamoto (1995) que brevemente conceitua a participação popular em um dos itens do seu livro *Renovação e Conservadorismo no Serviço Social*.

Vale ressaltar que um do/as pesquisado/as relacionou a concepção utilizada especificamente com a sua atuação profissional, o que se analisa como interessante e relevante, pois traz subsídios de uma atuação orientada e fundamentada.

Considerando o lócus da minha atuação profissional, uma ONG, onde a participação social é delimitada por nossa área de abrangência e de acordo com o objeto de trabalho “a vulnerabilidade social do bairro”. Estamos sempre voltados para a implementação de projetos sociais de diversos conteúdos, visando dotar a comunidade de protagonismo social, dada a realidade social em que vivem, marcada pela exclusão, discriminação e pobreza. Considero importante também salientar que o conhecimento da própria realidade onde estão inseridos, não apenas amplia seu potencial político participativo, como colabora para uma atuação transformadora desta realidade social, segundo as necessidades da comunidade. Outro ponto importante, que temos sempre em nosso horizonte, é utilizar a participação com muito cuidado, para não causar a desmobilização das pessoas e muito menos fragmentar movimentos. Nós buscamos uma participação pautada em constantes reflexões e autocrítica e que em nenhum momento venha a ter aspectos conservadores (...) (P 2).

Ainda, destaca-se que dentre os pesquisado/as, o/a pesquisado/a 12 menciona a não utilização de bibliografia e a noção de basear-se em aprendizados obtidos durante o processo de formação acadêmica, sem indicar referências ou autores específicos:

(...) me baseio no aprendizado que tive durante a faculdade (P 12).

Através das respostas destacadas e apresentadas acima, em síntese pode-se inferir a confusão entre princípios e fundamentos, e diante disso, perceber que poucas das respostas vieram ao encontro do que a pergunta realmente pretendia levantar. Outro aspecto a ser considerado está relacionado aos autores do Serviço Social, pois estes, por vezes, em suas obras, não se dedicam exclusivamente a concepção de participação, mas a citam de forma indireta e transversal. Ressalta-se que da pesquisa realizada, a única autora do Serviço Social que investigou e conceitua o termo participação social é a autora Ammann (1978), sendo

objeto de suas investigações no mestrado. Já a autora Yamamoto (1995) realizou uma abordagem da participação popular em um dos seus livros, destaca-se que essas concepções são utilizadas e versadas na primeira seção do trabalho. Nesse sentido, as respostas que mencionaram fundamentos específicos da participação, apresentaram em sua maioria autores e referências das ciências sociais e humanas.

4.2.3 Conceitos e fundamentos referentes a processos político-organizativos

Acerca das perguntas subsequentes, 3 e 4, foi utilizado o mesmo procedimento das duas perguntas anteriores, sendo que a primeira indagou acerca do entendimento sobre processos político-organizativos e a seguinte sobre os fundamentos que subsidiem a atuação com processos político-organizativos. Nesse sentido, a respeito do conceito de processos político-organizativos, obteve-se uma variedade significativa de respostas.

Algumas das respostas foram relacionadas aos meios em que os processos político-organizativos podem acontecer ligados justamente a participação e, em alguns extratos foi indicado a forma da participação institucionalizadas, indicando procedimentos e maneiras possíveis para tal, como os conselhos, fóruns, conferências, entre outros. Vale ressaltar que os meios diferencem-se das finalidades, este último significando o objetivo em si, o entendimento, o fim a que se destina a intervenção. Seguem algumas respostas relacionadas aos meios:

Processos político-organizativos são todos os meios pelos quais acontece a participação social (...) que pode apresentar se através das ONGs, OCIPs, Fóruns, Conferencias, Conselhos de Direitos e todas as vezes em que a sociedade civil de alguma forma expressa sua opinião (P 1).

Processos político-organizativos são as formas que os conselhos, as conferências, os fóruns, as mobilizações se utilizam para construir os processos de participação. Estes processos ocorrem na forma que este fórum, por exemplo, utiliza para se comunicar com a comunidade, mobilizá-la e, se comunicar com os governantes através de um governador, vereador, secretário e buscar alcançar os objetivos do fórum. (P 6).

É a concretização do direito à participação da vida cidadã por meio da constituição de diversos instrumentos a exemplo dos Conselhos de Direitos (P 11).

Outros conceitos referiram-se a atuação e aos instrumentos, também procedimentais, podendo ser utilizados para fomentar processos político-organizativos, como:

Os processos político-organizativos correspondem a ações de assessoria, mobilização e consultoria aos movimentos sociais e instituições da sociedade civil

norteadas pela universalização do acesso e pela efetivação e conquista dos direitos sociais. Tendo o compromisso com a ampliação e consolidação da cidadania, com vistas à garantia dos direitos civis sociais e políticos da classe trabalhadora; bem como com a defesa do aprofundamento da democracia, enquanto socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida (...) (P 2).

São ações voltadas para a atuação com grupos na sociedade com o intuito de promover a emancipação, divulgação, desenvolvimento de grupos e comunidades na busca de soluções e melhorias para a vida cotidiana (P 3).

Processos político-organizativos são ações que visam o fortalecimento da sociedade civil organizada, de sua trama associativa e redes de movimentos sociais (P 4).

Pode ser analisado que as 03 respostas acima se utilizam da palavra *ações* para caracterizar processos político-organizativos, o que reafirma a interpretação já realizada a respeito dos meios e não do conceito em si. Entende-se que ação sem o sentido de práxis, pode ser meramente reiteradora da realidade, não implicando em transformações da mesma.

Contudo, essas respostas acima e os fragmentos abaixo possuem elementos que se aproximam da concepção de processos político-organizativos abordadas na segunda seção através da concepção de Miotto (2006; 2009) que entende essa instância como um conjunto de ações profissionais, destacando a mobilização e a assessoria que tem o intuito de incentivar a participação e a organização da sociedade civil, na garantia e ampliação dos direitos sociais e controle social.

Ainda, pode ser referenciado o próprio conceito elaborado na seção anterior. Este entendido como todas as instâncias de atuação do profissional com grupos, organizações, conselhos de políticas públicas, entre outros espaços constituídos por mais de uma pessoa, que possuem a dimensão política e organizativa. Essas instâncias caracterizam-se pela socialização e identificação de lutas coletivas, nas quais a atuação de profissionais em Serviço Social se realiza através da mediação de conteúdos e reflexões, podendo ser socializadas, discutidas e debatidas entre os sujeitos, possibilitando, assim, que os mesmos se reconheçam e criem consciência crítica de sua realidade. Nessa perspectiva, os processos político-organizativos foram abordados da seguinte forma:

[...] momentos nos quais as pessoas são sensibilizadas a participar de algo em defesa de uma causa. São processos que possuem caráter político e são organizados com objetivos claros e pactuados entre os envolvidos. No trabalho do assistente social, muitas vezes o mesmo tem se deparado com a necessidade de incentivar as pessoas em geral para participar e fazer parte desses processos. A organização de uma comunidade ou bairro para a criação de uma associação que defenda seus direitos é um exemplo de processo político-organizativo (P 5).

Compreendo por processo políticos organizativos o universo dos espaços coletivos, organizados consolidados como: os sindicatos, movimentos sociais associações

entre outros, que já têm suas demandas específicas definidas no âmbito social e político de acordo com seus objetivos, crenças e ações organizadas (P 7).

Entendo que se referem a uma seqüência de ações organizadas, planejadas e realizadas por um grupo que representa determinada parcela da sociedade civil, com a finalidade de intervir e transformar a realidade. Por tratar-se de um processo, refere-se a algo contínuo, ao exercício constante de reflexão e debate visando um objetivo comum [...] (P 8).

[...] Os processos político-organizativos são processos que visam o bem comum, a vida coletiva. Eles estão relacionados com organização, mobilização e assessoria aos movimentos sociais de modo geral, mas podemos tê-los como referência para pensarmos outras esferas organizativas no trabalho em Instituições, por exemplo (P 9).

Dos extratos de respostas acima, vale destacar o aspecto comum do termo processo, ou seja, indicam um continuum, uma seqüência, um devir, o que é um aspecto muito positivo e significativo, pois corresponde a ser uma construção permanente. Todavia, pode-se destacar que 02 do/as pesquisado/as responderam não precisar o que são processos político-organizativos, mas na seqüência realizaram uma tentativa. Outro/as 02 o relacionaram como sendo um campo de atuação para os profissionais em Serviço Social.

De forma geral, as respostas se apresentaram genéricas. Diante disso, fica a indagação: quais são os procedimentos, do agir, da ação profissional constitutiva dos processos político-organizativos? Tende-se a responder que o tema está em aberto na formação profissional e na profissão. Vale ressaltar que não é aspecto e realidade individual do/as pesquisado/as, mas a constatação de uma fragilidade da profissão. Com isto, destaca-se a necessidade de aprofundar esse tema e questão no interior da categoria profissional.

Na questão 4, questionou-se acerca dos fundamentos que subsidiam a atuação com processos político-organizativos. Destaca-se que 01 do/as pesquisado/as trouxe não utilizar nenhuma bibliografia (P 12), outro expressou:

Não tenho embasamento teórico atualizado! Quando fiz minha formação não lembro dessa orientação (P 11).

Houve ainda quem declarasse não ter resposta (P 5)

Outro/a respondeu:

Não trabalho diretamente com processos político-organizativos, meu trabalho está voltado para “atendimento direto ao usuário” [...] (P 9).

Este último trecho evidencia que o referido/a profissional trabalha exclusivamente com processos socioassistenciais, complementando a resposta com os fundamentos que se utiliza nessa instância. Isto dificulta a análise da resposta, uma vez que se indaga acerca de

quais fundamentos dão suporte a atuação com processos político-organizativos. Contudo esse/a mesmo/a respondente afirmou:

Neste sentido o curso do NESSOP foi de grande validade, pois além de possibilitar a revisão do referencial de base do Serviço social, trouxe também novas perspectivas da Sociologia para pensarmos o trabalho profissional (...) (P 9).

Segundo/a o respondente o curso manifestou-se como uma possibilidade de atualização e aquisição de referenciais novos, bem como da importância das reflexões suscitadas acerca da atuação.

Dentre o/as que responderam a questão, pode-se afirmar que 04 do/as pesquisado/as indicaram temas gerais ao invés de mencionar fundamentos. Referiram-se, sobretudo, a procedimentos e princípios, sem relacioná-lo a autores ou definições. Os dois fragmentos de texto abaixo podem demonstrar essa questão:

A organização dos Conselhos setoriais e de políticas públicas, o controle social, o fortalecimento das estruturas comunitárias que lutam por determinadas causas e direitos, dentre outros (P 4).

Respeito às diferenças, consciência crítica, empoderamento, liberdade de expressão, etc. Costumo estar atenta aos informativos do Ministério do Desenvolvimento Social, do Conselho Regional de Serviço Social, bem como frequentemente leio a revista Serviço Social e Sociedade, a qual faço assinatura e sempre que necessário consulto o Código de Ética Profissional (P 8).

Esses trechos também evidenciam a preocupação dos profissionais com a ação qualificada e comprometida. Todavia, a inexistência de material bibliográfico que aborde acerca dos fundamentos transparece nas respostas.

Nessa questão ainda, acerca dos fundamentos, mais 02 pesquisado/as afirmaram utilizar-se do Código de Ética como fundamento e outro/as 03, afirmaram utilizar a concepção da autora Miotto, que diante da pesquisa bibliográfica da segunda seção, é a única autora que define objetivamente o que são processos político-organizativos.

Também, foram elencados outros autores do Serviço Social e de outras áreas do conhecimento, como Yolanda Guerra, Marilda Iamamoto, Potyara Pereira, Rosângela Dias Oliveira da Paz, Maria Lúcia Duriguetto, Ana Maria de Vasconcelos, Maria Inês Bravo, Carmelita Yasbeck, Edgar Morin, Boaventura de Souza Santos, Paulo Freire. Estes autores foram aleatoriamente citados por 04 pesquisado/as, porém nenhum/a mencionou as referidas obras, nem data de publicação, dificultando uma precisão acerca dos fundamentos, uma vez que são autores que possuem variadas produções, e ainda, com abordagens diferenciadas.

Diante desse quadro percebe-se uma ausência de fundamentos, pesquisas e concepções mais substanciais sobre processos político-organizativos, refletindo conseqüentemente na formação e na atuação dos profissionais. Esse dado também já fora constatado na pesquisa bibliográfica realizada na segunda seção, em que apenas uma autora refere-se à essa temática com especificidade e precisão conceitual. Dessa forma, pode-se indagar acerca da relevância dos processos político-organizativos para a profissão, ou ainda, o motivo pelo qual não é pesquisado e conceituado, já que vem sendo comprovadamente utilizado no cotidiano profissional.

4.2.4 Instrumentos técnico-operativos e seus fundamentos na atuação com participação em processos político-organizativos

O quinto questionamento se referiu aos tipos de instrumentos técnico-operativos utilizados na atuação com participação em processos político-organizativos. Através da análise das respostas percebe-se a utilização dos instrumentais típicos do Serviço Social, sem necessariamente estarem relacionados com processos político-organizativos, ou seja, poucas das respostas manifestaram o direcionamento específico dado pelo profissional ao instrumental para aplicá-lo a processos político-organizativos.

Os instrumentos técnico-operativos que mais utilizo são: Ficha de atendimento, Visitas domiciliares, Entrevistas, Cadastro sócio-econômico, Acompanhamento social, Encaminhamentos à recursos, tanto do Estado, quanto de entidades privadas, Relatórios sócio-assistenciais, Reuniões multidisciplinares (P 2).

Entrevistas, reuniões, grupos de discussão (P 3).

Instrumentos técnico-operativos: observação, observação participante, escuta qualificada, assessoria (P 6).

Utilizo instrumentos como reuniões comunitárias, visitas domiciliares, pareceres, encaminhamentos, relatórios. Atualmente todos esses instrumentos fazem parte do cotidiano profissional no acompanhamento que realizo de Projeto executado pela Prefeitura Municipal de Florianópolis, [...] junto a comunidades economicamente empobrecidas do município (P 13).

Destaca-se que a maioria dos instrumentos citados aqui, apesar de serem do uso dos assistentes sociais, não são exclusivos da profissão, como por exemplo, as entrevistas, visitas domiciliares, reuniões, observação, assessoria e entre outros. E assim, pode-se questionar o que diferencia a utilização desses instrumentos pelo Serviço Social do que por outra

profissão? Em resposta, analisa-se que a exclusividade se dá ao empregar e discutir esses instrumentos com a objetividade de garantir, viabilizar e efetivar direitos aos sujeitos sociais.

Por outros pesquisado/as foram destacados instrumentais juntamente com o direcionamento da atuação, e nesse sentido, consegue-se elucidar de certa maneira como ocorre a atuação dos profissionais com participação em processos político-organizativos. Nos trechos a seguir, percebe-se que a intervenção no sentido de fortalecer a participação para avançar na democracia das relações e incentivar a discussão para as tomadas de decisão e encaminhamentos.

Instrumentais mais utilizados no meu cotidiano profissional são: Reuniões (com representantes da sociedade civil e representantes governamentais); Visitas institucionais (para visualizar a realidade das ONGs); Entrevista (para conhecer a realidade das ONGs); Relatórios institucionais (com o intuito de apontar a gestão que ações vem dando certo e quais ações necessitam de mudança); Estudos e pesquisas (para embasamento teórico das ações praticas) (P 1).

Os instrumentos técnico-operativos que poderiam ser utilizados para atuação profissional seriam a participação nos Fóruns de políticas públicas, em de assembléias dos Conselhos de Direitos, a articulação junto às associações de bairros, participação em sindicatos, movimentos sociais, dentre outros (P 4).

(...) Nas atividades de grupo geralmente utilizo dinâmicas, leitura e discussão de textos, apresentação de leis e políticas específicas (P 5).

Bom, as assembléias e reuniões são alguns dos instrumentais necessários à discussão e tomada de decisões nas questões que afetam a coletividade. E um instrumento de comprovação e ratificação das decisões é a Ata. Não trabalho diretamente com estes instrumentos, mas conduzo reuniões de orientação técnica, visitas técnicas, organização de oficinas pedagógicas, sempre com Técnicos Sociais (profissionais) (P 11).

Contudo, nestes trechos aparece a finalidade mais geral das estratégias de atuação, mas não as finalidades em si. Ressalta-se que 02 do/as pesquisado/as afirmaram só utilizar instrumentos para abordagens individuais

A forma como o SSO se insere no processo de trabalho não favoreceu ainda a atuação com processos político-organizativos (P 9).

Socialização das informações referentes os direitos sociais e os meios de exercê-los, através de abordagens individuais (P 12).

A partir do item “2.3 Estratégias de atuação com participação em processos político-organizativos” elaborado na segunda seção, com o intuito de resgatar alguns instrumentos e aprimorá-los para terem utilidade na atualidade em processos político-organizativos, percebe-se que as análises expostas acerca do questionamento realizado revelam a utilização dos instrumentais clássicos do Serviço Social. Porém, na maioria dos casos, não é possível

constatar o direcionamento e o aprimoramento específico que os processos de participação com processos político-organizativos requerem. Esta realidade pode estar relacionada ao fato dos profissionais da amostra não trabalharem exclusivamente com esses processos, mas no seu cotidiano utilizarem-se eventualmente dessa forma de abordagem.

Pode ser notada a falta da estratégia e instrumento da mobilização, citado apenas por um/a respondente como uma macro ação do trabalho técnico social (P 7). Enfatiza-se que este instrumento pode ser entendido como processo permanente de estar disposto a atuar, intervir, participar nas temáticas referentes à vida dos cidadãos, enfim, a contínua disposição para a mobilidade, para a mudança, para a atuação política e que pode ser desempenha pelo profissional de Serviço Social.

Ainda, poucas das respostas sinalizam os instrumentos operacionais de um encontro, reunião ou grupo de trabalho, apenas procedimentos que podem vir a desencadear um trabalho com processos político-organizativos, como o caso das entrevistas e abordagens individuais. Outra estratégia não citada, mas considerada de suma importância por Demo (1988) e Souza (1987), trata-se do *levantamento e análise da realidade*, ou *aglutinação documental de informações* sobre a realidade através da pesquisa de aspectos demográficos, sociais e econômicos, ou seja, a realização de uma análise de conjuntura. E ainda, outro instrumento que pode ser ressaltado é a avaliação, como mecanismo de trazer um *feedback* para as atividades realizadas.

Após esse questionamento buscou-se saber quais os fundamentos que subsidiam a utilização desses instrumentos. Vale ser destacado que 02 do/as pesquisado/as alegaram não utilizar bibliografia específica nenhuma e outro/as 03 afirmaram que se baseiam no aprendizado durante a graduação e as experiências profissionais adquiridas.

O que subsidia o manejo com o instrumental técnico operativo, em primeiro lugar as experiências que tivemos durante o período de graduação, e em segundo lugar as experiências profissionais já adquiridas com erros e acertos (P 1).

[...] enquanto equipe técnica social aplicamos esses instrumentos de acordo com o que nos foi repassado tradicionalmente na academia. Sinceramente nunca paramos para analisar os subsídios que deveriam ser aplicados de forma mais adequada (P 7).

Prá ser sincera, não me recordo de fundamentos para desenvolver reuniões, visitas domiciliares, pareceres, encaminhamentos, relatórios.... estudamos isso, mas quando do exercício profissional vou aplicar esses instrumentais de acordo com aquilo que assimilei na academia sem buscar subsídios frequentemente para aplicá-los. Tenho duvidas sobre quais os fundamentos que subsidiam o fazer uma reunião, tenta-se ser o mais democrática possível, agir de modo horizontal, permitir que as pessoas sejam os verdadeiros protagonistas, apontando os problemas e as soluções (?). Na verdade depois de formadas, quando somos “contratadas” vamos desenvolver de acordo com o que assimilamos e defendemos como a melhor forma para aplicar os instrumentais

técnico-operativos (reuniões, entrevistas, visitas domiciliares, pareceres, relatórios, encaminhamentos, documentação/registros, etc...) (P 13).

As respostas expressas pelo/as profissionais acima apontam para uma fragilidade na formação profissional. Não é aspecto individual dos mesmos, mas uma lacuna e ausência de conteúdos fundamentados na graduação e na formação continuada. Aqui se aponta para a importância deste tema para a profissão, pois o Serviço Social enquanto área de conhecimento e profissão interventiva são demandados procedimentos efetivos e resolutivos na realidade social. Entende-se que os profissionais necessitam problematizar a realidade e serem propositivos, mas para tal, necessitam de conteúdos procedimentais adequados, precisos e fundamentados.

Ainda neste tema, 04 do/as pesquisado/as destacaram novamente princípios e o próprio Código de Ética como fundamento dos instrumentais técnico-operativos. Como exemplos destacam-se:

A participação democrática, a mobilização, o empoderamento, e a organização da sociedade civil (P 4).

No manejo com o instrumental técnico-operativo, tenho sempre como fundamento o conceito de direito que supera a lógica do favor e da caridade. Outro ponto importante a ser considerado neste caso é a aproximação/apreensão da realidade, conforme Gramsci: a condição fundamental para o exercício democrático é captar as reais necessidades e interesses das classes subalternas para que assim se possa realizar a crítica ao senso comum. Além destes, também a liberdade, a igualdade, a ética e a democracia são fundamentos que permeiam toda a prática profissional. Consulto o Código de Ética Profissional, a Revista Serviço Social e Sociedade e estou sempre participando de cursos de aprimoramento e fazendo leituras de textos encaminhados por colegas via email, como forma de atualização profissional (P 9).

Outro/as 06 pesquisado/as destacaram autores do Serviço Social como José Paulo Netto, Marilda Yamamoto, Regina Célia Miotto, Yolanda Guerra, Maria Lucia Martinelli, Helder Boska Sarmento, Marina Maciel, mas não mencionaram obras, datas de publicação ou fundamentos específicos. Novamente, pode-se destacar que, diante da pesquisa bibliográfica realizada dos citados, somente Sarmento (2005) descreve e conceitua os instrumentais técnico-operativos. Os outros autores citados discutem e problematizam questões mais amplas relacionadas à profissão e fazem menção aos instrumentais de forma mais genérica. Apenas, um respondente desse/as 06, afirmou utilizar somente Sarmento.

E entre esse/as pesquisado/as, um/a esclareceu o direcionamento político desses fundamentos:

O uso do instrumental técnico-operativo pode ser aplicado como uma estratégia para a realização de uma ação na prática profissional. Ele vem no sentido de facilitar e

contribuir com o processo de trabalho do assistente social, pois ele abrange técnicas, conhecimentos e habilidades. Maria Lucia Martinelli considera os instrumentais técnicos-operativos como um “conjunto articulado de instrumentos e técnicas que permitem a operacionalização da ação profissional”. Utilizo como embasamento teórico para as visitas domiciliares, o livro de Sarita Amaro. Ela coloca que sempre devemos estar atentos para captar o todo, reestruturando-o através do nosso olhar vigilante, ocupados em identificar o máximo de situações e relações que reforçam, condicionam ou explicam a atitude do sujeito ou sua resposta evasiva. Em relação as entrevistas utilizo o material de Alzira Maria Baptista Lewgoy e Esalba Carvalho Silveira, as quais consideram a entrevista como um instrumento onde é possível produzir confrontos de conhecimentos e objetivos a serem alcançados. É na entrevista que uma ou mais pessoas podem estabelecer uma relação profissional. Entre vários outros autores que me auxiliam na construção dos instrumentais, utilizo também, Regina Célia Miotto, Marilda Iamamoto, Potyara Pereira. Considero os instrumentos técnico-operativos não apenas como fichas e cadastros, etc, mas dentro de uma perspectiva dialética, onde é preciso considerar a dinâmica social, e todas as transformações da sociedade. Estamos sempre procurando nos adequar, com dinamismo e criatividade para atender as demandas crescentes em função das desigualdades sociais (Pesquisado 2).

Ainda, ressalta-se a utilização da referência de Paulo Freire

Acredito que um autor que considero importante utilizar como referência em processos políticos-organizativos é Paulo Freire, seus escritos sobre educação popular e a teoria da problematização são interessantes para a construção de idéias e fortalecimento dos objetivos de um grupo (P 5).

Diante do exposto acima se evidencia a utilização de fundamentos escritos pelos autores na década de 1990, ou no início dos anos 2000, o que mostra a restrita produção de estratégias atualizadas de intervenção do Serviço Social, quando o mesmo se constitui uma profissão interventiva e está imersa na realidade social.

4.2.5 Relação entre participação e processos político-organizativos na atuação profissional

Para finalizar os questionamentos na tentativa de realizar uma síntese acerca dos assuntos, pediu-se para descreverem como participação e processos político-organizativos se articulam na atuação profissional. Dentre os questionários respondidos, 06 do/as pesquisado/as responderam a questão elencando exemplos de sua atuação na qual participação está relacionada com processos político-organizativos, trazendo importantes elementos como:

Na minha atuação profissional participação e processos políticos organizativos estão o tempo todo interligados, pois como assessora técnica de conselhos de direito, estou o tempo todo mediando este processo, através do fortalecimento e empoderamento do seu papel, do que significado ser um conselheiro de direito, das responsabilidades tanto dos representantes da sociedade civil quanto dos representantes

governamentais. No cotidiano profissional fica explícito o quanto participação e processos políticos organizativos, estão interligados, pois fica claro que um não sobrevive sem o outro (P 1).

Trabalho em um programa municipal de proteção a adolescentes. Além de outras atividades, fazemos atendimentos aos pais, de forma individualizada e grupal. No aspecto “participação”, os pais são encorajados e orientados a estar mais próximos de seus filhos, a participarem muito mais de suas vidas, tendo interesse por seus assuntos, realizando atividades em família, etc. (...). Além deste aspecto, os pais, assim como os adolescentes recebem informação e orientação quanto aos organismos públicos e da rede sócio assistencial que dispõe de serviços para atender a demanda da sociedade civil. É realizado mensalmente um grupo de pais, no qual são abordados temas como relacionamento entre pais e filhos, saúde e limites na adolescência, violência, etc. Durante a realização destes encontros sempre são oferecidas informações sobre os canais de denuncia, o funcionamento de órgãos que atendem as demandas sociais, informações sobre os direitos e deveres do adolescente, bem como de todo cidadão. É repassada a lógica do “direito a ter direitos” e que cada um deles tem um papel importante na sociedade, começando primeiramente no seio de suas famílias. Constatamos pouca participação dos pais nestes encontros. Muitos deles se justificam pelo fato de trabalharem o dia todo, outros afirmam não receberem o convite e a maioria simplesmente não demonstra interesse em participar. Há muitos pais que apresentam resistência em participar das atividades em geral, não só do grupo de pais. Enquanto profissional posso ainda, relatar outra experiência na articulação entre participação e processos político-organizativos: nos encontros mensais das assistentes sociais do município. A participação destas, é razoável e é possível perceber que apesar de várias discussões e reflexões proporcionadas, muitos assuntos são encaminhados no sentido de fortalecimento da categoria, como por exemplo, temas ligados a imposição por parte das chefias de realização de atividades não pertinentes ao cargo, situação de assédio moral vivenciada por alguns profissionais, etc. Em alguns momentos o debate acontece tendo como pano de fundo a contradição de opiniões entre aquelas que tendem a encaminhar os assuntos de forma mais individualizada e outras profissionais que entendem que as respostas devem ser representadas no coletivo (P 8).

Trabalhamos cotidianamente com a participação e processos político-organizativos, pois o fundamento do trabalho social nos projetos de habitação de interesse social reside no incentivo à participação para apropriação das intervenções físicas e incentivo a participação como ação política, ou seja, na garantia dos direitos à habitação, saúde, condições dignas de vida e qualidade de vida. Para tanto, há o acompanhamento e/ou formação dos grupos para a execução dos projetos de habitação de interesse social (P 10).

Os extratos acima revelam diferentes articulações entre participação e processos político-organizativo. O primeiro profissional caracteriza os dois conceitos como sendo interdependentes e busca formas para que possam ser fortalecidos através da sua atuação. Já o/a segundo/a respondente elenca uma atividade específica, caracterizada por encontros socioeducativos com os pais, trazendo dificuldades e conquistas nesse processo e, ainda, complementa com uma experiência da própria categoria profissional, explicitando os interesses e embates existentes dentro de um grupo. E por último, o terceiro fragmento transmite uma experiência cotidiana de atuação com participação em processos político-

organizativos, uma vez que, que os profissionais desse setor revelam ser incumbidos a incentivar a participação dos sujeitos para decisões que dizem respeito a sua comunidade.

Diante disso, fica evidente a atuação dos assistentes sociais como mediadores de reflexão, esclarecimentos, informações que desembocam em uma orientação social. Neste ponto os profissionais podem ser instigados a promoverem essas ações em um grupo, conselho ou movimento social, na medida em que o profissional identifica as necessidades que são comuns aos sujeitos, pode também estar promovendo esses espaços de socialização nas diferentes instâncias sócio-ocupacionais que estão inseridos.

Ainda, obteve-se como resposta exemplos mais específicos como:

Através do trabalho com famílias cadastradas para receber a doação de cadeiras de roda, busquei reuni-las num grupo para discutirmos questões referentes ao tema “deficiência”, e assim identificarmos as formas de participação na comunidade e articulação (P 3).

Dias (1980), destacado na primeira seção, contribui para com este exemplo, afirmando que a participação é um processo educativo que tem início desde a problematização do fato, a conscientização até a realidade a ser mudada. Nesse sentido, percebe-se que a atuação profissional articulada a esses processos tem a capacidade de problematizar a realidade vivenciada pelos sujeitos, para que os mesmos possam construir maneiras de melhorá-la ou até mudá-la.

Além disso, mais 03 pesquisado/as fizeram a relação da vinculação entre os termos, mas não especificamente na atuação profissional com participação em processos político-organizativos, como se pode constatar a seguir:

Acredito que não há como pensar processos político-organizativos sem considerar o fenômeno da participação. Os processos políticos organizativos se movem e fortalecem através do envolvimento das pessoas, do engajamento, do compromisso com determinada causa, enfim das diferentes formas de participação (P 5).

Para que os processos político-organizativos de fato ocorram é necessário a participação de todos os sujeitos envolvidos no processo. Portanto, a participação e os processos político-organizativos caminham juntos (P 6).

Outro/as 03 pesquisado/as mencionaram a participação de forma mais específica, relacionando-a aos espaços já instituídos como destacado nestes extratos:

Através da participação em assembleias dos Conselhos de direitos com vistas ao exercício do controle social, audiências públicas, conferências, participação em movimentos sociais, mobilização dos usuários para participação nos espaços de associativos da sua comunidade (P 4).

Minha atuação esta mais dentro do eixo “atendimento direto ao usuário”, conforme os parâmetros da atuação na saúde, mas nestes atendimentos se reflete sobre a importância da participação nos conselhos de saúde, das associações comunitárias, e de grupos comunitários, entretanto, estamos sempre diante da urgência das demandas (P 9).

Através do incentivo para que os usuários participem de organizações populares existentes como, por exemplo, os conselhos e associações de moradores, de modo a reivindicar suas demandas. Enquanto profissional, ainda não participo de espaços de discussão (P 12).

Pode-se constatar que esses trechos expressam formas em que a participação e processos político-organizativos estão articulados na realidade social. Todavia, elementos específicos da atuação do profissional, nos quais viabilizam essa articulação estão inexistentes.

Ainda, 05 do/as pesquisado/as não responderam esta questão. Ressalta-se que através das respostas obtidas, no conjunto, pode-se constatar como ocorre a relação da participação com processos político-organizativos na atuação dos profissionais. Ficou evidenciado que, na maioria das respostas este mecanismo é utilizado e empregado no cotidiano profissional, no sentido de promover reflexão crítica, socialização, discussões entre um segmento específico, os sujeitos do trabalho profissional.

Essa pesquisa dá ênfase a um aspecto determinante da formação profissional, marcada pela tradição marxista, no que condiz ao despertar de uma consciência crítica acerca das estruturas da realidade. Porém, temas como participação, organização social e democracia são abordados por vezes, apenas de forma transversal na formação profissional. E mais ainda, ao se tratar de procedimentos de atuação, percebe-se explicitamente o déficit de mecanismos de intervenção, aspecto este também evidenciado na avaliação final da Capacitação para Assistentes Sociais realizado pelo NESSOP, uma expectativa não totalmente suprida pelo curso.

Contudo, a pesquisa trouxe contribuições importantes para o tema aqui tratado, pois através dela tentou-se fazer um rastreamento de como os profissionais entendem, atuam e articulam essas categorias. Através das variáveis elencadas percebe-se a relação com as teorias e concepções aqui discutidas e problematizadas, bem como com a prática vivenciada nas diferentes áreas de atuação. Além de contribuir ainda, no sentido de indicar para a necessidade do constante repensar de teorias, para estas darem conta da dinamicidade da realidade.

Por fim, destaca-se a pouca abordagem do assunto na formação profissional, o que conseqüentemente repercute na atuação. Assim, é perceptível a necessidade de um

adensamento tanto teórico-metodológico, como também técnico-operativo acerca do assunto, para qualificar a atuação dos profissionais de Serviço Social nessa instância. Entende-se ser necessário um aprofundamento maior da dimensão procedimental na profissão, com o delineamento claro, objetivo e preciso de estratégias e formas de ação, para a partir destas efetivar a relação entre participação e processos político-organizativos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo realizado acerca da atuação profissional com participação em processos político-organizativos mostrou-se como uma importante instância de investigação e intervenção para a profissão. Com o intuito de desvelar como acontece a atuação dos profissionais de Serviço Social com participação em processos político-organizativos, foi necessário resgatar algumas primícias do trabalho de base, de mobilização e de formação sociopolítica. Assim, realizou-se pesquisa bibliográfica sobre a participação e processos político-organizativos, na tentativa de trazer elementos contemporâneos para entender como essas concepções se manifestam em tempo presente e, além disso, como o Serviço Social utiliza-se desses argumentos para sustentar suas reflexões e atuação nesses espaços.

Na investigação realizada sobre participação, encontraram-se inúmeros estudos versando sobre a sua concepção, suas dimensões, níveis e formas, bem como teorias contemporâneas da participação no que concerne a sua institucionalização. Esse estudo demonstrou a centralidade da temática e trouxe esclarecimentos sobre esse fenômeno. Ressalta-se, a partir dos pontos elencados a respeito dos diferentes tipos de participação, a necessidade de utilizar e promover a participação desejada, sendo ela a cidadã, política, social ou popular, ou ainda utilizar-se de outras adjetivações que inferem seu caráter. Esses elementos devem ser considerados na profissão, uma vez que se têm objetivos através de uma intervenção que mobilize, incentive e medeie os processos participativos.

A partir disso, pode-se entender a participação como um direito a intervir nas decisões políticas e como forma de manifestar necessidades, desejos e interesses. Inferindo-a como um processo pedagógico e político, em que os sujeitos participantes se envolvam, partilham e tomam decisões relacionadas às questões que os afetam. A participação pode ser vista uma como ferramenta articuladora no alcance de objetivos que se agregam para efetivar uma mudança social.

Assim, o profissional de Serviço Social incorporando a temática pode ser um agente articulador e mobilizador desses processos, quando consegue sistematizar que as necessidades e interesses dos sujeitos podem ser convergentes e discutidas no coletivo. Outro ponto a ser destacado é que do estudo realizado sobre o tema, encontram-se poucas pesquisas de estudiosos do Serviço Social. Especificamente a autora Ammann trabalhou essa temática nos anos 1970, e posteriores a isso, apenas menções e utilização da participação como tema transversal das várias temáticas versadas pela profissão. Nesse sentido, para realização da

primeira seção, teve-se que necessariamente buscar fundamentos em outras áreas do conhecimento como nas ciências humanas e sociais. Este fato dá indícios da necessidade de maiores investigações do assunto na profissão, uma vez que a participação está presente do cotidiano da profissão e nas legislações sociais, alvo de intervenção profissional.

O assunto sobre processos político-organizativos, conceituado pela autora Mioto (2006; 2009) traz uma importante reflexão acerca da intervenção profissional nesta instância, porém necessita ser explorada pela profissão, pois diante dos estudos percebe-se a utilização desse processo no cotidiano profissional, mas com discussões embrionárias sobre o tema. A tentativa de elaborar um conceito a luz das pesquisas bibliográficas e experiências de extensão realizadas no NESSOP é um ensaio de tentar contribuir nas investigações sobre a temática, uma vez percebida como uma importante instância de atuação junto a grupos sociais, conselhos, fóruns e movimentos sociais.

Nesse aspecto, os processos político-organizativos podem ser considerados como espaços de atuação do profissional com grupos sociais, organizações, conselhos de políticas públicas entre outras instâncias compostas por mais de um sujeito social, entendendo-os como instâncias de socialização e identificação de lutas coletivas. Esses espaços possuem utilidade e efetividade no cotidiano profissional, no que se refere a criação de consciência crítica e coletiva, sistematização de demandas para políticas sociais, bem como a construção de mecanismo de viabilização destas e o exercício do controle social.

O resgate histórico realizado a respeito da profissão apontou alguns períodos no quais os profissionais atuavam com participação em processos político-organizativos, principalmente nos anos 1960 com o desenvolvimento de comunidade e nos anos 1980 com a reconceituação da profissão, justamente pela aproximação com os movimentos sociais na redemocratização do Brasil. Ficou evidenciado que a profissão em determinados momentos da história privilegiou esses espaços de atuação e na atualidade esta temática é bastante incipiente, tanto relacionada a investigação teórica como na intervenção profissional.

Os estudos também mostram os instrumentos técnico-operativos utilizados nesses períodos de aproximação da profissão com as instâncias político-organizativas, através de produções qualificadas e que traziam detalhamentos dos instrumentos para orientar a práxis profissional. Percebendo a falta de estratégias de atuação, tentou-se redimensioná-los, e trazer outras formas de atuação utilizadas, mas pouco sistematizadas, como a assessoria técnica, consultoria, capacitação, grupos de trabalho entre outras estratégias. Entende-se o fortalecimento de instrumentais e estratégias de atuação como uma necessidade para a profissão, pois após a reconceituação, e mais especificamente nos anos 1990, pouco se

produziu a respeito. Nesse sentido, considerando o Serviço Social como uma profissão eminentemente interventiva, além de discutir teorias sociais e se pautar nelas, é necessário buscar e aprimorar o *como fazer* e o *que fazer*, e nesse caso, mais designadamente com participação em processos político-organizativos.

Na contemporaneidade com a institucionalização da participação, novos campos de atuação são abertos aos profissionais, concernentes ao trabalho com participação em diferentes instâncias político-organizativas. Assim, a participação pode ser considerada como um pressuposto para os processos político-organizativos, e nesse sentido, uma participação orientada e consciente caminha para a efetivação de uma cultura política cidadã e democrática, além de estar em consonância com o projeto ético-político da profissão

Ainda, a utilização de ações socioeducativas em instâncias de participação podem ser desencadeadores de processos reflexivos, envolvendo os sujeitos através da problematização da realidade vivenciada, bem como apontando formas de enfrentá-la. Além, das informações relacionadas à cidadania que trabalhadas na coletividade, facilitam o aprendizado na reciprocidade e na intersubjetividade. Ou seja, é através das relações sociais que o sujeito é reconhecido e se reconhece como membro da comunidade ou de grupos sociais e assim, pode influenciar na vida pública.

A partir do pesquisado aponta-se para o fato de que, se os profissionais de Serviço Social não utilizarem esses instrumentos e ocuparem os espaços que demandam o trabalho com participação em grupos, conselhos, movimentos sociais, facilmente perderão um grande espaço de atuação para profissionais de outras áreas, sendo que a profissão possui um potencial de ação nessas instâncias. Vale destacar, que o Serviço Social, assim como outras profissões, necessita de procedimentos para se materializar e sustentar-se como profissão, bem como metodologias de ação nos mais variados espaços sócio-ocupacionais.

Já a pesquisa empírica realizada com os profissionais foi decisiva na produção do conhecimento desse trabalho, pois se pode evidenciar a dimensão da práxis profissional. As variáveis analisadas apresentaram contribuições importantes para as temáticas abordadas, demonstrando o feixe de demandas sociais apresentadas no cotidiano e a possibilidade de transformá-las em demandas para políticas sociais, através das ações e orientações que os profissionais podem a vir suscitar nos espaços coletivos e organizativos.

Por outro lado, também se constatou a fragilidade dos argumentos e conceitos acerca de participação e processos político-organizativos. Essa verificação pode ser inferida pela ausência de fundamentos teórico-metodológicos substanciais tanto da participação como de processos político-organizativos para o Serviço Social, dificultando a análise dessas

concepções, como também sua empregabilidade no cotidiano profissional. Além dessa verificação pode-se perceber a carência de instrumentos técnico-operativos para a operacionalização de uma intervenção qualificada nessas instâncias, o que pela história da profissão pode ser notada como um trabalho já realizado pelos profissionais, mas que na contemporaneidade não assume tal centralidade na práxis profissional.

Esse quadro deriva da formação que os profissionais tiveram, pois a grande maioria foi graduado nos anos 2000, ou seja, nas novas diretrizes curriculares. Evidencia-se que esses conceitos são trabalhados de forma indireta pelos autores e pesquisadores da profissão, porém são importantes no cotidiano profissional e necessitariam ser aprofundados na formação. Aponta-se para a realização de pesquisas, desde a sistematização das ações dos profissionais relacionados à temática, bem como investigações e produções mais detalhadas, com o propósito de problematizar a forma de atuação nesses processos e qualificar e avançar no debate da intervenção nessas instâncias de atuação como uma necessidade vital. Nesse sentido, é preciso fortalecer estratégias de atuação com participação em processos político-organizativos, uma vez que o trabalho de base, de organização e reflexão desencadeiam formas concretas de pensar, transformar e intervir na realidade.

Além disso, a pesquisa também evidencia uma interconexão entre participação e processos político-organizativos, na qual os assistentes sociais possam contribuir dos seus diferentes espaços sócio-ocupacionais, no sentido de abrir possibilidades que permitam ampliar a participação dos sujeitos e fortalecer suas capacidades de intervir e lutar por seus direitos. Nessa perspectiva, o assunto da participação está imbricado com processos político-organizativos, entendendo-o como pressupostos desses processos.

À guisa de conclusão espera-se ter contribuído com reflexões e discussões para a profissão, no sentido de trazer possibilidades de atuação com participação em processos político-organizativos, e fortalecer o potencial do Serviço Social enquanto profissão interventiva. Contudo, vale destacar que o assunto não se esgota, e, portanto, pode vir a ser explorado em investigações posteriores.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Marina Maciel. A dimensão pedagógica do Serviço Social: bases histórico-conceituais e expressões particulares na sociedade brasileira. **Serviço Social e Sociedade**, ano 24, nº 79, p. 43-71, 2004.
- ABREU, Marina Maciel, CARDOSO, Franci Gomes. Mobilização social e práticas educativas. *In*: CFESS/ABEPSS (org.). **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília. CFESS/ABEPSS, 2009. p. 594-608.
- ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira. Retomando a temática da sistematização da prática em Serviço Social. *In*: MOTA, Elisabeth; *et. al.* **Serviço Social e Saúde: formação e trabalho profissional**. São Paulo: Cortez, 2006. p. 399-408.
- ALVAREZ, Sônia; DAGNINO, Evelina; ESCOBAR, Artur. O cultural e o político nos movimentos sociais latino-americanos. *In*: ALVAREZ, Sônia; DAGNINO, Evelina; ESCOBAR, Artur (orgs). **Cultura e política nos movimentos latino americanos: novas leituras**. Belo Horizonte. Editora UFMF, 2000, p. 35-57.
- ALVES, Francielle Lopes. **Participação e Gestão Democrática das Políticas Públicas: a inserção e os desafios do trabalho de Assistente Social nos Conselhos de Saúde**. 2004. Monografia (Graduação em Serviço Social) Universidade Federal de Santa Catarina, 2004. p. 65 -100.
- AMMANN, Safira Bezerra. **Ideologia do Desenvolvimento de Comunidade no Brasil**. 5 ed. São Paulo: Cortez, 1985.
- AMMANN, Safira Bezerra. **Participação social**. 2 ed. São Paulo: Cortez e Moraes, 1978.
- ANAS. **O Serviço Social nas Relações Sociais: movimentos populares e alternativas de políticas sociais**. São Paulo: Cortez, 1987. p. 61-78.
- ARCOVERDE, Ana Cristina Brito. Desenvolvimento de Comunidade e movimentos sociais. **Serviço Social e Sociedade**, ano 15, nº 44, p. 141-154, 1994.
- AVRITZER, Leonardo (org.). **Experiências Nacionais de Participação Social**. São Paulo: Cortez, 2009.
- BACK, Larissa Brand. **Relatório da IV Aula da Capacitação para Assistentes Sociais, sobre Conselhos de Direito e Políticas Públicas e Participação ministrada pela Profa. Dra. Tânia Regina Krüger**. NESSOP, 2010.
- BACK, Larissa Brand. **Relatório da VII Aula da Capacitação para Assistentes Sociais, sobre A Categoria do Reconhecimento ministrada pela Profa. Dra. Vera Herweg Westphal**. NESSOP, 2010.
- BACK, Larissa Brand. **Sistematização do Perfil dos cursistas da Capacitação para Assistentes Sociais**. NESSOP, 2010.

- BARROCO, Maria Lúcia. Serviço Social e pesquisa: implicações éticas e enfrentamento políticos. **Revista Estágio, Ética e pesquisa: desafios para a formação profissional**, ano 9, nº 17, p. 131-142, 2009.
- BEHRING, Elaine. **Brasil em contra-reforma**. São Paulo: Cortez, 2006.
- BÔAS, Renata Villas (org.). **Participação popular nos governos locais**. São Paulo: Pólis, 1994.
- BOBBIO, Norberto *et. al.* **Dicionário de Política**. Brasília: Editora Universidade de Brasília. 1986. p. 888-890.
- BORDENAVE, Juan E. Díaz. **O que é participação**. 4 ed. Coleção Primeiros Passos. São Paulo: Editora Brasiliense, 1983.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues (org.). **Pesquisa participante**. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- BRASIL. **Constituição Federal**. São Paulo: Saraiva, 2008.
- BRASIL. **Regulamentação da Profissão**. Lei nº 8.662, de 7 de jun. de 1993. Brasília, 1993.
- BRAVO, Maria Inês Souza. O trabalho do assistente social nas instancias públicas de controle democrático. CFESS/ABEPSS (org.). **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília. CFESS/ABEPSS, 2009. p. 394-410.
- BRAVO, Maria Inês Souza. Os conselhos e a participação dos Assistentes Sociais. **Revista em Foco**, CRESS/RJ, nº 4, p. 30-32, 2008.
- BRAVO, Maria Inês Souza; MATOS, Maurílio Castro. O potencial de contribuição do Serviço Social na assessoria aos movimentos sociais pelo direito a saúde. *In*: BRAVO, Maria Inês Souza; MATOS, Maurílio Castro (orgs). **Assessoria, Consultoria e Serviço Social**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2010, p. 141- 169.
- CARDOSO, Maria da Paz Araújo. Participação e desenvolvimento social – uma questão ideológica. **Serviço Social e Sociedade**, ano 4, nº 13, p. 22-36, 1983.
- CARDOSO, Maria de Fátima Matos. **Reflexões sobre Instrumentais em Serviço Social: observação sensível, entrevista, relatório, visitas e teorias de base no processo de intervenção social**. São Paulo: LCTE, 2008.
- CFESS. **Assistentes Sociais no Brasil: elementos para o estudo do perfil profissional**. Brasília: CFESS, 2005.
- CFESS. **Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais**. Brasília, 1993.
- CFESS. **Regulamentação da Profissão Lei nº 8.662**, de 7 de Junho de 1993. Brasília, 1993.
- CFESS/CRESS. **Relatório Final do 39º Encontro Nacional CFESS/CRESS**. Florianópolis-SC. 2010.

CICONELLO, Alexandre; MORONI, José A. Participação social no governo Lula. Avançamos? **Cadernos da Abong**. 2005. Disponível em: http://www2.abong.org.br/final/download/3_moroni.pdf . Acesso em: 09 set. 2010.

DAGNINO, Evelina, PINTO, Regina P. (orgs.). **Mobilização, participação e direitos**. São Paulo: Contexto, 2007.

DALLARI, Dalmo de Abreu. **O que é participação política?** São Paulo: Brasiliense, 1984.

DEMO, Pedro. **Participação é conquista**. São Paulo, Cortez Editora, 1988.

DIAS, Rosina Borges. Algumas considerações sobre o processo de participação. **Serviço Social e Sociedade**, ano 2, nº 4, p. 75-78, 1980.

FREIRE, Lúcia Maria de Barros. Assessoria e consultoria a gestores e trabalhadores como trabalho do assistente social *In*: BRAVO, Maria Inês Souza; MATOS, Maurílio Castro (orgs.). **Assessoria, Consultoria e Serviço Social**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2010. p. 170- 187.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2005.

FREITAS, Rosana Carvalho Martinelli. As representações da pobreza. *In*: FREITAS, Rosana Carvalho Martinelli. **A Política de Combate à Pobreza. Um estudo comparativo entre o Brasil e o México na década de 1980 e 1990**. 2004. Tese (Doutorado) Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, Universidade Federal de Santa Catarina, 2004. p. 25-83

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. São Paulo: Atlas, 1989.

GOHN, Maria da Glória. **Conselhos Gestores e participação sociopolítica**. São Paulo: Cortez, 2001.

GOHN, Maria da Glória. **História dos Movimentos e Lutas Sociais**. 3 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2003.

GOHN, Maria da Glória. **Teoria dos Movimentos Sociais – Paradigmas Clássicos e Contemporâneos**. São Paulo: Loyola, 1997. p. 255-267.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. A questão social no capitalismo. **Temporalis/Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social**, ano 2, nº 3, p. 9-32, 2001.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. As dimensões ético-políticas e teórico-metodológicas no Serviço Social contemporâneo. **Serviço Social e saúde: formação e trabalho profissional**. São Paulo: Cortez, 2006, p. 161-195.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. O Serviço Social na cena contemporânea. *In*: CFESS/ABEPSS (org.). **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009. p. 16-50.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. São Paulo: Cortez, 1999.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **Renovação e Conservadorismo no Serviço Social: ensaios críticos**. 3 ed. São Paulo. Cortez, 1995.

JACOBI, Pedro R. **Políticas sociais locais e os desafios da participação cidadina**. Ciência & Saúde Coletiva, 2002. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141381232002000300005g. Acesso em: 22 out. 2010.

KONDER, Leandro. **O que é dialética**. São Paulo: Brasiliense, 2008.

KRÜGER, Tânia Regina. **Participação da comunidade: 20 anos de diretriz constitucional**. Revista Emancipação. Ponta Grossa, 2008. p. 75-90.

LIMA, Telma Cristiane Sasso de. A intervenção profissional do Serviço Social: propondo o debate sobre ações sócio-educativas. ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES DE SERVIÇO SOCIAL, 9, 2004, **Anais do IX ENPESS**. Porto Alegre, 2004.

LIMA, Telma Cristiane Sasso de. **As ações sócio-educativas e o projeto ético-político do Serviço Social: tendências da produção bibliográfica**. 2006. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

LUCAS, Randolph J. **Democracia e Participação**. Brasília: Editora Universidade de Brasília. 1985. p. 107-130.

LÜCHMAN, Ligia Helena Hahn. A Representação no Interior das Experiências de Participação. **Lua Nova Revista de Cultura e Política**, 2007. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64452007000100007&lang=pt. Acesso em: 16 set. 2010.

MARTINELLI, Maria Lúcia. O ensino teórico-prático do serviço social: demandas e alternativas. **Serviço Social e Sociedade**. ano 15, n.44, abril 1994.

MATOS, Maurílio Castro de. Assessoria e Consultoria: reflexões para o Serviço Social. *In*: BRAVO, Maria Inês Souza; MATOS, Maurílio Castro (orgs). **Assessoria, Consultoria e Serviço Social**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2006. p. 29-61.

MENDES, Alessandra Gomes; MATOS, Maurílio Castro. Assessoria: atribuição da “equipe técnica” no Conselho Tutelar. *In*: BRAVO, Maria Inês Souza; MATOS, Maurílio Castro (orgs). **Assessoria, Consultoria e Serviço Social**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2010. p. 202-226.

MILANI, Carlos Roberto Sanchez. **O princípio da participação social na gestão de políticas públicas locais: uma análise de experiências latino-americanas e européias**. Revista de Administração Pública, 2008. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S003476122008000300006a. Acesso em: 23 out. 2010.

MIOTO, Regina Célia. Orientação e acompanhamento social a indivíduos, grupos e famílias. *In*: CFESS/ABEPSS (org.). **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília. CFESS/ABEPSS, 2009. p. 497-512.

MOTTA, Fernando Cláudio Prestes. **Administração e participação**: reflexões para a educação. Educação e Pesquisa, 2003. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-97022003000200014&lang=pt. Acesso em: 16 set. 2010.

MUNIZ, José; GOMES, Elaine. **Participação social e gestão pública**: as armadilhas da política de descentralização. Belo Horizonte: [s.n], 2002.

NESSOP. **Plano de Ação do NESSOP do biênico 2007/2008 e 2009/2010**.

NICOLAU, Jairo. A participação eleitoral no Brasil. *In*: VIANNA, Luiz Werneck. **A Democracia e os três poderes no Brasil**. Belo Horizonte: UFMG, 2002. p. 255-296.

NOSSWITZ, Juliana Nosswitz. **A atuação do Assistente social nos Conselhos Municipais de Políticas Públicas – uma análise da região da AMPLASC**. 2008. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

PATEMAN, Carole. **Participação e teoria democrática**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

PEREIRA, Potyara Amazoneida P. Estado, sociedade e esfera pública. *In*: CFESS/ABEPSS (org.). **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília. CFESS/ABEPSS, 2009. p. 285-300.

PEREIRA, Potyara Amazoneida Pereira. **Política Social temas & questões**, São Paulo: Cortez, 2008.

SADER, Eder. **Quando Novos Personagens entram em Cena**: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. p. 50-60.

SANTOS, Leila Lima. **Textos de Serviço Social**. 5 ed. São Paulo, Cortez, 1993.

SANTOS, Josadac Bezerra dos. **Chantal Mouffe e a Filosofia Política**. Revista Cult, 2010. Disponível em: <http://revistacult.uol.com.br/home/2010/03/chantal-mouffe-e-a-filosofia-politica/>. Acesso em: 13 dez. 2010.

SARMENTO, Hélder Boska de M. Rediscutindo os Instrumentos e as Técnicas em Serviço Social. *In*: STOCKINGER, Silvia da C. (orgs). **Textos de teoria e prática de Serviço Social: estágio profissional em Serviço Social na UFPA**. Belém: Ed. Amazônia, 2005. p. 6-47.

SAWAIA, Bader. Participação Social e Subjetividade. *In*: SORRENTINO, Marcos (org.). **Ambientalismo e Participação na Contemporaneidade**. São Paulo: EDUC/Fapesp, 2001. p. 115-134.

SELL, Carlos Eduardo. **Introdução a Sociologia Política**: política e sociedade na modernidade tardia. Petrópolis: Editora Vozes, 2006.

SERRA, Rose Mary Sousa. **A prática institucionalizada do Serviço Social**: determinações e realidade. 3 ed. São Paulo: Cortez, 1986.

SILVA, Ilse Gomes. **Democracia e Participação na 'Reforma' do Estado**. São Paulo: Cortez, 2003.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e. **O Serviço Social e o Popular**: resgate teórico-metodológico do projeto profissional de ruptura. São Paulo: Cortez, 1995.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e. O Serviço Social na Conjuntura brasileira: demandas e respostas. **Serviço Social e Sociedade**. Ano 15, nº 44, p. 77-113, 1994.

SOUZA, Maria Luiza de. **Desenvolvimento de Comunidade e Participação**. São Paulo: Cortez, 1987.

TEIXEIRA, Elenaldo Celso. **O Local e o Global**: limites e desafios da participação cidadã. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2002.

TELLES, Vera da Silva. Sociedade Civil e a construção de espaços públicos, *In: Anos 90: Política e Sociedade no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1994. p. 91-110.

THIOLLENT, Michel. **Crítica metodologia, investigação social e enquete operária**. São Paulo: Polis, 1981.

TORO, José Bernardo; WERNECK, Nísia Maria Duarte. **Mobilização social**: um modo de construir a democracia e a participação. Brasília: UNICEF- Brasil, 1996.

UGARTE, Pedro Salazar. Que Participação para qual democracia? *In: COELHO, Vera Schattan P; NOBRE, Marcos (orgs.)*. **Participação e deliberação**: teoria democrática e experiências institucionais no Brasil contemporâneo. São Paulo: 34 Editora, 2004. p. 93-106.

APÊNDICE A – PROGRAMA DA CAPACITAÇÃO PARA ASSISTENTES SOCIAIS



CAPACITAÇÃO PARA ASSISTENTES SOCIAIS:

“Democracia, Sujeitos Coletivos e Participação Social: temas para o Serviço Social”

Objetivo Geral

Aprofundar conteúdos referentes à democracia e participação, tendo em vista a qualificação da atuação do profissional de Serviço Social junto aos processos político-organizativos.

Público-Alvo

Profissionais graduados em Serviço Social, que sejam atuantes no mercado de trabalho e que não possuem vínculo com instituição de ensino superior.

Cronograma e Disciplinas

Tema 1: Participação e Democracia		
Data	Disciplina	Carga Horária
29.06	1.1. Teorias sobre Democracia 1.1.1. Direta 1.1.2. Representativa 1.1.3. Participativa	03h30min
13.07	1.2. Democracia no Brasil 1.2.1. Os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário e suas Competências 1.2.2. A Organização dos Partidos Políticos Brasileiros 1.2.3. Gestão Democrática Pós-1988 e os Conselhos de Direitos	03h30min
03.08	1.4. Ampliação da Participação 1.4.1. Ministério Público; 1.4.2. Defensoria Pública; 1.4.4. Plebiscito; 1.4.5. Consulta Popular	03h30min
17.08	1.3. Conselhos de direitos e de políticas públicas e participação social 1.3.1. Aspectos históricos, conceituais e legais	03h30min
Tema 2: Sujeitos Coletivos, Movimentos Sociais e Políticas de Reconhecimentos		
31.08	2.1. Sociedade Civil: História e Definições	03h30min
14.09	2.2. Movimentos Sociais 2.2.1. Das Lutas Sociais aos Novos Movimentos Sociais: aspectos históricos; 2.2.2. Dos Movimentos Sociais às Ações Cidadãs: aspectos da realidade do Brasil e Florianópolis.	03h30min
28.09	2.3. Movimentos Sociais, ONG's e Relação com o Estado	01h30min
	2.4. A categoria do reconhecimento: reflexões sobre a condição de cidadania	01h30min
19.10	2.5. Sujeitos coletivos e demandas para as políticas públicas	01h30min
	2.6 Processos Político-Organizativos: elementos para refletir o exercício profissional do SSO	01h30min
Total de Carga Horária 28 hora/aula (08 encontros)		

Ministrantes: Professores da UFSC

Local: Mini Auditório do DSS/Sala 217

Contato: cas.nessop@yahoo.com.br/3721 9453

Vagas: 30 (trinta)

Inscrições

As inscrições poderão ser feitas através do correio eletrônico com o preenchimento da ficha de inscrição do dia 26 de Maio a 10 de Junho.

Informações para ficha de inscrição: nome, endereço, telefone, celular, e-mail, cargo ou função, instituição que atua, projeto(s) em que atua e duas motivações para participar do curso.

Florianópolis, Maio de 2010.

APÊNDICE B – AVALIAÇÃO DOS ENCONTROS DA CAPACITAÇÃO

Avaliação		
Capacitação para Assistentes Sociais		
“Democracia, Sujeitos Coletivos e Participação Social: temas para o Serviço Social”		
Encontro:	Data:	Nome:
1.A aula abordou conteúdos novos? ()Sim ()Não ()Em parte		
2.Os materiais utilizados na aula (datashow, texto, exercícios) pelo professor foram: ()Ótimos ()Bons ()Regulares		
3.A dinâmica da aula foi: ()Ótima ()Bom ()Regular		
4.O conteúdo abordado tem utilidade prática para a minha atuação profissional? ()Sim ()Não ()Em parte		
5.Expresse em uma palavra o que significou ou foi a aula de hoje para você:		

APÊNDICE C - AVALIAÇÃO FINAL DA CAPACITAÇÃO**CAPACITAÇÃO PARA ASSISTENTES SOCIAIS
“Democracia, Sujeitos Coletivos, Participação: temas para o Serviço Social”****AVALIAÇÃO FINAL**

1. As horas do curso foram suficientes?
() Sim () Não
2. Sugere alguma mudança no conteúdo?
() Sim () Não Quais? _____
3. Percebeu a inter-relação (sequencia, processualidade) dos conteúdos?
() Sim () Não
4. Você considera que o curso trouxe mais fundamentos para sua atuação profissional relacionada às demandas coletivas?
() Sim () Não
5. A linguagem dos textos e das aulas foi apropriada, tendo em vista a dimensão da práxis (relação teoria-prática)?
() Sim () Não
6. Os conteúdos abordados ampliaram sua compreensão acerca da relação Sociedade-Estado-Serviço Social?
() Sim () Não
7. As interpretações apresentadas, a partir das ciências sociais contemporâneas, contribuíram para o repensar dos fundamentos do Serviço Social?
() Sim () Não
8. Você participaria de uma especialização acerca dos assuntos abordados por este curso de extensão?
() Sim () Não
9. Suas expectativas quanto ao curso foram alcançadas?
() Sim () Não Comentários: _____
10. Há alguma questão a mais que você gostaria de expressar?

Obrigada!

APÊNDICE D – QUESTIONÁRIO DA PESQUISA

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
Centro Sócio Econômico
Departamento de Serviço Social
Trabalho de Conclusão de Curso
Orientadora: Profa. Dra. Vera Herweg Westphal
Acadêmica: Larissa Brand Back

QUESTIONÁRIO PARA PESQUISA

1. O que você entende por participação?
2. Quais os fundamentos que subsidiam sua atuação com participação? Mencione autores e definições utilizados.
3. O que você entende por processos político-organizativos?
4. Quais os fundamentos que subsidiam sua atuação com processos político-organizativos? Mencione autores e definições utilizados.
5. Quais os tipos de instrumentos técnico-operativos que você utiliza na sua atuação com participação em processos político-organizativos? Mencione aqueles que utiliza no cotidiano profissional.
6. Quais os fundamentos que subsidiam o manejo com o instrumental técnico-operativo? Mencione autores e definições utilizados.
7. Exponha como participação e processos político-organizativos se articulam na sua atuação profissional.

APÊNDICE E – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
Centro Sócio Econômico
Departamento de Serviço Social
Trabalho de Conclusão de Curso
Orientadora: Profa. Dra. Vera Herweg Westphal
Acadêmica: Larissa Brand Back

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezada(o) _____

Esta pesquisa faz parte da disciplina Trabalho de Conclusão de Curso da Universidade Federal de Santa Catarina, e está sendo desenvolvida pela acadêmica Larissa Brand Back sob a orientação da Professora Dra. Vera Herweg Westphal.

O Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (CEPSH) da Pró-Reitoria de Pesquisa e de Extensão (PRPE) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) aprovou o projeto, sendo este registrado pelo o Número de Processo 961 de 31/Agosto/2010.

Com o objetivo de analisar a atuação dos profissionais em Serviço Social com participação em processos político-organizativos, com vistas a produzir conhecimentos que possam contribuir como mecanismo de reflexão acerca da atuação da profissão Serviço Social, viemos mui respeitosamente solicitar a sua participação na pesquisa.

Solicitamos assim, a sua colaboração para a participação nesta pesquisa. As respostas serão sistematizadas e apresentadas no Trabalho de Conclusão de Curso, mantendo sigilo de identificação do/as participantes.

Esclarecemos que sua participação no estudo é de caráter voluntário e, portanto, o(a) Senhor(a) não é obrigado(a) a fornecer as informações e colaborar com as atividades solicitadas pela pesquisadora. Caso decida não participar do estudo, ou resolver a qualquer momento desistir do mesmo, não sofrerá nenhum dano.

A pesquisadora estará à sua disposição para o esclarecimento de quaisquer dúvidas.

Diante do exposto, declaro que fui devidamente esclarecido(a) e dou o meu consentimento para participar do questionário e para publicação dos resultados.

Ass. Participante

Ass. Pesquisadora

Florianópolis, Setembro de 2010

ANEXO A – CERTIFICADO DO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA COM SERES HUMANOS DA APROVAÇÃO DA PESQUISA

Certificado

Página 1 de 2



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
Pro-Reitoria de Pesquisa e Extensão
Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos

CERTIFICADO Nº 961

O Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (CEPSH) da Pro-Reitoria de Pesquisa e Extensão da Universidade Federal de Santa Catarina, instituído pela PORTARIA N.º 0584 GR.99 de 04 de novembro de 1999, com base nas normas para a constituição e funcionamento do CEPSH, considerando o comitê no Regimento Interno do CEPSH, **CERTIFICA** que os procedimentos que envolvem seres humanos no projeto de pesquisa abaixo especificado estão de acordo com os princípios éticos estabelecidos pela Comissão Nacional de Ética em Pesquisa – CONEP.

APROVADO

PROCESSO: 961 **FR:** 366428

TÍTULO: Participação e Processos Políticos-Organizativos: temas para o Serviço Social

AUTOR: Vera Herweg Westphal, Larissa Brand Back

FLORIANÓPOLIS, 31 de Agosto de 2010.

Margdalena Koenich
Coordenador do CEPSH UFSC
Prof.ª **Margda Santos Koenich**
Subcoordenadora
CEPSH/PRPE/UFSC

http://www.reitoria.ufsc.br/~hpcep/projeto_cep/certificado/certificado.php?id_pesquisa=961

11/09/2010